



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 34

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 1968

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENCIA

SESSAO CONJUNTA

Em 12 de março de 1968, às 21 horas e 30 minutos

(TERÇA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Continuação da discussão em turno único, do Projeto de Lei número 7, de 1968 (CN), que dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de despachantes aduaneiros, altera a redação dos artigos 48 e 53 do Decreto-lei número 37, de novembro de 1966, e dá outras providências, tendo parecer, sob número 10, de 1968 (CN), da Comissão Mista, pela inconstitucionalidade.

SESSAO CONJUNTA

Em 13 de março de 1968, às 21 horas e 30 minutos

(QUARTA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único do Projeto de Lei nº 8, de 1968 (CN), que dá nova redação ao art. 75 da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação do serviço militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários, tendo Parecer sob nº 11, de 1968 (CN), da Comissão Mista, favorável ao Projeto e contrário à emenda nº 1.

CALENDÁRIO E SENADORES DESIGNADOS PARA AS COMISSÕES MISTAS REFERENTES A VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS NO PERÍODO DE 19 DE MARÇO A 16 DE ABRIL DE 1968:

DIA 19 DE MARÇO, AS 21.30 HORAS

Projeto na C.D. Nº 1438-60 e no S.F. Nº 58-67 — Concede isenção, pelo prazo de 1 (um) ano, dos impostos de importação e de consumo, para a importação de materiais destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas. — Senadores: Domicio Gondim — Adolpho Franco — Antonio Balbino.

DIA 21 DE MARÇO, AS 21.30 HORAS

Projeto no (C.N.) 9-67 — Dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras. — Senadores: Fernando Corrêa — Petrônio Portella — Bezerra Neto.

DIA 26 DE MARÇO, AS 21.30 HORAS

Projeto Nº 17-67 (C.N.) — Dispõe sobre os orçamentos plurianuais de investimentos, e dá outras providências. — Senadores: Wilson Gonçalves — Carvalho Pinto — Josaphat Marinho

DIA 27 DE MARÇO, AS 21.30 HORAS

Projeto Nº 16-67 (C.N.) — Autoriza a instituição da «Fundação Nacional do Índio», e dá outras providências. — Fernando Corrêa — José Guimard — Adalberto Senna.

Projeto Nº 14-67 (C.N.) — Dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz. — Ney Braga — Eumécio Rezende — Edmundo Levi.

Projeto Nº 13-67 (C.N.) — Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências. — Edmundo Miller — José Feliciano — Adalberto Senna.

DIA 28 DE MARÇO, AS 21.30 HORAS

Projeto na C.D. Nº 456-67 e no S.F. Nº 103-67 — Altera dispositivos da Lei nº 5.173, de 27.10.66, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências. — Senadores: Carlos Lindenberg — Wilson Gonçalves — José Ermirio.

Projeto na C.D. Nº 3.619-66 e no S.F. Nº 51-65 — Altera o art. 79 da Lei nº 1711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União). — Senadores: Menezes Pimentel — José Leite — Arthur Virgílio.

DIA 2 DE ABRIL, AS 21.30 HORAS

Projeto na C.D. Nº 35-67 e no S.F. Nº 125-67 — Inclui, nas entidades consignatárias a que se refere o art. 171 da Lei nº 4.328, de 30.4.68, o Clube de Oficiais da Reserva e Reformados da Marinha e a Associação de Faltosos da Armada e Clube Beneficente dos Sargentos da Marinha. — Senadores: Paulo Torres — José Guimard — Oscar Passos.

Projeto na C.D. Nº 80-67 e no S.F. Nº 139-67 — Dá nova redação ao parágrafo único do art. 20 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960 que dispõe sobre as pensões militares. — Senadores: Senadores: Mello Braga — Clodomir Millet — Argemiro de Figueiredo.

DIA 3 DE ABRIL, AS 21.30 HORAS

Projeto na C.D. Nº 4052-62 e no S.F. Nº 150-65 — Fixa o grau mínimo para aprovação de candidatos ao Serviço Público Federal. — Senadores: Antonio Carlos — José Feliciano — Aurélio Vianna.

Projeto na C.D. Nº 2408-57 e no S.F. Nº 142-64 — Institui o seguro obrigatório contra acidentes com passageiros de veículos rodoviários de transporte coletivo. — Senadores: Celso Ramos — Atilio Fontana — Edmundo Levi.

Projeto na C.D. Nº 455-67 e no S.F. Nº 106-67 — Dispõe sobre a isenção de tributos incidentes na importação dos bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infra-estrutura. — Senadores: Carlos Lindenberg — Clodomir Millet — Argemiro de Figueiredo.

DIA 4 DE ABRIL, AS 21.30 HORAS

Projeto na C.D. Nº 607-67 e no S.F. Nº 117-67 — Cria 2 (dois) cargos de Juiz Substituto do Trabalho no Quadro da Justiça do Trabalho da 8ª Região, em Belém, Estado do Pará. — Senadores: Carlos Lindenberg — José Guimard — Bezerra Neto.

Projeto na C.D. Nº 112-67 e no S.F. Nº 80-67 — Cria o Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais e dá outras providências. — Senadores: Duarte Filho — Fernando Corrêa — Antonio Balbino.

Projeto na C.D. Nº 526-67 e no S.F. Nº 138-67 — Autoriza o Poder Executivo a proceder à alteração da Lei Orçamentária nº 5.189, de 8.12.66, na parte da dotação pertinente ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, 5000.

umento de despesas. — Senadores: Carvalho Pinto — José Leite — Pessoa de Queiroz.

DIA 16 DE ABRIL, AS 11,30 HORAS

Projeto na C.D. nº 4071-66 e no S.F. Nº 30-66 — Autoriza consignação em folha de pagamento a favor da Sociedade Financeira dos Servidores Públicos do Brasil (FINABRA). — Senadores: Mello Braga — Julio Leite — Bezerra Neto.

Projeto na C.D. Nº 3227-65 e no S.F. Nº 60-67 — Estende a entidades de assistência médico-hospitalar o disposto no art. 5º da Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento. — Senadores: Duarte Filho — Carvalho Pinto — Oscar Passos.

Projeto na C.D. Nº 121-67 e no S.F. Nº 135-67 — Concede aos servidores públicos da União e aos das entidades autárquicas ou paraestatais federais, que lidam com raios X ou substâncias radioativas, a aposentadoria facultativa aos 25 anos de serviço e a obrigatória aos 65 anos de idade. — Senadores: Duarte Filho — Fernando Corrêa — Adalberto Senna.

Projeto na C.D. Nº 315-67 e no S.F. Nº 1-68 — Cria, na 3ª Região da Justiça do Trabalho, 8 (oito) Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. — Senadores: Lobão da Silveira — Manoel Villça — Adalberto Senna.

Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 9, de 1968 (C.N.) que institui, em caráter temporário, a licença extraordinária, e dá outras providências.

ÍNDICE DAS EMENDAS POR ORDEM ALFABÉTICA DOS AUTORES

Números	Autores
33 — 37	Senador Adalberto Senna
6 — 12	Deputado Adhemar Ghisl
43	Deputado Arruda Câmara
13	Deputado Broca Filho
5	Deputado Cieto Marques e Raymundo Diniz
27	Deputado Fausto Gayoso
10 — 22 — 23 — 30 — 34	Deputado Francisco Amaral
4 — 11 — 14 — 42 — 45	Deputado Francelino Pereira
20 — 31 — 36 — 53	Deputado Flores Soares
24	Deputado Floriceno Paixão
2 — 15 — 16 — 17 — 21 — 26 — 28	
29 — 35 — 39 — 40 — 56 — 57 — 58	
59 — 60 — 61 — 62 — 8	Deputado Humberto Lucena
7	Senador José Guimard
49	Deputado José Mandelli
18 — 25 — 32	Senador Julio Leite
47	Deputado Mário de Abreu
1	Senador Mário Martins
48	Senador Milton Trindade
54 — 55	Deputado Nelson Carneiro
41	Deputado Ney Maranhão
3 — 9 — 19	Deputado Passos Pórtg
44	Deputado Reynaldo Sant'Anna
50 — 51 — 52	Deputado Rozendo de Souza
38	Deputado Teófilo Pires
46	Deputado Vasco Filho

Observação — O Sr. Presidente julgou impertinente a emenda de nº 43, considerando pertinentes as demais. Quanto à emenda julgada impertinente, cabe recurso no prazo de 24:00 horas, conforme o parágrafo único do artigo 3º das normas disciplinadoras dos trabalhos da Comissão.

Congresso Nacional, em 7 de março de 1968.

EMENDA Nº 1

Aditiva

Inclua-se onde couber:

“Art. O Poder Executivo, sem prejuízo da vigência desta lei, promoverá através do Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DAPC), no prazo máximo e improrrogável de 6 (seis) meses, o completo levantamento:

a) do número de servidores lotados em cada repartição ou serviço, com indicação das classes a que pertencem, forma de provimento, tempo de serviço e data provável de aposentadoria;

b) das pessoas e entidades que estão prestando serviços retribuídos mediante o sistema de recibo;

c) dos servidores que, lotados numa repartição ou serviço, se acham a qualquer título à disposição de outros órgãos federais, estaduais, municipais e autárquicos;

d) das necessidades de pessoal porventura existentes.

Parágrafo único. O levantamento de que trata este artigo abrangerá as

entidades autárquicas, as sociedades de economia mista, as fundações, as empresas públicas em geral vinculadas ao Governo Federal.

Art. Os órgãos integrantes da administração direta e indireta, ligados ao Governo Federal, fornecerão ao DAPC, no prazo máximo e improrrogável de 3 (três) meses, contados da data da vigência desta Lei, por intermédio do Ministro de Estado a que se acharem vinculados, os elementos mencionados no artigo anterior.

Parágrafo único. A autoridade de qualquer grau hierárquico que deixar de cumprir o disposto neste artigo ou o fizer com qualquer atraso ficará sujeita as penalidades previstas no art. 201 da Lei nº 1.711, de 28-19-52.

Art. Concluído o levantamento previsto no art. 1º, o DAPC promoverá a re lotação do pessoal, visando a suprir, cabalmente, as deficiências verificadas, organizando-se a seguir, a relação dos servidores reconhecida e comprovadamente ociosos.

Sala das Comissões, 7 de março de 1968. — Senador Mário Martins.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

EMENDA Nº 2

Dê-se, ao art. 1º a seguinte redação:

“Durante os exercícios de 1968 e 1969, será permitido ao funcionário efetivo, da administração direta ou indireta, requerer, nos termos desta lei:

a) licença extraordinária;
b) licença para tratar de interesses particulares, nas condições previstas no art. 10.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, por igual aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho desde que contem, pelo menos cinco (5) anos de serviço, no exercício de suas respectivas funções”.

Justificativa

A emenda visa dar uma melhor redação a esse dispositivo, do ponto de vista da técnica legislativa.

Como está concebido, por exemplo, o parágrafo único, chega-se ao absurdo distinguir entre pessoal regido pela CLT e pessoal temporário, quando as suas categorias se confundem. O que é preciso, no caso, é estabelecer-se que os servidores da CLT terão direitos às vantagens decorrentes desta lei, se contarem determinado tempo de serviço, salvo o pessoal de obras e os técnicos de alto nível.

Sala das Comissões, 6 de março de 1968. — Deputado Humberto Lucena.

EMENDA Nº 3

Ao art. 1º:

Onde se lê:

“Durante o exercício de 1968...”

Leia-se:

“Até 1º de junho de 1969...”

Justificativa

O projeto que ora se discute, se aprovado pelo Congresso e transformado em Lei, só começará a produzir efeitos práticos no fim do primeiro ou no início do segundo semestre do corrente ano. Logo, o funcionário efetivo, público ou autárquico, terá apenas seis meses — ou pouco mais — para requerer licença.

A emenda visa a ampliação do prazo, por mais um semestre, o que permitirá à administração melhor estudo dos casos que lhe forem apresentados.

Sala das Comissões, em 22 de fevereiro de 1968. — Deputado Pessos Pórtg.

Acrescente-se ao artigo 1º do projeto, após a letra “b)” o seguinte:

c) aposentadoria extraordinária, nas condições previstas no art. (v. emenda correlata).

d) aposentadoria dos licenciados, nas condições previstas no art. (v. emenda correlata).

Sala das Comissões, em 7 de março de 1968. — Francelino Pereira.

EMENDA Nº 5

Aditiva

Acrescente-se ao art. 1º a alínea “c)” com a seguinte redação:

“C — aposentadoria com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.”

Justificativa

Nos termos em que a mensagem foi redigida é fora de dúvida de que não alcançará o objetivo a que se propõe, qual seja o de solução, ainda que parcial, do problema da capacidade ociosa no Serviço Público.

Com a instituição pura e simples da nova figura da licença extraordinária, em caráter temporário, o governo não terá conseguido, por certo, o instrumento indispensável para remover o problema cuja solução pretende enfrentar.

Parece ineficaz a providência preconizada no projeto em exame, que não ultrapassa os limites de uma sugestão tímida e, por isso mesmo, condenada, desde já, a não encontrar maior ressonância entre os servidores públicos.

A razão é muito simples.

Ainda que conte vinte e cinco (25) anos de serviço público, o servidor não se sentirá motivado nem poderá demonstrar maior interesse em usufruir dos benefícios previstos no projeto porque, ao término da licença por um período máximo de seis (6) anos, retornará ao serviço público a fim de adquirir condições para a aposentadoria aos 35 anos de atividade.

Lógicamente, o sistema de licença previsto no projeto só interessará aos que contarem, pelo menos, 29 anos de serviço público, que, como é óbvio, constituem uma minoria cujo afastamento não significará uma economia nos “gastos de custeio capaz de assegurar recursos para investimento”.

Esses servidores, por sua vez, que teriam condições de optar pela licença que se pretende instituir, não se sentirão encorajados a fazê-lo, por isso que, permanecendo mais algum tempo em atividade, poderão aposentar-se com todas as vantagens.

Dai por que não se pode afastar a hipótese de, se aprovado o projeto no seu texto original, a medida resultar inócua.

O Governo reclama o excesso de servidores e reputa um grande problema a capacidade ociosa no Serviço Público.

Vale lembrar aqui a velha sentença que será sempre atual: “Para os grandes males os grandes remédios”.

Assim, se se erradicar o que o governo considera um mal, através de medidas corajosas, e que, por isso mesmo, sejam destinadas a atingir seus objetivos sem maiores dificuldades.

É o que pretende a emenda aqui oferecida à Douta Comissão.

Com efeito, adotada a emenda proposta, dois objetivos serão alcançados com indiscutível vantagem para a administração pública:

a) interessar ao maior número de servidores compreendidos na faixa denominada — capacidade ociosa no Serviço Público;

b) a concessão da aposentadoria com vencimentos proporcionais assegurará, por sem dúvida, recursos para investimento em face da redução dos gastos de custeio, preconizados pelo governo.

Só assim, para utilizar a linguagem da mensagem, poderá ser encontrada a possibilidade de estimular os servidores, cuja presença se torna des-

necessária, a se integrarem voluntariamente (uma vez aposentados) nas atividades privadas.

A aposentadoria com vencimentos proporcionais, aliviará, simultaneamente, os cofres públicos, que desse modo poderão se capacitar para investimento, mediante a redução dos gastos de custeio.

De resto, a aposentadoria assim assegurada poderá significar a recompensa derradeira que o servidor levará consigo a exemplo do que ocorre no domínio da Consolidação das Leis do Trabalho onde o empregado que se afasta recebe a indenização pelo período de atividade, sem prejuízo dos benefícios assegurados pelo órgão de previdência social.

Sala das Comissões, 7 de março de 1968. — Cleto Marques — Raymundo Diniz.

EMENDA Nº 6

O parágrafo único do artigo 1º passará a ter a seguinte redação:

"A faculdade poderá, igualmente, ser estendida a servidor de Autarquia ou Sociedade de Economia Mista, sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, desde que não admitido a título temporário".

Justificativa

A menção pura e simples, no dispositivo, de autarquia, poderá levar alguém à interpretação de que a medida não se aplica ao servidor de sociedade de economia mista, de que o Governo Federal seja majoritário.

Na exposição que o Senhor Ministro do Planejamento ontem fez perante a Comissão Mista que estuda o projeto 9-68, esclareceu, por exemplo, que a Rede Ferroviária Federal S.A. possui um excedente ocioso estimado em 16.000 servidores, e que o projeto na-veia de corrigir em parte tal distorção.

A referência expressa aos empregados das sociedades de economia mista parece-nos absolutamente necessária e esclarecedora.

Sala das Comissões, em 7 de março de 1968. — Deputado Adhemar Ghisi.

EMENDA Nº 7

Acrescente-se ao artigo 1º o seguinte parágrafo:

"Os dispositivos do presente artigo são extensivos aos funcionários pagos pela União, do Estado do Acre e dos Territórios Federais.

Justificativa

Os funcionários do Estado do Acre, transferidos do ex-território, continuam pagos pela União e gozando das mesmas prerrogativas dos funcionários dos territórios.

A emenda não aumenta despesas, ao contrário, poderá reduzi-las como é óbvio. Tem por fim apenas evitar interpretações futuras quanto à extensão da Lei aos demais funcionários cuja responsabilidade de pagamento ainda cabe à União, de acordo com as leis em vigor.

Sala das Comissões, 7 de março de 1968. — Senador José Guimard.

EMENDA Nº 8

Dê-se, ao art. 2º, a seguinte redação:

"A concessão da licença extraordinária deverá circunscrever-se aos titulares dos cargos e funções que estiverem servindo em setores e locais de trabalho em que houver excesso de pessoal.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se excedente o funcionário efetivo ou o servidor afeito a CLT que for considerado ocioso pelo Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DAPC), por não ser necessário as atividades do respectivo órgão de lotação.

Justificação

A proposição procura, também, dar um sentido mais objetivo à redação

do artigo 2º, do projeto de lei, pois, como veio do Poder Executivo, a matéria não está clara. Por outro lado, procuramos esclarecer o conceito de ociosidade no serviço público.

Sala das Comissões, em 4 de março de 1968. — Deputado Humberto Lucena.

EMENDA Nº 9

No art. 2º, onde se diz:

"a juízo do Poder Executivo houver excesso de pessoal".

Diga-se:

"a juízo do Poder a que pertencer o servidor, houver excesso de pessoal".

Justificação

As mesmas razões que fundamentaram a Mensagem e inspiraram o Projeto, prevalecem para solucionar o problema da capacidade ociosa no Serviço Público do Legislativo e do Judiciário.

Sala das Comissões, em 7 de março de 1968. — Deputado Passos Pôrto.

EMENDA Nº 10

Substitutiva, parcial ao art. 2º; Onde se lê: "a juízo do Poder Executivo",

Redija-se: "a juízo do Poder competente".

Justificativa

O artigo 1º estabelece a licença extraordinária para os funcionários públicos e autárquicos, não distinguindo, entre aqueles, os funcionários do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

O artigo 2º, porém, condiciona a licença extraordinária a determinadas circunstâncias, a "juízo do Poder Executivo". Daí surge séria dúvida: pretenderá a lei instituir a licença extraordinária apenas para os servidores do Executivo? O artigo 1º, como já vimos, sugere o contrário, pois não faz distinções. Mas, então, o funcionário do Legislativo e do Judiciário dependerão do "juízo do Executivo" para conseguirem a licença? É evidente que não.

Na redação da lei, naturalmente, a cargo de elementos do Executivo, o subconsciente deve ter influído. Impõe-se, porém, a correção, para que não pareça dúvida, quer a respeito de que a licença poderá ser concedida também aos funcionários dos demais Poderes, quer de que o Executivo não irá imiscuir-se em matéria que diz respeito à economia interna dos demais Poderes da República.

Brasília, 21 de fevereiro de 1968. — Deputado Francisco Amoral.

EMENDA Nº 11

Acrescente-se no art. 2º do projeto, entre as expressões "licença" e "ficará" as palavras "e da aposentadoria extraordinária".

Sala das Comissões, em 7 de março de 1968. — Deputado Francelino Pereira.

EMENDA Nº 12

O art. 2º passará a ter um parágrafo único, com a seguinte redação: "Parágrafo único. A apreciação do pedido de licença, será procedida dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu protocolo".

Justificativa

A medida preconiza, na esta emenda objetiva rápida apreciação por parte do Poder Executivo, acerca do pedido sobre uma das hipóteses previstas nas letras a e b do art. 1º. Não se justifica um prazo maior do que este.

Daí porque acreditamos no êxito desta proposição.

Sala das Comissões, em 6 de março de 1968. — Deputado Adhemar Ghisi.

EMENDA Nº 13

Acrescente-se ao artigo 2º o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica quando, compro-

vadamente, o funcionário solicitar licença para exercício em:

- a) empresa privada declarada de interesse militar;
- b) projetos de interesse da defesa nacional;
- c) bolsa de estudos no exterior;
- d) magistério.

Sala das Comissões, em 5 de março de 1968. — Deputado Broca Filho.

EMENDA Nº 14

Dê-se ao art. 3º a seguinte redação:

"Art. 3º São condições: I para a concessão de licença extraordinária:

- a) mínimo de 4 (quatro) anos de efetivo exercício; e
- b) desnecessidade de substituição.

II. para a concessão de aposentadoria extraordinária:

- a) mínimo de 20 (vinte) anos de efetivo exercício;
- b) mínimo de 40 (quarenta) anos de idade;
- c) dispensabilidade do funcionário.

III. para a concessão de aposentadoria aos licenciados:

- a) mínimo de 4 (quatro) anos de efetivo exercício;
- b) mínimo de 10 (dez) anos consecutivos de licença extraordinária e para tratar de interesses particulares;
- c) dispensabilidade do funcionário.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria prevista nesta lei serão proporcionais ao tempo de serviço público exercido pelo funcionário.

Sala das Comissões, em 7 de março de 1968. — Deputado Francelino Pereira.

EMENDA Nº 15

Dê-se, ao artigo 3º, a seguinte redação:

"São condições para a concessão de licença extraordinária:

- I — mínimo de dois (2) anos de efetivo exercício ou de cinco (5) anos de serviço, no caso do pessoal regido pela C. L. T.;

- II — desnecessidade de substituição."

Justificação

Não se explica que, além das condições estipuladas na lei, se trar-se-ia, ao regulamentar, o poder de fixar novas exigências para a concessão da licença extraordinária.

Por outro lado, em vez de quatro (4) anos, nós estipulamos a exigência de apenas dois (2) anos, para que o servidor tenha direito à licença e, bem assim, de cinco (5) anos, para os da C. L. T.;

Sala das Comissões, 6 de março de 1968. — Humberto Lucena.

EMENDA Nº 16

Suprimam-se no art. 3º as expressões:

"além de outras eventualmente estabelecidas em regulamento"

Sala das Comissões, 7 de março de 1968. — Francelino Pereira.

EMENDA Nº 17

Dê-se, ao art. 4º e seus parágrafos, a seguinte redação:

"A licença será concedida, inicialmente, por prazo não inferior a um (1) ano, nem superior a três (3) anos, prorrogável por períodos sucessivos até o máximo de dez (10) anos.

§ 1º Nos três (3) primeiros anos o funcionário receberá vencimentos mensais proporcionais ao tempo de serviço, acrescidos da gratificação de que trata o art. 155, item XI, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, feitos os cálculos sobre o vencimento do cargo efetivo mediante a adoção do mesmo critério estabelecido para a apuração dos proventos de aposentadoria.

§ 2º A importância mensal percebida, durante o período mencionado no parágrafo anterior, não será in-

ferior a cinquenta por cento (50%) da soma de vencimento do cargo com a gratificação adicional por tempo de serviço.

§ 3º Do quarto ao sexto ano a licença a importância mensal percebida, durante os três (3) primeiros anos, ficará reduzida à metade.

§ 4º No período compreendido entre o sétimo e o décimo ano, a retribuição mensal do licenciado equivalerá, apenas, a um terço (1/3) da que recebia nos três (3) primeiros anos.

§ 5º É vedada, durante a licença, a percepção de qualquer vantagem, exceto do salário-família e da gratificação adicional por tempo de serviço, na forma dos parágrafos anteriores.

Justificativa

A emenda modifica o projeto de modo a ampliar o prazo da licença e, bem assim, de fixar no período final de seis (6) a dez (10) anos, uma retribuição mensal de apenas 1/3 da percepção inicial.

Por outro lado, dá nova redação aos dispositivos do projeto.

Por outro lado, dá nova redação aos dispositivos do projeto.

Sala das Comissões, 6 de março de 1968. — Humberto Lucena.

EMENDA Nº 18

Acrescente-se ao art. 4º o seguinte:

§ 5º Enquanto durar a licença extraordinária, fica suspensa a tramitação dos processos de readaptação referentes aos funcionários beneficiados pela referida licença.

Justificação

É incomensurável o número de processos de readaptação em exame nos Grupos de Trabalho Especiais de Readaptação existentes nos diversos órgãos da administração direta assim como na Divisão de Classificação de Cargos do DAPC. A presente emenda visa a sustar, enquanto durar a licença extraordinária, a tramitação desses processos, em benefício do desafogo do serviço.

O instituto da readaptação criado pela Lei nº 3.780, de 12.7.60, continua sendo aplicado no Serviço Público, sendo indispensável continuar para a solução dos casos pendentes, a fim de que possa ser feita a revisão definitiva do Plano de Classificação segundo determina a Lei nº 1.212-64.

Sala das Comissões, 7 de março de 1968. — Júlio Leite.

EMENDA Nº 19

Acrescente-se, ao art. 4º, o seguinte parágrafo:

§ 5º Findo o prazo total da licença referida neste artigo, poderá o funcionário optar pela aposentadoria, a qual será concedida com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Justificativa

A emenda objetiva solucionar, em definitivo, o problema da ociosidade no funcionalismo, com vantagens não apenas para o serviço público, mas, ainda para o funcionalismo licenciado. Ora, a ociosidade pode ser resultante de vários fatores. O servidor, por exemplo, pode ser um inadaptado à função, que exerce em virtude da necessidade de manter-se a si e aos seus. Se tal ocorre, jamais conseguirá tornar-se funcionário público. O seu retorno ao serviço público nenhum resultado prático trará.

O assunto já foi amplamente estudado por peritos em administração e a conclusão unânime é que o homem certo no lugar certo não gera ociosidade.

Assim, o funcionário inadaptado, que obtiver licença, terá tempo de escolher tarefa cuja execução o deixe satisfeito. E será preferível que continue trabalhando naquilo que tem satisfação de realizar. A emenda que ora apresento, portanto, tem validade sob todos os aspectos.

Sala das Comissões, 22 de fevereiro de 1968. — Deputado Passos Pôrto.

EMENDA Nº 20

Acrescente-se, ao art. 5º:
"... e gratificação por quinquênios, nos termos da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964".

Justificação

Mandando a Lei nº 4.345, contar qualquer tempo de serviço público para efeito de adicionais por tempo de serviço, é justo se compute também o tempo de licença extraordinária, em que há subsistência do vínculo funcional e pagamento de vencimentos.

Sala das Comissões, em 7 de março de 1968. — Deputado Flores Soares.

EMENDA Nº 21

Dê-se, ao art. 6º, a seguinte redação:

"É vedado ao funcionário efetivo ou ao empregado admitido sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho exercer, durante a licença, função pública de qualquer natureza, na administração direta ou indireta ainda que sem vínculo empregatício, sob pena de demissão, salvo quando se tratar de cargos em comissão ou de casos de acumulação legal".

Justificação

A emenda visa a reduzir melhor o dispositivo legal, fundindo, inclusive, o seu parágrafo e procurando ressaltar a situação dos ocupantes de cargos em comissão e dos casos de acumulação legal.

Sala das Comissões, em 6 de março de 1968. — Deputado Humberto Lucena.

EMENDA Nº 22

Substitutiva

Ao art. 6º

Substitua-se sua redação pela seguinte:

"Art. 6º É vedado ao funcionário ou servidor exercer, durante a licença, função pública de qualquer natureza, ainda que sem vínculo empregatício, sob pena de demissão.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, igualmente, à prestação de serviço a órgãos da administração indireta federal.

§ 2º As proibições deste artigo e a de acumular cargos ou funções não serão aplicadas ao funcionário ou servidor que optar pela licença para tratar de interesse particular, sem remuneração, a que se refere o art. 10º desta lei.

§ 3º Durante as licenças previstas nesta lei não prevalecem quaisquer impedimentos para o exercício de profissões liberais, reguladas por estatutos próprios ou leis especiais.

Justificativa

O artigo 6º ao estabelecer as proibições para o exercício de outras funções públicas durante a licença, mencionar a palavra "funcionário", que tem um sentido estrito. Daí a referência, nesta emenda, a "funcionários ou servidores".

Já o parágrafo único, convertendo aqui em § 1º era muito amplo. A Administração Indireta compreende hoje não só as autarquias como as Sociedades de Economia Mista. (v.D. Lei nº 200, de 28 de fevereiro de 1968). Admitimos que a restrição se faça às sociedades de economia mista federais. Entretanto, não vemos razão para igual impedimento quanto ao emprego em sociedades de economia mista estaduais ou municipais. Se a União tem gente demais, inclusive em suas sociedades, pode ser que isso não aconteça em certos Estados e Municípios. Por outro lado, o país está em desenvolvimento. A Constituição incentiva a formação de sociedades de economia mista. Muitas delas irão surgir. Será, talvez, esse modo de distribuição melhor do pessoal pelo serviço público, da administração brasileira.

Admitamos, também, que as proibições não devem prevalecer se o servidor optar pela licença para tratar de interesses particulares. Nesse caso, nada receberá dos cofres públicos pelo emprego de que se licenciou. Será uma oportunidade a mais para melhor redistribuição do pessoal, hoje ocioso, em atividades desfalçadas de pessoal, quer no serviço federal, quer no estadual ou municipal, quer na administração indireta.

Finalmente, o § 3º, manda cessar, durante as licenças previstas na lei, inclusive na licença extraordinária, os impedimentos para exercícios de profissões liberais reguladas por estatutos próprios ou leis especiais.

Há no serviço público inúmeros profissionais liberais, inclusive e principalmente, advogados, que estão impedidos por lei de exercer advocacia. Tem ansia de fazer experiência, mas temem o fracasso. Será esta uma ótima oportunidade para se lhes abrir as portas das atividades liberais. Percebendo parte da remuneração de seus cargos, e sem os impedimentos para o exercício da profissão liberal, poderão dar passos decisivos na vida prática. Ainda no caso de retornarem ao serviço público, tornar-se-ão mais úteis, pois o tempo de exercício profissional, livre das peias burocráticas, os revitalizará, dar-lhes-ão uma grande experiência.

Acreditamos que esta emenda reforça os objetivos do Governo e que ditará a elaboração do projeto. Não cria quaisquer ônus ou encargos, não prejudica em nada o plano governamental, mas pelo contrário o ajudará a livrar-se do pessoal ocioso e ser-lhe-á de grande proveito, no futuro.

Brasília, 22 de fevereiro de 1968. — Deputado Francisco Amaral.

EMENDA Nº 23

Acrescente-se, ao art. 6º:

"... ressalvadas as acumulações existentes à data da vigência desta Lei."

Justificação

Dada a finalidade do novo tipo de licença é curial se proíba que o funcionário, enquanto licenciado, venha a exercer nova função pública. Mas a vedação não deve alcançar a função já exercida, em virtude de acumulação permitida. Pelo contrário, deve-se permitir que, em caso de acumulação, o servidor desacomule, licenciando-se do cargo em que é desnecessário e conservando apenas aquele em que seus serviços são necessários.

Sala das Comissões, 7 de março de 1968. — Deputado Flores Soares.

EMENDA Nº 24

Ao Art. 6º acrescentar as seguintes expressões, após a palavra "demissão":

"exceto quando para ocupar cargo técnico-científico em regime de tempo integral."

Sala das Comissões, 7 de março de 1968. — Deputado Florêncio Paizão.

EMENDA Nº 25

Acrescente-se ao art. 6º os seguintes parágrafos, transformando-se o atual parágrafo único em parágrafo 1º:

§ 2º Para a observância do que dispõe este artigo, os órgãos que concederem a licença extraordinária a que se refere a alínea a) do art. 1º desta Lei, enviarão, ao Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DAPC), no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, cópia do ato que a concedeu.

§ 3º A partir da vigência desta Lei, toda nova admissão de servidor, a qualquer título, inclusive para a prestação de serviços em caráter eventual, sem vínculo empregatício, mesmo que remunerado sob a modalidade "pro labore" será igualmente comunicada ao Departamento Administrativo do Pessoal Civil, no mesmo indicado no parágrafo anterior.

§ 4º Com os elementos indicados nos parágrafos anteriores, caberá ao Departamento Administrativo do Pessoal Civil promover a demissão prevista no art. 6º, do funcionário que, durante a vigência da licença, exercer função pública remunerada de qualquer natureza, ainda que sem vínculo empregatício.

Justificação

O Projeto tem, entre outros, o louvável intuito de proporcionar economia, encaminhando para a atividade privada os servidores considerados ociosos. Não prevê, entretanto, medidas destinadas a evitar que o servidor beneficiado com a licença extraordinária, venha a prestar serviços a outra repartição. Quando indagamos a esse respeito, o Sr. Ministro do Planejamento afirmou que seria bem recebida e analisada qualquer emenda tendente a aprimorar o projeto original. Estou certo de que a presente emenda — que não tem outro intuito — permitirá, como providência preventiva que é, que sejam melhor atendidos os objetivos pretendidos pelo Projeto do Poder Executivo.

A não ser que se adote esta emenda, ou outra com o mesmo objetivo, restará apenas a medida repressiva da demissão prevista no art. 6º, difícil porém de ser controlada com eficiência.

Estes os objetivos do projeto, e estes também os objetivos da emenda.

Sala das Comissões, em 7 de março de 1968. — Senador Júlio Leite

EMENDA Nº 26

Acrescente-se ao artigo 6º mais um parágrafo, passando o parágrafo único a 1º:

Art. 6º — ...

§ 1º

§ 2º Os funcionários ou empregados que acumulam dois cargos remunerados, nos termos da legislação vigente, poderão requerer licença extraordinária ou para tratar de assuntos particulares, de ambos ou de apenas um cargo, continuando, neste último caso, no exercício normal do outro.

Justificação

O projeto nº 9-68 tem por finalidade reduzir a despesa de pessoal da União, ensinando determinadas facilidades para que o servidor, com mais de 4 anos de efetivo exercício, possa licenciar-se do seu cargo, sem que esse afastamento cause maior transtorno à repartição onde se encontra lotado.

O projeto admite como inovação a licença extraordinária com direito à percepção dos vencimentos correspondentes ao tempo de serviço. O prazo varia de 1 a 6 anos, sendo que uma vez cumpridos os primeiros 3 (três) anos, a remuneração do servidor licenciado será reduzida à metade da que percebeu no primeiro triênio.

A importância mensal, percebida nos primeiros 3 anos, não poderá também ser inferior a 50% (cinquenta por cento) da soma do vencimento do cargo e da gratificação adicional por tempo de serviço.

Outra inovação é a que estende a 10 anos o período de licença para tratar de interesses particulares.

O projeto é omissivo quanto aos casos de acumulação remunerada, previstos na Constituição Federal e regulados pela legislação vigente. É necessário que a matéria fique devidamente esclarecida, evitando-se futuras interpretações quanto ao que dispõe o artigo 6º, do projeto. Segundo parece, aquele texto não abrange o caso que motivou a presente emenda.

Assim sendo, cumpre enquadrar, nos termos da lei, os servidores que exercem acumulação já citada, para que não se peque pela omissão.

Pode ocorrer a hipótese dos trabalhos do funcionário serem imprescindíveis em um cargo e no entanto ser-

lhe permitido afastar-se do outro, sem que haja necessidade de substituição. Ainda, haverá caso em que não interesse ao servidor afastar-se de ambos os cargos, em virtude dessa decisão proporcionar-lhe redução brusca de sua remuneração fixa, desestimulando-o a gozar os benefícios da medida.

Se o interesse do Governo é reduzir a despesa com pessoal, cujo afastamento dispensa substituição, é lógico que essas licenças devam ser concedidas em todas hipóteses em que o objetivo possa ser atendido, sem prejuízo para o serviço. Não há razão para que se excluam esses casos de acumulação remunerada das vantagens da medida, quando a economia para o erário será também atingida.

A emenda, além de atender ao espírito do projeto, regula, expressamente, a situação dos servidores que gozam de acumulação remunerada, os quais, a meu ver, não estão compreendidos na limitação estabelecida no artigo 6º do Projeto.

A dúvida na aplicação do texto reduziria as vantagens que o Executivo espera obter com adoção das providências constantes do Projeto, razão porque apresento esta emenda, que tem o elevado sentido de uma leal colaboração com a iniciativa governamental.

Sala das Comissões, em 6 de março de 1968. — Deputado Humberto Lucena.

EMENDA Nº 27

Acrescente-se ao Art. 6º o seguinte parágrafo, mudando para 1º o parágrafo único:

"Art. 6º

§ 1º

§ 2º A proibição deste artigo não se aplica ao funcionário licenciado que irá exercer cargo de magistério, desde que devidamente habilitado."

Justificativa

Muito se tem dito a respeito da carência existente no campo educacional, relativamente aos mestres. Em toda as escolas existem vagas para professores.

O Poder Público, ciente dessa situação, tem procurado resolvê-la, contratando professores, em face da dificuldade de nomeação efetiva, a fim de evitar acumulação indevida.

A emenda que ora apresento facilitará aqueles funcionários uma prestação de maior número de aulas pois, licenciados, poderão aplicar tempo integral nessa atividades.

O servidor que exerce cargo de professor em estabelecimento particular ou público, como contratado, em horas diferentes das do seu trabalho normal, poderá, como é fácil compreender, usar de mais tempo para essa digna missão.

Devo esclarecer, entretanto, que este benefício não se aplica ao servidor que já exerce o cargo de professor no serviço público, mas tão-somente, para aquele que tem atividade diferente na sua repartição.

Sala das Comissões, 7 de março de 1968. — Deputado Fausto Gayoso.

EMENDA Nº 28

Dê-se ao art. 7º, a seguinte redação:

"A qualquer momento, o funcionário ou o empregado pela CLT poderá renunciar à licença, através de comunicação ao órgão competente, com antecedência mínima de trinta (30) dias, a sua intenção de reassumir o cargo ou função.

Justificação

Se a licença é ato voluntário, não se pode exigir que o servidor a goze por certo período, para adquirir o direito de renunciá-la.

Sala das Comissões, 6 de março de 1968. — Deputado Humberto Lucena

EMENDA N.º 29

No art. 8.º, onde se lê: "funcionário", diga-se:

"o funcionário ou o empregado."

Sala das Comissões, 4 de março de 1968. — Deputado Humberto Lucena

EMENDA N.º 30

Substitutiva

Substitua-se o artigo 8.º e seu parágrafo, do projeto pelo seguinte:

"Art. 8.º Para fins de previdência social, inclusive aposentadoria, pensões e disponibilidade, será contado como tempo de serviço todo aquele computado pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas (SASSE), Institutos de Previdência de servidores estaduais e municipais, e Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), de modo recíproco.

Parágrafo único. A instituição que conceder benefício de aposentadoria ou pensão, será indenizada pelo segurado ou por seus beneficiários, na forma do § 6.º do artigo 32, da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960, computando-se nessa indenização as contribuições recolhidas às demais instituições que lhe serão transferidas."

Justificativa

Um dos maiores obstáculos à livre movimentação do pessoal do serviço público para o âmbito das empresas privadas é o da previdência social. Apesar de relativa aproximação entre a situação de uns e de outros, no Governo do Marechal Castello Branco, ficou sem solução esse angustioso problema. Dizemos angustioso, porque diariamente recebemos inúmeras cartas de pessoas interessadas na contagem recíproca do tempo de serviço público e do sujeito ao INPS, matéria que é também objeto de diversos projetos de lei em andamento.

O Governo sentiu o problema, tanto que dedicou ao assunto o artigo 8.º e seu parágrafo único, do projeto.

A regra, porém, é unilateral, contraria o princípio de isonomia e não é satisfatória. Manda contar pelo INPS o tempo de serviço público do funcionário que se licenciar e, em seguida, deixar o serviço público passando a trabalhar para a empresa sujeita ao regime do INPS. Indagamos: porque o funcionário que permanecer um ou dois anos de licença, ganhando metade dos vencimentos, terá direito de ter seu tempo de serviço pelo INPS e aquele que de um momento para outro se exonerar, sem ter gozado a licença, não deverá ter o mesmo direito? Causou menos ônus para o Estado, o último e, contudo, não terá a mesma garantia de contagem de tempo, o que é profundamente injusto.

Acresce que com a saída de funcionários dispensáveis, geralmente ociosos e não especializados, sobrarão ao Estado recursos para admissão, futura, de pessoal técnico e capaz. Indaga-se: conseguirá o Poder Público técnicos experimentados se não computar, para fins de aposentadoria e pensões, o tempo em que o servidor foi contribuinte do INPS? Sem dúvida, encontrará dificuldade.

Acresce, ainda, uma circunstância: a previdência social, hoje, está a cargo de órgãos paraestatais ou autárquicos, inclusive para os que trabalham no âmbito da empresa privada. Não há qualquer risco de fraudes na contagem recíproca do tempo de serviço.

Daí a nossa emenda, estabelecendo, no mesmo propósito que ditou o projeto, o que demonstra que há inteira pertinência, a contagem recíproca do tempo de serviço para fins de aposentadoria, pensões e disponibilidade, esta última, naturalmente, reservada apenas para o serviço público.

Convém notar-se que com o novo critério administrativo de contratar servidores, em maior número, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, haverá grande diversidade de tratamento previdenciário no próprio Serviço Público, e que será altamente prejudicial à sua realização. De fato, o empregado admitido sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho, naturalmente será contribuinte do INPS, que contará o tempo de serviço prestado ao Estado como ao particular, para fins de benefícios.

Já o funcionário público, propriamente dito, não terá direito a essa contagem de tempo prestado em empresas privadas.

E' de toda conveniência aproveitar-se esta oportunidade para regularização desse sério problema, sendo de notar-se que não haverá prejuízo para o Estado ou para as autarquias previdenciárias, uma vez que o projeto prevê a indenização daquela que conceder o benefício pelas demais de que o beneficiado foi contribuinte anteriormente.

Tão justa, tão oportuna e tão necessária é a providência que objetivamos em nossa emenda, que, não temos dúvida, ela merecerá a aprovação do Congresso Nacional, pondo fim à cegueira hoje existente pela desigualdade de tratamento existente, com algumas empresas (geralmente estatais ou de economia mista) contando tempo de serviço em atividade privada para fins de complementação de aposentadoria, enquanto outras não o contam; e, por outro lado, o INPS, que chega a conceder aposentadoria para servidores públicos (inclusive funcionários, cfr. art. 3.º, inciso I, e parágrafo único do art. 3.º da Lei Orgânica da Previdência Social), se recusa a contar tempo prestado ao Poder Público quando durante esse tempo não houve contribuição para a previdência social, e isto mesmo que o segurado queira recolher indenização.

Brasília, 22 de fevereiro de 1968. — Deputado Francisco Amaral

EMENDA N.º 31

Acrescente-se ao art. 8.º:

"... § 2.º E' facultado ao economista que pedir exoneração do cargo, continuar a contribuir para o Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas (SASSE), com direito aos benefícios e vantagens pelo mesmo concedidos, desde que pague a contribuição de segurado e mais a que seria devida pela Instituição a que estava vinculado".

Justificativa

A Lei n.º 4.518, de 2.12.1964, no art. 6.º, faculta ao associado que perder o emprego, fôr suspenso de suas funções ou se licenciar para tratar de interesses particulares, continuar a contribuir para o órgão previdenciário, desde que pague a sua contribuição e mais a que seria devida pela empregadora. Justo é, portanto, explicitar que goza também da mesma faculdade o economista que pede exoneração do cargo, atendendo ao objetivo visado pelo projeto.

Sala das Comissões, 7 de março de 1968. — Deputado Flores Soares.

EMENDA N.º 32

Acrescente-se ao art. 9.º o seguinte:

Parágrafo único. Finda a prorrogação da licença extraordinária instituída por esta lei, e ocorrendo a exoneração ou caracterizado o abandono de cargo pelo servidor será automaticamente extinto o respectivo cargo, através de decreto.

Justificativa

Se o servidor licenciado fôr considerado ocioso, não poderá ocorrer substituição. E' o que prevê o item II do art. 3.º. Ocorre, no entanto, que, sobrevindo a demissão do servi-

dor ao fim da prorrogação, ou sobrevivendo a vacância, pela declaração de abandono de cargo, restará o cargo vago, que poderá voltar a ser provido. Como não pode ocorrer substituição, torna-se indispensável a extinção do cargo, que propomos através da presente emenda, na convicção de que ela contribuirá para melhor atender aos elevados objetivos da proposição submetida pelo Poder Executivo ao Congresso.

Sala das Comissões, 7 de março de 1968. — Senador Júlio Leite.

EMENDA N.º 33

Dê-se a seguinte redação ao artigo 10:

"Art. 10. Fica ampliado para 10 (dez) anos, consecutivos ou não, para aqueles que o solicitarem em 1968 ou em seguida ao término de licença extraordinária, o prazo máximo de licença para tratar de interesses particulares, a que se refere o art. 110 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis."

Justificativa

Consoante a Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem Presidencial, o efeito do art. 10 do projeto será ensejar o gozo de licença sem vencimentos, para o trato de interesses particulares, após haver o servidor terminado licença extraordinária, dando-lhe assim "prazo suficientemente longo para que adquira condições de se desligar definitivamente do serviço público."

E' ilógico, portanto, que se restrinja ao ano de 1968 o período estabelecido para a solicitação deste último tipo de licença; e tanto mais quanto a lei fixa no mínimo de um e até o máximo de seis anos, o prazo para a licença extraordinária.

Atendendo a esta consideração, a redação proposta terá ainda a vantagem de colocar em termos de praticabilidade a regra prescrita no § 1.º do mesmo artigo.

Sala das Sessões, 4 de março de 1968. — Senador Adalberto Senna.

EMENDA N.º 34

Substitutiva ao art. 10:

Redija-se assim o art. 10:

"Fica ampliado para 10 anos, consecutivos ou não, para aqueles que o solicitarem em 1968, o prazo máximo de licença para tratar de interesses particulares, a que se refere o artigo 110 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, — bem como a soma da licença extraordinária a que se refere o art. 4.º desta lei, com licença para tratar de interesses particulares que a ela se seguir, imediatamente."

Justificativa

A redação do art. 10, caput, do projeto, não é clara.

Assegura a elevação para o prazo máximo de 10 anos do período de licença para tratar de interesses particulares de que cuida o art. 110, do Estatuto dos Funcionários Públicos, desde que a licença seja solicitada em 1968. Entretanto, o parágrafo seguinte, manda deduzir desse tempo o período de licença extraordinária. Isto demonstra que o objetivo do legislador é o de assegurar um afastamento até 10 (dez) anos, somado o tempo de licença extraordinária com o de licença para tratar de interesse particular.

Ora, como está redigido o "caput", ninguém terá direito aos 10 anos de licença para tratar de assuntos particulares, uma vez que 1968 será também o ano em que o funcionário poderá pleitear a licença extraordinária.

Requerer ambas as licenças, cumulativamente não é conveniente ao funcionário e, diante da redação do

art. 10 seria duvidosa a obtenção. Por outro lado se requerer em 1968, a licença para trato de interesses particulares, não poderá ter a licença extraordinária, que é remunerada.

A verdade é que o projeto, no artigo 10 confundiu a licença extraordinária com a do art. 110 do Estatuto. E dessa confusão surge a perplexidade.

Melhor será esclarecer-se, que a licença para tratar de interesses particulares será de 10 anos para os que a requererem em 1968 — pois alguns funcionários podem optar por ela, desde logo — e que também se a de 10 anos a soma da licença extraordinária — com a destinada a tratar de interesse particular que se lhe seguir imediatamente.

Dada essa redação, tudo ficará mais claro e poderá ser suprimido o § 1.º. Brasília, 27 de fevereiro de 1968. — Deputado Francisco Amaral.

EMENDA N.º 35

No art. 10, onde se lê: "1968"

Diga-se:

"1968 e 1969".

Sala das Comissões, 4 de março de 1968. — Humberto Lucena.

EMENDA N.º 36

Acrescente-se ao parágrafo segundo do art. 10:

"... e a licença só poderá ser interrompida por ato do funcionário ou do servidor de autarquia."

Justificativa

Se o objetivo do projeto é estimular a integração nas atividades privadas, do servidor cuja presença, no serviço público, se torna desnecessária, deve-se assegurar aquele que o faz, mediante licença até dez anos para tratar de interesses particulares — sem ônus, portanto, para os cofres públicos — que a licença não será interrompida, a qualquer momento, pela convocação para o serviço, facultado pelo art. 114 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis. Sem essa garantia como poderá o servidor licenciado para tratar de interesses particulares assumir vínculo empregatício com entidade privada, a prazo fixo, se ficar sujeito a ser chamado de volta ao serviço público, a qualquer momento?

Sala das Comissões, 7 de março de 1968. — Flores Soares.

EMENDA N.º 37

Acrescente-se ao artigo 10, remunerado os subsequentes:

Art. 11. Terá prioridade na obtenção de licença para trato de interesses particulares, ou de licença extraordinária, respectivamente, o funcionário a que tenha sido concedida:

I — licença extraordinária.

II — licença para trato de interesses particulares terminado no período de vigência desta lei.

Justificativa

A condição fundamental a exigir-se para a obtenção da licença extraordinária é a mesma a que já está subordinada a da licença para trato de interesses particulares. Num e noutro caso, pressupõe-se a verificação de não ser inconveniente ao serviço público e pretendido afastamento do funcionário.

E' razoável, portanto estabelecer-se, em princípio, a desnecessidade de renovar-se ou delongar-se tal verificação, nas hipóteses previstas na emenda, isto é, quando esse aspecto da questão teve de ser devidamente apreçado no processamento da licença precedente.

Acresce que as prioridades em vista condizem com a própria filosofia de um projeto que tem, entre os escopos, o de dilatar o afastamento do funcionário, dando-lhe "prazo sufi-

cientemente longo para que adquira condições de se desligar definitivamente do serviço público.

Sala das Sessões, 4 de março de 1968. — *Adalberto Sena*.

EMENDA Nº 38

Acrescente-se ao art. 10 o seguinte: "§ 3º Aos que estiverem em gozo de licença para tratar de interesses particulares é assegurado o direito de requerer o benefício da presente lei, independentemente de reassunção do cargo."

Justificativa

A apresentação da emenda supra visa colaborar com os propósitos do Executivo ao enviar o projeto ao Congresso Nacional: os servidores licenciados para tratar de interesses particulares, entre os quais estudos e mesmo, atividade em empresa privada, serão beneficiados se puderem prosseguir, sem a solução de continuidade que representaria a reassunção para o requerimento de licença extraordinária. Igualmente beneficiada seria a administração pública que, já tendo providenciado substitutos para tais servidores durante um ou dois anos, não teriam que desmontar a máquina para acolher novamente e por pouco tempo o titular do cargo e, novamente, montá-la ao ser-lhe concedida a licença extraordinária.

Sala das Comissões, 7 de março de 1968. — *Teófilo Pires*.

EMENDA Nº 39

Suprime-se o art. 12.

Justificação

O dispositivo é, inteiramente, inócuo.

Sala das Comissões, 4 de março de 1968. — *Humberto Lucena*.

EMENDA Nº 40

Dê-se, ao art. 13 a seguinte redação:

"Esta lei entrará em vigor sessenta (60) dias, após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Comissões, 4 de março de 1968. — *Humberto Lucena*.

EMENDA Nº 41

Acrescente-se, onde couber:

"Art. 1º Quando marido e mulher forem funcionários federais, poderá a esposa requerer, de acordo com o seu cônjuge, que seja transferido deste e passe a fazer parte integrante do seu tempo de serviço, o período necessário para completar o tempo para a sua aposentadoria a pedido, a qual será requerida no mesmo documento."

Parágrafo único. A aposentadoria obtida nos termos do que prescreve este artigo será calculada na base de 80 por cento sobre o menor vencimento, quer seja o da esposa ou o do marido.

Art. 2º O período cedido pelo esposo, nos termos desta lei, será deduzido integralmente do tempo de serviço constante da sua ficha funcional, não lhe cabendo mais qualquer direito, atual e futuro, sobre o mesmo, perdendo, inclusive, a partir da data da concessão da aposentadoria à esposa, as gratificações adicionais, licenças especiais e quaisquer outras vantagens que tenha auferido em decorrência desse período.

Justificativa

Existe no seio do Poder Executivo o desejo manifesto de reduzir a despesa com pessoal, eliminando o servidor ocioso, de tal forma a ensejar condições de elevar o nível de vencimentos dos que restarem, exigindo em contrapartida, maior quantidade e melhor qualidade de serviço.

A idéia tem sido recebida com certa apreensão, embora seja louável a decisão. Mas existe determinado receio que as providências a serem tomadas para atingir esse objetivo, im-

plequem em maiores sofrimentos para essa numerosa classe.

Julgo que as medidas para a concretização dessa norma devam obedecer a um princípio de humanidade, evitando-se os excessos e as decisões unilaterais, que representem uma coação ou em cerceamento de direitos. Pois, estabelecendo-se diplomas legais optativos, com o que se propõe na emenda, dentro em breve se há de verificar substancial redução nos gastos com pessoal. A cessão de parte do tempo de serviço do marido para ser anexada ao tempo necessário à aposentadoria da esposa se enquadra no princípio filosófico que rege a comunidade do casal.

Como medida tendente a aumentar a economia se reduz de 20 por cento o vencimento da mulher aposentada nos termos desta lei, sendo ainda a aposentadoria concedida na base do menor vencimento quer seja ele o da esposa ou o do marido. Este, por sua vez, perderá, como é natural, todas as vantagens que lhe são atribuídas em decorrência do tempo de serviço transferido para a esposa. Há, assim, um conjunto de providências que resultam em substancial economia para o erário.

Sala das Sessões, 6 de março de 1968. — *Ney Maranhão*.

EMENDA Nº 42

(Onde conveniente)

"Art. Fica constituído o "Fundo de Redução de Despesas de Custeio" que será alimentado pela economia resultante das medidas de que trata a presente lei, e de outras reduções que vierem a ser obtidas, em 1968, na execução das despesas correntes."

Parágrafo único. O Fundo será utilizado como fonte de recursos para investimentos de natureza prioritária, cuja execução possa vir a ser comprometida pela eventual discrepância entre a previsão e a efetiva realização, em 1968, da receita tributária e das despesas fixas."

Sala das Comissões, 5 de março de 1968. — *Francelino Pereira*.

EMENDA Nº 43

Inclua-se onde couber:

Art. As seções judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância, as Delegacias e Subdelegacias do Departamento de Polícia Federal poderão requisitar servidores da administração centralizada ou autárquica, independente de qualquer formalidade, pelo prazo de cento e vinte (120) dias:

§ 1º As requisições para prazos superiores ao estabelecido neste artigo dependerão do prévio assentimento dos respectivos chefes e obedecerão às normas em vigor.

§ 2º Em qualquer dos casos as despesas com vencimentos correrão por conta das repartições de origem salvo para o exercício de funções gratificadas e cargos em comissão.

Justificação

Tanto a Justiça Federal como as Delegacias da Polícia do DPF, que prestam relevantes serviços nos Estados, estão lutando com insuficiência de pessoal. Para a Justiça, os quadros numericamente inferiores às reais necessidades dependem de aproveitamento quase sempre demorado e oneroso. Normalmente os Juizes necessitam de pessoal habilitado, ainda que em caráter temporário, e, para tanto, ou aguardam as demoradas requisições ou se vêem forçados a contratar pessoal, acarretando pesado ônus à União.

As Delegacias da Polícia Federal não sofrem menos. Dezenas de inquéritos se encontram paralisados à falta de pericia contábil para os crimes de sonegação fiscal e pericia técnica para os casos de contrabando. Em contrapartida a União deixa de receber, ou pela prescrição, ou de-

mora, centenas de milhares de cruzzeiros novos.

O presente projeto que tem por base a redução do pessoal excedente que alcança a cifra de 200.000, visa, também, a redução da despesa com vencimento. O que se pretende é aparelhar a Justiça e a Polícia Federal com funcionários habilitados conhecidos dos Juizes e dos Delegados, propiciando o aumento da arrecadação e evitando desnecessárias despesas com os contratos de pessoal temporário.

O prazo de 120 dias, independente de qualquer formalidade, atende aos casos mais urgentes, propicia um estágio onde se conhecerão qualidades técnicas-morais dos requisitados, enquanto representa o lapso de tempo necessário à tramitação das requisições por prazos mais demorados ou indeterminados.

Sala das Comissões 5 de março de 1968. — *Arruda Câmara*.

EMENDA Nº 44

Onde couber:

Art. Será computado para efeito de aposentadoria o "funcionário civil da União, das Autarquias e de entidades para-estatais, o tempo de serviço prestado em entidades privadas, durante o qual contribuiu para os Institutos de Previdência Social, desde que requerido pelo interessado e comprovado mediante certidão do Instituto Nacional de Previdência Social."

Justificativa

Há no serviço público funcionário que não tiveram ingresso, somente após vários anos de trabalho em entidades privadas e muitos dos quais não vislumbram sequer a mais remota possibilidade do justo prêmio aos anos de dedicado labor, já que pela contagem de tempo, somente em idade demasiado avançada lograrão a aposentadoria. Entretanto trabalharão 5, 10, 15 ou mais anos contribuindo para o esforço comum em prol do desenvolvimento nacional e também para os Institutos de Previdência Social, sem que disso lhes resulte qualquer benefício. Visa a presente emenda de alto alcance social, a fazer justiça a esses servidores que na maioria dos casos se vêm condenados a morrer no trabalho, pois pelas estatísticas mais recentes a média de vida do brasileiro não atinge os 50 anos de idade.

Sala das Comissões, 7 de março de 1968. — *Reynaldo Sant'Ana*.

EMENDA Nº 45

(Onde conveniente)

"Art. Poderá ser aposentado, se o requerer, o funcionário administrativo que contar mais de vinte anos de serviço, tiver mais de quarenta anos de idade e for considerado dispensável pelo poder público competente, no cargo que ocupa."

§ 1º Na apreciação do atributo de dispensável, o poder público encarará o lado do funcionário para atender condições pessoais alegadas no requerimento e o lado do serviço público, o rejuvenescimento ou redução dos quadros de pessoal, a especialização de função, a diminuição da despesa pública, a dificuldade de preenchimento do cargo, a vantagem da dispensa para a reorganização ou modernização do serviço.

§ 2º Será considerado dispensável o funcionário que preenchendo as condições do artigo, ocupar cargo suscetível de extinção, ou não preenchível com o seu afastamento ou que dê lugar à extinção de um cargo inferior.

§ 3º Concedida a aposentadoria nos termos do § 2º, será reduzido de um cargo o grupo ocupacional a que pertencia o aposentado.

Art. Os proventos do aposentado serão proporcionais ao tempo de ser-

viço público, federal, estadual ou municipal, exercido pelo funcionário."

Sala das Comissões, 6 de março de 1968. — *Francelino Pereira*.

EMENDA Nº 46

Acrescente-se onde couber:

"Art. Para definir a capacidade ociosa de cada Órgão, os Ministérios e as Autarquias organizarão dois quadros — Necessários e Excedente — por classe ou categoria dos funcionários e servidores."

Parágrafo único. De posse dos elementos constantes deste artigo os Ministérios e as Autarquias poderão fazer, através do Ministério do Planejamento, transferência do pessoal excedente, respeitadas a categoria e os direitos de cada funcionário ou servidor."

Visa a emenda dar aos poderes públicos mais uma oportunidade para extinguir o quadro ocioso, com vantagem para o Tesouro e o restabelecimento da dignidade do funcionalismo público.

Sala das Comissões, 6 de março de 1968. — *Vasco Filho*.

EMENDA Nº 47

Acrescente-se onde couber:

"Art. É extensivo ao servidor, público ou autárquico, sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, desde que conte mais de dois anos de serviço, o disposto nos arts. 110 a 114 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952."

Sala das Comissões, 7 de março de 1968. — *Deputado Mário de Abreu*.

EMENDA Nº 48

Inclua-se:

"Art. São revogados os incisos VI e VII do art. 195 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União)."

Art. As incompatibilidades entre o exercício de cargos, funções ou empregos públicos, a exceção do cargo ou emprego de magistério, e a atividade comercial ou industrial ou a participação em gerência ou administração de empresa privada, serão declaradas em decreto, do Poder Executivo, tendo em vista a natureza e os objetivos de cada órgão da administração pública, inclusive autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações."

Justificativa

O projeto do Executivo abre aos funcionários públicos — notoriamente mal remunerados, mas igualmente detentores de um número já apreciável de anos de serviço, que lhes confere uma situação de certa estabilidade — uma oportunidade de tentarem caminhar, menos limitados em empresas privadas. Com isso, pretende o Executivo ver reduzida a capacidade ociosa no serviço público, alimentando a experiência da atividade privada sem perda imediata da função pública, antes remunerando a ausência, ainda que com menor vencimento, e por períodos de licença prorrogáveis.

Não se pretende discutir os efeitos da licença especial que se deseja criar, já que o próprio Executivo a apresenta como uma experiência. Resta, portanto, esperar sua aplicação para avaliar, depois, os resultados quanto ao objetivo visado.

Acreditamos, contudo, que o projeto do Executivo contém uma prévia limitação ao sucesso da medida que propõe, pois retira da experiência a que anima os funcionários da União uma larga faixa da empresa privada, ou seja, os cargos de gerência e de diretoria, talvez os únicos em que a experiência venha a ser melhor sucedida a ponto de motivar a renúncia à função pública. A limitação es-

tá contida nos incisos do art. 195 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, cuja revogação é proposta pela emenda que tenho a honra de submeter à consideração da douta Comissão. Tais incisos proíbem terminantemente o exercício do comércio e a participação da gerência ou direção de empresas privadas, a menos que o exercício do comércio seja processado na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

A interpretação dos órgãos da própria administração pública, emitida fartamente, com foros de jurisprudência firmada, é no sentido de que, ainda que licenciado do cargo ou da função, o servidor não perde sua vinculação com o serviço público e, como tal, é ainda alcançado pelas proibições contidas no seu Estatuto. Entre elas, a de praticar o comércio ou gerenciar e dirigir empresas privadas. Nestas condições, o funcionário licenciado na forma do projeto que ora está sendo estudado, ainda assim estaria alcançado pelas proibições dos incisos VI e VII do art. 195.

Acreditamos, contudo, que não se poderá, sem ferir o princípio constitucional da igualdade de tratamento perante a lei, revogar ou suspender as proibições de tais incisos exclusivamente para os servidores que pedirem ou obtiverem a licença especial de que cogita o projeto. A revogação teria, assim, de ser mais ampla, referindo-se a todos os funcionários. Ainda assim, acreditamos que a medida se justifica pela própria prática do Estatuto, cujas proibições que se pretende derrogar não tiveram a eficácia desejada. Quando muito contribuíram para que se multiplicassem as autorizações para as esposas comerciantes, autorizações que se limitaram aos aspectos meramente jurídicos, continuando as esposas a cuidar dos lares e os maridos a comerciar sem seus nomes, sem exonerar-se dos cargos públicos. O quadro, tantos anos decorridos, se apresenta, antes, como a lei contribuindo para uma anomalia, instituindo como situação jurídica perfeita comerciantes apenas de direito, que outra coisa não são as esposas autorizadas a comerciar mas que não exercem de fato o comércio.

E é evidente que existem incompatibilidade entre o exercício de cargos ou empregos públicos em algumas repartições e a atividade comercial ou industrial, não se recomendando que o servidor acumule, em determinados casos, as duas atividades, maxime quando tiverem relação entre si, seja pela fiscalização, seja pela concessão de favores e estímulos creditícios. Tais incompatibilidades poderão, contudo, ser declaradas especificamente em decreto do Presidente da República, ou, mesmo, nos Regimentos de cada órgão, para abranger todo o organismo ou apenas setores de cada órgão. Com essa providência a lei ganhará maior eficácia e estará igualmente erradicando uma situação falsa, que admitiu até hoje por uma dessas ficções jurídicas que são tão injustas quanto ridículas.

Sala das Comissões, 7 de março de 1968. — Senador Milton Trindade.

DISPOSITIVOS CITADOS DO ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS CIVIS DA UNIÃO

Art. 195. Ao funcionário público é proibido:

VI — participar da gerência ou administração de empresa industrial ou comercial, salvo quando se tratar de cargo público de magistério.

VII — exercer comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como acionista, cotista ou comanditário.

EMENDA Nº 49

Acrescente-se, onde couber:

Art. O ocupante do cargo de Magistério Superior poderá requerer aposentadoria a pedido, quando contar 25 (vinte e cinco) anos de serviço público, percebendo mensalmente, por cada ano de serviço, importância equivalente a 1/20 do salário mensal e adicionais.

Parágrafo único. O requerimento de aposentadoria, a que se refere este artigo, somente será atendido se o afastamento do Professor independentemente da condição de dar-lhe substituto imediato ou se o mesmo já se encontrar afastado da função há mais de 3 anos.

Justificativa

A emenda além de se ajustar ao espírito do Projeto, pois ensina economia para o erário federal, representa um imperativo da maior justiça e se enquadra nos casos previstos pela Constituição Federal.

Tanto o professor de ensino primário como o de centro de ensino particular, mesmo de curso superior podem requerer sua aposentadoria a pedido, ao atingir 25 anos de serviço. O exercício do magistério exige, igualmente do titular um desdobramento de esforços que justifica a medida, da mesma forma que outras classes já atendidas por essa redução de prazo.

Sala das Comissões, 7 de março de 1968. — Deputado José Mandelli.

EMENDA Nº 50

Acrescente-se onde couber:

Art. O período correspondente a férias não gozadas será contado em dobro para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

Justificativa

As férias do servidor público representam um direito inalienável, somente deixando de serem gozadas quando o exige a própria necessidade do serviço.

Na empresa privada, o empregado que não usufrui o período destinado a férias, recebe o salário correspondente em dobro. Já que esta solução é mais difícil no caso do funcionário público que, pelos menos, se conte em dobro o tempo que o servidor acumulou das férias a que tinha direito, a fim de atender à premência do serviço.

Sala das Comissões, 7 de março de 1968. — Deputado Rozendo de Souza.

EMENDA Nº 51

Acrescente-se onde couber:

Art. Uma vez concedida a licença requerida pelo funcionário, não poderá a repartição admitir, durante o prazo preliminar, qualquer substituto ao servidor licenciado, mesmo que sob a forma de contrato sujeito à C.L.T.

Justificativa

A medida é altamente moralizadora e visa assegurar ao projeto reais benefícios aos cofres públicos. Com a substituição do servidor licenciado, mediante contrato sujeito à C.L.T., tão em uso, o afastamento do servidor, em vez de economia, poderá acarretar maior ônus para a União.

Sala das Comissões, 7 de março de 1968. — Deputado Rozendo de Souza.

EMENDA Nº 52

Acrescente-se onde couber:

Art. O reajustamento dos proventos dos inativos e pensionistas obedecerá aos valores previstos nas tabelas baixadas sob o decreto explicativo da lei atual de reajustamento e não aos valores resultantes da aplicação aos inativos e pensionistas, do coeficiente prescrito no Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966.

Justificativa

Os cálculos baseados no disposto no Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro

de 1966, vêm trazendo sensíveis prejuízos aos inativos e pensionistas, que a lei atual procurou corrigir, desde que permitiu a estes igual aumento ao que foi concedido aos servidores no exercício de suas funções. A emenda torna mais clara a intenção do legislador.

Sala das Comissões, 7 de março de 1968. — Deputado Rozendo de Souza.

EMENDA Nº 53

Inclua-se o seguinte artigo:

“... Art. 12. Não se aplicam aos licenciados em virtude desta Lei, enquanto durar a licença, as proibições e impedimentos estabelecidos no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União ou em lei especial.

Justificativa

O art. 195, VI, e VII, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, veda ao servidor a participação em gerência ou administração de empresa industrial ou comercial, bem como o exercício de comércio, mesmo como participante de sociedade, exceto como acionista, cotista ou comanditário. Leis especiais também contêm proibições do mesmo gênero, como é o caso da Lei nº 1.341, de 30 de janeiro de 1951 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), aplicável aos procuradores das autarquias.

Ora, sem a suspensão dessas proibições e impedimentos, dificultar-se-á a integração dos servidores desnecessários, na empresa privada, eis que só poderão fazê-lo na condição de empregados, e nunca como interessados ditos ou como administradores.

Sala das Comissões, 7 de março de 1968. — Deputado Flores Soares.

EMENDA Nº 54

Aditiva

Art. O disposto na presente lei é extensivo aos servidores do Poder Judiciário.

Sala das Comissões, 7 de março de 1968. — Deputado Nelson Carneiro.

EMENDA Nº 55

Acrescente-se, onde couber:

— “As promoções do funcionalismo público civil serão realizadas anualmente, em janeiro e julho.

Justificativa

A promoção regular dos funcionários públicos, se realizada dentro de padrões justos, é também uma forma de estímulo aos capazes e de desestímulo aos ociosos.

Sala das Comissões, 7 de março de 1968. — Deputado Nelson Carneiro.

EMENDA Nº 56

Inclua-se, onde couber:

“Art. Os funcionários efetivos e os empregados admitidos sob o regime da CLT, da administração direta ou indireta, desde que titulares de cargos ou funções de médicos, cirurgiões-dentistas, farmacêuticos, enfermeiros ou auxiliares de enfermagem ou de outros cargos ou funções do serviço público, que sejam portadores de diplomas correspondentes a qualquer dessas profissões, poderão requerer, no decorrer de 1968 e 1969, uma licença excepcional, pelo prazo de um (1) a cinco (5) anos, com direito a percepção mensal de oitenta por cento (80%) dos seus vencimentos mais a gratificação adicional por tempo de serviço e o salário-família, desde que se proponha a prestar serviços em localidade do interior do país onde não haja nenhum outro serviço da mesma categoria funcional ou profissional liberal da mesma carreira.

Parágrafo único. O servidor beneficiado com a licença criada por este artigo instalará residência fixa na localidade referida no seu requerimento, sob pena de demissão.

Justificativa

A proposição que ora apresentamos cogita de criar uma nova modalidade de licença, para atender, em caráter especial, aos reclamos da saúde pública, no interior do Brasil.

Creio que a emenda vai ao encontro, inclusive, das recentes declarações do Ministro do Interior, no sentido da melhoria das condições de vida da vasta região amazônica.

Como a medida implica em diminuição de despesa de custeio, acreditamos que será bem recebida pelo próprio Governo.

Sala das Comissões, em 6 de março de 1968. — Deputado Humberto Lucena.

EMENDA Nº 57

Inclua-se, onde couber:

Art. O art. 80, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, fica acrescido do seguinte item:

IV — O tempo de serviço durante o qual o funcionário esteve em gozo de licença para tratamento de saúde (art. 88, item I, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952).

Justificativa

Nada mais justo do que a contagem, para efeito apenas de aposentadoria e disponibilidade do período de tempo de serviço, em que o funcionário esteve de licença para tratamento de saúde.

Sala das Comissões, 6 de março de 1968. — Deputado Humberto Lucena.

EMENDA Nº 58

Inclua-se onde couber:

“Art. A retribuição dos serviços sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, durante a licença, corresponderá aos salários proporcionais ao tempo de serviço, de acordo com o princípio que regula o cálculo dos proventos de aposentadoria dos funcionários efetivos, incidindo sobre o seu respectivo valor, dentro dos mesmos prazos, as percentagens fixadas pelo artigo 4º, segundo, inclusive, as normas constantes dos parágrafos deste artigo.

§ 1º Aos salários proporcionais ao tempo de serviço será acrescido o valor relativo ao 13º (décimo terceiro) mês.

§ 2º Nos 3 (três) primeiros anos de licença, os servidores referidos neste artigo não poderão receber retribuição mensal inferior a 50% (cinquenta por cento) da soma do salário correspondente à sua função com a importância equivalente ao duodécimo do décimo terceiro mês (13º).

Justificativa

A emenda pretende disciplinar melhor, no texto da Lei, a situação do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Sala das Comissões, em 7 de março de 1968. — Deputado Humberto Lucena.

EMENDA Nº 59

Inclua-se, onde couber:

“Art. O disposto nesta lei poderá aplicar-se aos servidores do Poderes Legislativo e Judiciário, através de Resolução, no primeiro caso, e de decisão administrativa no segundo.

Justificativa

A emenda procura abrir, aos servidores do Legislativo e Judiciário, uma perspectiva de extensão das vantagens desta lei.

Sala das Comissões, em 4 de março de 1968. — Deputado Humberto Lucena.

EMENDA Nº 60

Inclua-se, onde couber:

“Art. O pedido de licença será decidido no prazo improrrogável de noventa (90) dias observado no seu processamento, a rigorosa ordem de entrada no respectivo protocolo.”

Justificação

Procuramos assim fixar um prazo para o processamento das licenças. Sala das Comissões, 4 de março de 1968. — *Humberto Lucena*.

EMENDA Nº 61

Inclua-se, onde couber:

"Art. Após cada quinquênio de efetivo exercício, ao funcionário que requerer conceder-se-á licença especial de três (3) meses, com todos os direitos e vantagens do seu cargo efetivo."

Parágrafo único. A concessão da licença prevista neste artigo, dependerá do atendimento das exigências contidas no parágrafo único, do art. 116, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Justificação

A emenda visa dar uma nova disciplina à licença prêmio, prevista no art. 116, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952.

Em vez de seis (6) meses, para cada dez (10) anos, sugerimos três (3) meses para cada cinco (5) anos.

A medida já está em vigor, inclusive, na legislação de pessoal no Estado da Guanabara.

Sala das Comissões, 4 de março de 1968. — *Humberto Lucena*.

EMENDA Nº 62

Inclua-se, onde couber:

"Art. No prazo de quarenta e cinco dias (45), a contar da vigência deste diploma legal, o Poder Executivo, através do Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP), publicará no *Diário Oficial*, a relação completa dos funcionários efetivos e servidores regidos pela CLT considerados ociosos, nos termos do parágrafo único, do art. 2º, desta lei como garantia do direito às vantagens ora estabelecidas".

Justificação

A emenda destina-se a assegurar, aos servidores em geral, amparados por esta lei, o direito a se beneficiarem de suas vantagens, eis que, sem uma relação publicada, previamente, não se poderá saber quem é ou não ocioso.

Sala das Comissões, 6 de março de 1968. — *Humberto Lucena*.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1968

Aprova o texto do Decreto-lei nº 342, de 22 de dezembro de 1967, que prorroga o prazo de vigência do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre estímulos ao aumento de produtividade.

Art. 1º É aprovado o texto do Decreto-lei nº 342, de 22 de dezembro de 1967, que prorroga o prazo de vigência do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre estímulos ao aumento de produtividade.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 12 de março de 1968

GILBERTO MARINHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1968

Aprova o texto do Acórdão sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre o Brasil e a República do Peru, assinado em Lima, a 30 de novembro de 1966.

Art. 1º É aprovado o texto do Acórdão sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre o Brasil e a República do Peru, assinado em Lima, a 30 de novembro de 1966.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de março de 1968.

Senado Federal, 12 de março de 1968

GILBERTO MARINHO
Presidente do Senado Federal

ACÓRDO SOBRE COOPERAÇÃO NO CAMPO DOS USOS PACÍFICOS DA ENERGIA ATÔMICA ENTRE A REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E A REPÚBLICA DO PERU.

Os Governos dos Estados Unidos do Brasil e do Peru, movidos pelo desejo de animar, por todos os meios ao seu alcance, o desenvolvimento de uma cooperação mais eficaz entre os dois países;

Convencidos de que a vontade dos dois Governos é a de incrementar ainda mais as estreitas relações de amizade que unem o Brasil e o Peru;

Considerando que o progresso do Continente Americano, no campo dos usos pacíficos da energia nuclear, depende, em grande parte, da colaboração entre as nações americanas, para unir esforços e coordenar programas de ação;

Considerando que as recomendações formais da Comissão Interamericana de Energia Nuclear dão a esse princípio de auxílio mútuo uma importância fundamental;

Considerando que os Estados Unidos do Brasil e o Peru já colaboram entre si em vários aspectos do emprego pacífico da energia nuclear; e que é conveniente formalizar essa colaboração, a fim de torná-la mais eficaz e frutífera,

Resolvem celebrar um Acórdão inspirado nestes altos propósitos e, para tal finalidade, nomeiam seus plenipotenciários.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Excelentíssimo Senhor Embaixador Juracy Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

O Presidente da República do Peru, o Excelentíssimo Senhor Jorge Vasquez Salas, Ministro das Relações Exteriores.

Que, depois de exibirem os seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma;

Convieram nas disposições seguintes:**Artigo I**

As Altas Partes Contratantes convêm em prestar-se, mutuamente, ampla assistência em todos os aspectos da aplicação da energia atômica para fins pacíficos.

Artigo II

As Altas Partes Contratantes encarregarão as suas respectivas comissões nacionais de energia atômica da elaboração de um programa conjunto de cooperação nesse setor, tomando em consideração os seguintes pontos principais:

- intercâmbio de informações e idéias;
- formação e aperfeiçoamento de pessoal técnico e profissional;
- assistência técnico-científica;
- coordenação da política das respectivas comissões nacionais, à luz das responsabilidades que têm o Brasil e o Peru, como Membros das Nações Unidas, da Agência Atômica e da Organização dos Estados Americanos.

Artigo III

O presente Convênio será ratificado após satisfetas as formalidades constitucionais vigentes em cada uma das Partes Contratantes e entrará em vigor trinta dias após a troca dos Instrumentos de ratificação, a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro no mais breve prazo possível.

Cada uma das Altas Partes Contratantes poderá denunciá-lo a qualquer momento, cessando, porém, os seus efeitos, trinta dias após a denúncia.

Em fé do que os Plenipotenciários supramencionados firmam e selam o presente Convênio, em dois exemplares, um em português e outro em espanhol.

Feito na cidade de Lima, Capital da República do Peru, aos trinta dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e seis.

Pela República dos Estados Unidos do Brasil — *Juracy Magalhães*.

Pela República do Peru — *Jorge Vasquez Salas*.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1968

Aprova o texto do Decreto-lei nº 338, de 19 de dezembro de 1967, que dá nova redação ao art. 12 e seu § 1º do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967.

Art. 1º É aprovado o texto do Decreto-lei nº 338, de 19 de dezembro de 1967, que dá nova redação ao art. 12 e seu § 1º do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, que concede estímulos fiscais à capitalização das empresas, reforça os incentivos à compra de ações; facilita o pagamento de débitos fiscais.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 12 de março de 1968

GILBERTO MARINHO
Presidente do Senado Federal

SENADO FEDERAL**ATA DA 9ª SESSÃO, EM 12 DE MARÇO DE 1968****2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura (Extraordinária)****PRESIDENCIA DO SR. AARAO STEINBRUCH:**

As 10 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Alvaro Maia
Edmundo Leal
Arthur Virgílio
Cattete P. Queiroz
Menezes Pinto
Wilson Gonçalves
Manoel Vilhena
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz
José Furtado
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Carlos Lindenberg
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Mário Martins
Aurélio Vianna
Carvalho Pinto
José Feliciano
Adolpho Franco
Guido Mondim

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número inscrito

regimental declarou aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debates aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — A Presidência deferiu os seguintes Requerimentos de Informações, lidos na sessão anterior:

Nº 168-68, do Senador José Ermirio de Moraes, ao Ministro da Fazenda;
Nº 169-68, do Senador Aarão Steinbruch, ao Ministro da Indústria e Comércio.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Há requerimento sobre a mesa, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento nº 170, de 1968

Nos termos do art. 42 do Regimento Interno, requereio 30 dias de licença para tratamento de saúde a partir de 5 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1968. — *Paulo Saraite*

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — O requerimento lido está instruído de acordo com o que preceitua o Art. 12 do parágrafo único do Regimento Interno. Será submetido a votos oportunamente, tão logo se verifique a existência de quorum.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Há oradores inscritos

Tem a palavra o Sr. Senador Edmundo Levi. (Pausa).

S. Exa. não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Guido Mondin.

DE 1968

O SR. GUIDO MONDIN:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sirva-me desta sessão extraordinária para, enquanto se reúnem as comissões técnicas, trazer a este Plenário algumas notícias sobre o Rio Grande do Sul, notícias boas, notícias más.

Começo com as notícias más, para podermos depois, aliviar-nos, se para tanto existir interesse por parte dos colegas, da tensão que as más notícias sempre provocam.

O Rio Grande do Sul está, neste momento, vivendo um estado que não dá, quase, direi mesmo de calma à população. Depois de termos sofrido no transcurso do ano passado, dificuldades que se repetem anualmente, por força das enchentes que assolam o Rio Grande, estamos agora enfrentando a seca. É tão simples falar em seca, fazemos episódio no Rio Estácio e em tantas regiões do País! Mas, no caso do Rio Grande, neste momento, se faz realmente grave, quando ali particularmente e tão escassa a energia, segundo nos fala o Sr. Senador José Ermirio. Essa energia escassa está sendo agora reduzida de 60%, em sua capacidade de fornecimento.

Estive no Rio Grande, na semana passada, e lá tive a oportunidade de ver e de sentir os efeitos da seca.

Vejam, nobres colegas, que as nossas reservas hidráulicas estão reduzidas em mais de 60%, como é o caso da Hidrelétrica de Ernestina, cujos reservatórios estão com apenas 35% da capacidade, sem falar na Central de Jacuí, com suas reservas completamente esgotadas.

Recebendo jornais da minha terra, ainda ontem lia que a cidade de Porto Alegre perdia num dia 35.000 litros de leite pela falta de fornecimento de energia elétrica ao nosso entreposto.

Não é que o Rio Grande do Sul, nobre Senador José Ermirio, estivesse parado, imóvel, nas suas iniciativas de procurar uma produção maior de energia elétrica. Veja V. Exa. que estamos ativando a construção das hidrelétricas de Passo Real e Passo Fundo e, como V. Exa. sabe, a ampliação da termelétrica de Candioca. Mas V. Exa. sabe também que isso ainda é insuficiente para a demanda de energia no Rio Grande, para as suas necessidades. No entanto, é fácil calcular o que seja esse raciocínio a que se submeteu o Rio Grande, em 60% da sua atual capacidade energética.

Esta é a notícia má que trago do meu Estado. A notícia interessante, é a de que o Itamarati delegou ao Rio Grande a representação do Brasil na Feira Rural de Ribatejo, em Santarém, no nosso velho Portugal. Assim, o Rio Grande representará o Brasil, em junho vindouro, em Ribatejo, onde serão apresentados produtos agropecuários, inclusive animais vivos, bem como artigos industriais ligados à agricultura e à criação.

Entretanto, o que está acontecendo de mais festivo — agora passamos as notícias boas — no Rio Grande do Sul é a inauguração, breve, da ponte Quarai-Artigas.

Os nobres colegas que já visitaram meu Estado não ignoram que a construção dessa ponte é a realização de sonho de meio século. Enquanto nosso vizinho, o Uruguai, sempre teve a preocupação de apresentar bem suas cidades de fronteira, as nossas são de uma pobreza lamentável.

Agora Quarai vai concretizar velha aspiração, que não servirá evidentemente ao município, mas ao Rio Grande e ao Brasil inteiro, num elo de concreto armado que solidificará ainda mais a antiga amizade entre os dois países.

No ano de 1966, quando Ministro da Viação e Obras Públicas o Marechal Juarez Távora, tive oportunidade de visitar Quarai e assistir ao ato de assinatura do contrato de construção da ponte.

A construção da ponte — dizia — não vem completar, não vem satisfazer às necessidades já do município de Quarai, já do próprio Estado do Rio Grande do Sul, razão porque as autoridades e os elementos mais representativos do Município de Quarai estão enviando, à representação do Rio Grande, aqui no Senado — e eu estou pessoalmente recebendo — um memorial em que pede levantemos as nossas vozes, no sentido de sermos ouvidos pelo Poder Executivo, no atendimento dessas reivindicações que complementarão o objetivo alcançado com a construção da ponte. Assinam o Memorial diversas autoridades municipais, a começar pelo Prefeito Dr. Heraclides Santa Helena, os Presidentes do Rotary Clube de Quarai e de Artigas, presidentes de Associações Comerciais e Cooperativas Agrícolas e outras entidades representativas daquela comunidade gaúcha.

Vejam os nobres colegas que verdadeiro fenômeno ocorre. O "Correio do Povo" de domingo diz que a Ponte Quarai-Artigas será concluída muito antes do prazo fixado para o seu término. Mesmo raro, acontece em nossa terra.

A Ponte custou NGR\$ 1.520.000,00 (um milhão, quinhentos e vinte mil cruzeiros novos) foi iniciada em 13 de outubro de 1966, com prazo de entrega para 1º de outubro de 1968 e já está pronta. Confesso que satisfaz ao meu espírito.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Exa um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Com grande prazer.

O Sr. José Ermirio — V. Exa está descrevendo a situação do Estado do Rio Grande do Sul. O ano passado visitei o seu Estado três vezes e percorri várias regiões. A crise atual de energia elétrica, devido à diminuição de água dos rios, requer, por parte do povo e dos representantes do Rio Grande do Sul, no Congresso, um estudo apurado para que se faça, em Porto Alegre, uma usina nuclear que hoje já concorre com energia hidráulica. Se Minas Gerais, durante o Governo do Sr. Juscelino Kubitschek, construiu Três Marias, grande obra para a região central do Estado, justo é que se construa, em Porto Alegre, uma usina nuclear que poderá vender energia com o custo de 11 centavos o KWH, quando Pelotas vende a 90 centavos o KWH. Quer dizer, que se o Rio Grande do Sul seguir este rumo — o Presidente da República homem do Rio Grande deve conhecer o problema tão bem quanto nós, de que as fontes de energias hidráulicas estão realmente situadas muito longe e o custo da energia não é tão baixo quanto devia ser — poder-se-ia resolver o problema do Rio Grande do Sul com uma usina nuclear em Porto Alegre ou nos arredores. O caso mais importante, depois desse, é a industrialização dos produtos agrícolas como a soja e o milho. Se organizarem uma cooperativa como a de Ijuí poderão certamente, dentro de pouco tempo, industrializar a soja e o milho, como vi naquela cidade. Todos estes problemas são de grande valor para o Estado de V. Exa e devem ser abordados pelo Rio Grande do Sul em peso, a fim de que o Estado saia da situação de parádeiro em que se encontra.

O SR. GUIDO MONDIN — Nobre Senador José Ermirio, V. Exa procede com patriotismo. Homem de Pernambuco, industrialista ali e em São Paulo, mas que estende sua ação em todo o Brasil e, hoje, com interesses desenvolvimentistas no Rio Grande do Sul, V. Exa demonstra, com suas frequentes intervenções,

seu conhecimento sobre a situação do meu Estado. E quero agradecer, em nome dos gaúchos, esse interesse pelos problemas do Rio Grande do Sul.

Quando ouço V. Exa tenho a impressão de ouvir um gaúcho de permanência no Estado. E quando nos curvamos e silenciarmos diante dos protestos dos nossos colegas do Norte e do Nordeste é porque sabemos das dificuldades que aqueles nossos colegas enfrentam, mas não quer dizer que não tenhamos nossos problemas.

Já se chamou uma imensa parte do Rio Grande do Sul de "o novo Nordeste". Realmente, em nossa região de fronteira, a situação socioeconômica apresenta sérios problemas, apesar do potencial de riqueza que ali existe.

Quando venho, aqui, anunciar festivamente a inauguração breve da Ponte Quarai-Artigas, faço-o com a alma aberta em satisfação porque sei que são sintomas de recuperação dos rio-grandenses naquela região.

Mas eu queria Sr. Presidente e nobre colega Senador José Ermirio, dizer que o Sr. Presidente da República estará no Rio Grande do Sul no mês próximo e vai, dentro do sistema que se estabelece, dirigir o Brasil de lá dos meus prazos.

Então os gaúchos estão em plena ação para apresentar a S. Exa o Sr. Presidente da República as reivindicações que mais pecam no Rio Grande do Sul. Inclusive, lia nos jornais — talvez traga ao conhecimento do Plenário este particular — lia o trabalho elaborado pela Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul, sintetizando as necessidades do Estado onde a questão é da energia elétrica está amplamente focada tal qual disse V. Exa em seu aparte, neste instante.

Mas, Sr. Presidente, quero ler o memorial que recebi de Quarai, para que os nobres colegas tenham maior conhecimento das suas reivindicações.

É o seguinte:

Considerando que a construção da Ponte Internacional, ora em sua fase final, magnífico sonho do meio século, que se concretiza, transpormou o fim do Brasil, Quarai, e o fim do Uruguai, Artigas, através do abraço do concreto armado, no meio caminho, no elo que imana dois povos;

Considerando que a decisão dos dois Governos Federais, em autorizar a imediata construção da ponte Internacional, veio demonstrar calmamente que já não há fronteira entre Brasil e Uruguai e sim, como a vida e relações de amizade já fizeram tradição, há um profundo congruamento de idéias e valores, totalmente voltados para a construção completa da Redenção Econômica dessa região;

Considerando que após de tudo isso, ainda se fazem necessárias algumas medidas de suma importância, para o mais rápido e completo conhecimento da obra planejada, estas autoridades e estes povos respectivamente reivindicam às Extes. Autoridades Federais o que segue:

I) — Instalação da Comissão do Comércio Exterior (CACEX) na Agência local do Banco do Brasil S.A.

O nosso Município, situado em rica região, com área de 2.000 km2 onde se encontram vastas campinas povoadas por grandes rebanhos tanto bovinos, como ovinos de alta produtividade zootécnica, é possuidor de excelentes terras para o cultivo do arroz, trigo, milho e muitos outros cereais. Necessita, porém, vencer a situação de inferioridade em que se encontra em relação aos municípios vizinhos na comercialização de seus

produtos, na capacidade de encaminhar a legalização de suas importações ou exportações, sem ter de apelar para as viagens a outros municípios.

Além disso, como conseguiremos a preferência dos exportadores e importadores nacionais para que usem o trajeto aberto pela nova Ponte Internacional, se não tivermos a possibilidade de lhes oferecer a nossa cidade para facilitar a obtenção dos trâmites legais? Também precisamos dispor dos meios de facilitar ao máximo as transações legais para coibir as ilegais.

II — Implantação do Prolongamento da RM-63, no trecho Passo da Guarani-Rosário do Sul, numa extensão de 20 km.

Esta é o caminho natural para de Quarai alcançarmos a BR-290 em Rosário do Sul, alinhando-nos em uma perfeita rota com Porto Alegre, Salto e Montevideu, dando-nos uma economia em percurso de 104 km até a capital do Estado; principalmente quando vimos a BR-290 em nota de veto demandar a Alegria nos deixando a 244 km de Rosário do Sul.

Além do acima exposto, a implantação desse trecho rodoviário, viria proporcionar a redenção econômica social de vantagens de nosso município e do município de Rosário do Sul onde se situam só da nossa parte, populações nucleos de pequenos e médios produtores tais como São Diego, Caxilha de São Rafael, Boa União, Lagoinha, e outros, os quais se encontram em precária situação econômica, legados ao isolamento, pela carência de meios de acesso, sem a mínima possibilidade de atingirem em condições econômicas com suas produções os centros consumidores.

A premência dessa necessidade já foi bem compreendida pelas autoridades dos dois municípios, que em oportunidade anterior, conseguiram em convênio firmado, fosse iniciada e concluída a demarcação e nivelamento do eixo da citada rodovia pelo DNER, sendo posteriormente paralisados os trabalhos por falta de recursos.

Precisamos, nesta hora contar com o alto espírito público das nossas autoridades para a retomada dos trabalhos.

III — O mais pronto início dos trabalhos de implantação da BR-377. Queremos neste item, nos congratularmos com o Governo Federal, que para grande satisfação nossa, incluiu nas listas de prioridades do Plano Rodoviário Nacional a implantação dessa importante rodovia, que nos ligará ao Norte do Estado e do País, verdadeira estrada da integração Multi-Nacional.

Apelamos que para o ano de 1968, sejam liberadas as verbas para que tenhamos o seu início.

IV — Implantação da BR-200, ligando Quarai-Uruguaiana-Livramento.

Com a construção da Ponte Internacional Quarai-Artigas, já em fase de conclusão, a Ponte Internacional Uruguaiana-Passo de Los Livres (R. A.) já concluída, e a rodovia Quarai-Uruguaiana, a ser construída, estará completa a interligação Uruguai-Brasil-Argentina; pois essa estrada abrangendo a fronteira, em território brasileiro, proporcionará acesso a Uruguaiana-Passo de Los Livres, com uma economia em percurso de cerca de 80 quilômetros, em comparação com os 188 quilômetros que temos de percorrer para atingirmos essas cidades.

A Prefeitura Municipal de Quarai, em convênio com a sua congêneres de Uruguaiana, já implantou em regular extensão essa imprescindível rodovia, o que tem espelho o interesse dos dois municípios em verem concretizada essa importante ligação, que será uma forte elo de integração das populações fronteiriças.

V — Feira Permanente de Amostras. O projeto de urbanização da cabe-

da Ponte Internacional Quaraig-
as a ser executado pelo DNCR.
é uma área de aproximadamente
hectare, que ficará para futuras
nibilidades.

Interesse do município e da po-
ção em geral para que, a exem-
do que tem sido feito em outros
cipios, sejam instalados pavilhões
pavilhões que poderão abrigar
Feira permanente de Amostras
produtos brasileiros com uma ven-
as turistas.

tem conhece aquela região do
Grande do Sul sabe que esse de-
tem grande importância, pelo
mento turístico que se observa
mente, particularmente por oca-
da Páscoa. A presença de aru-
na fronteira do Rio Grande
sul e na cidade de Porto Alegre.
is subindo a serra, é simples-
te extraordinária. Há ali uma
aternização total de ururus
asileiros. Essa feira se destinaria
apenas a mostrar o que produz
em Estado, porque a feira não
propriamente gaúcha, e.s. que
bem estarão à venda aos turistas
aquilo que produzimos no Bra-

rianto, anunciando à Casa e en-
ando à Taquigrafia o memorial
leto, que não é longo, quero
ratular-me com meus conterrâ-
por esse evento.

Rio Grande não está parado,
as enfrenta dificuldades, mas
filhos, dentro de sua velha tra-
o de luta, estão atuando, estão
ando e o Sr. Presidente da Re-
lica terá oportunidade, no mês de
de ouvir muito, porque querem
diagnósticos partir não diremos
uma agressão no sentido de
bate feroz mas apenas para que
rasil inteiro entenda o Rio Gran-
do Sul nas suas dificuldades de
do confinado, para que o mundo,
culamente depois dessa Amos-
de Ribatejo, saiba o que se pro-
no meu Estado, pois no fundo
tudo há um grande amor à Pa-
e à nossa gente. Que a Pont-
vrai—Artigas sirva de nós um
na fraternidade sul americana.
erta ocasião — quero contar essa
ena história — viajávamos, um
o de Deputados para o Uruguai
visita oficial. Eu e o Deputado
sto Jaeger, hoje líder do gover-
na Assembleia Legislativa — fi-
os grudados à janela do avião es-
ndo o momento em que trans-
amos a fronteira Rio Grande do
—Uruguai, pois queríamos ver o
ante geográfico que os nossos
os deparariam lá de cima. E via-
os e viajamos e, quando vimos,
vamos sobrevoando Montevidéu.
tinhamos visto a fronteira Bra-
—Uruguai... (Muito bem. Muito
l. Palmas.)

MPARECEM MAIS OS SENHO- RES SENADORES:

José Guimard
Hilton Trindade
Robão da Silveira
Clodomir Milet
Sebastião Archer
Petrônio Portela
José Cândido
Mariz
Feotônio Villela
Rui Palmeira
Leandro Maciel
José Leite
Jurico Rezende
Paul Giuberti
Vasconcelos Torres
Gilberto Marinho
Nogueira da Gama
Jino de Mattos
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Milton Müller
Ney Braga
Mello Braga
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Está findo
período destinado ao Expediente

que, de acordo com o art. 191 do Re-
gimento Interno, é de 30 minutos,
improrrogáveis.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Ordem do Dia da presente ses-
são é destinada aos trabalhos de Co-
missão.

Há ainda oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Má-
rio Martins. (Pausa)

S. Ex.^a está ausente.

Tem a palavra o Sr. Senador Au-
rêlio Vianna. (Pausa)

S. Ex.^a desiste da palavra.

Tem a palavra o Sr. Senador Fer-
nando Corrêa.

O SR. FERNANDO CORRÊA:

(Sem revisão do orador) — Senhor
Presidente, Srs. Senadores, trago con-
trito, ao Senado da República, a noti-
cia do trágico falecimento, em São
Paulo, do Dr. Olavo Fontoura, num
desastre de helicóptero.

Olavo Fontoura era um capitão da
indústria farmacêutica em São Paulo
e, apesar de dedicar-se grandemente
as suas atividades particulares, na
qual se sobressaia, era um idealista.

Outro dia retifiquei discurso de um
colega, quando S. Ex.^a dizia que im-
portávamos penicilina dos Estados
Unidos, porque vi em São Paulo, em
companhia de outros Senadores, no
Laboratório Fontoura Wyeth, tonela-
das do produto, prontos para serem
exportadas para os Estados Unidos.

Ao lado de suas atividades parti-
culares, Olavo Fontoura sempre es-
teve à frente dos grandes movimentos
políticos do Brasil.

Serviu no Gabinete Civil do Gover-
no de São Paulo e exerceu depois
mandato como Deputado federal inte-
grando a bancada paulista.

E a esse homem extraordinário, jo-
vem, operoso e cheio de idealismo que
desejo prestar minhas homenagens
nesta Casa do Parlamento.

O Sr. Adolfo Franco — Permite V.
Ex.^a um aparte?

O SR. FERNANDO CORRÊA —
Pois não.

O Sr. Adolfo Franco — Quero
associar-me às palavras que V. Ex.^a
profere em homenagem ao ex-Deputa-
do Olavo Fontoura. Ressalta o no-
bre Colega muito bem essa faceta da
vida de Olavo Fontoura, homem dedi-
cado à coisa e à causa pública, empen-
hado sempre nos grandes movimen-
tos populares de São Paulo. Na cam-
panha de Jânio Quadros, na cam-
panha de Faria Lima, Olavo Fontoura
pontificou defendendo os direitos do
povo e o direito de o povo eleger o
melhor e o melhor para São Paulo.
Estas as palavras de solidariedade e
de saudade que queria juntar às de
V. Ex.^a

O SR. FERNANDO CORRÊA —
Muito obrigado, Senador Adolfo
Franco. Suas palavras vêm dar brilho
especial às pobres considerações que
dirijo ao homenagear um grande
amigo, um grande brasileiro e, sobre-
tudo, um grande paulista.

Desejo ajuntar, Sr. Presidente, que
Olavo Fontoura talvez tivesse em seu
velho pai, a fonte de seu espírito cí-
vico. Foi o velho Cândido Fontoura,
o Candinho Fontoura, o admirável
Candinho, o homem que ajudou Assis
Chateaubriand a espararmar pelo
Brasil inteiro, e sobretudo, pelo terri-
tório de São Paulo, os postos de Pueri-
cultura. Foi, sem dúvida, naquele lar
santo de Cândido Fontoura que Olavo
bebeu os ensinamentos que soube es-
palhar durante sua breve mas intensa
vida. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Com a pa-
lavra o nobre Senador Aurélio Vian-
na.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Senhor
Presidente, Srs. Senadores, conti-

nuam, segundo a Imprensa, os enten-
dimentos para criação do Instituto
das sublegendas e, também, do voto
vinculado.

Este assunto vem repercutindo no
Brasil inteiro.

No Senado Federal, como na Câ-
mara dos Deputados, diversas vozes
se têm levantado para tratar do
assunto.

Uns afirmam que a sublegenda re-
presenta, na verdade, o grande inje-
rço do Governo em evitar a criação
de novos Partidos.

O nobre Senador Clodomir Milet,
profundo conhecedor da Lei Eleitoral
brasileira, vai mais além, quando de-
clara que nem a ARENA nem o MDB
se interessam pela criação de novos
partidos políticos.

Acredito que a sua afirmativa cabe
muito bem, mas não quanto ao MDB.
O Governo revolucionário, é claro, não
se interessa pela formação de novos
Partidos políticos no Brasil. O MDB
e muitos componentes da ARENA in-
teressam-se por que efetivamente no
Brasil exista o sistema pluripartida-
rio.

Já vimos denunciando diversas
vezes, em diversas oportunidades, o
artificialismo criado pela existência
de apenas duas organizações político-
partidárias. Já declaramos, mais de
uma vez, que temos no Brasil duas
confederações de Partidos.

Na ARENA existem elementos que
vão desde a esquerda, passando pelo
centro, à direita política, e poderia-
mos estender esta afirmativa ao pró-
prio MDB. Há socialistas na ARENA
e socialistas-democráticos no MDB.
Há liberais-democratas na ARENA,
há liberais-democratas no MDB. Há
políticos de Centro na ARENA e os
há no MDB.

O que caracteriza a existência do
MDB é a sua luta contra o Governo
que aí se encontra e que é represen-
tante legítimo do golpe armado de
abril de 1964. A ARENA representa a
sustentação política da Revolução, do
Golpe Armado de 1964.

Mas as divergências de fundo ideol-
ógico nunca deixaram de existir,
quer na ARENA quer no MDB.

Conseguimos organizar um progra-
ma que é a média da opinião daque-
les que compõem o partido de oposi-
ção neste País, o Movimento Demo-
crático Brasileiro. E o nome que lhe
demos, com que o batizamos — Mov-
imento — significa justamente isso —
é o ambiente propício a quantos in-
conformados existem, neste País, com
a ordem vigente, com o sistema in-
posto.

Lutamos, desde o início, por que a
escolha do Presidente da República
seja pelo voto secreto e direto. Não
abrimos mão desta tese, deste prin-
cípio. E quando da Comissão encar-
regada de opinar sobre o projeto que
deu na nova Constituição da Repú-
blica, o MDB foi unânime no disputar
a primazia para que no novo diploma
constitucional ficasse inserida a tese,
incerto o princípio, da eleição direta,
e pelo voto secreto, do primeiro man-
datário da Nação brasileira.

Lutamos — aí ao lado da ARENA
— para que na Constituição existisse
o princípio da eleição também direta
para governadores dos nossos Estados.
E, aí, as correntes democráticas do
Congresso foram vitoriosas.

Lutamos contra a discriminação
que se fez no que tange à remunera-
ção dos vereadores brasileiros. Não
descansamos um só momento para
que a Constituição respeitasse a re-
muneração de quem trabalha e, in-
clusive, usamos, nós do MDB, de
quantos argumentos lógicos nos che-
gavam para que a ARENA, que repre-
sentava o pensamento do Governo de
então, aceitasse como princípio válido
que os vereadores de todas as comu-
nas do Brasil fossem remunerados.

Lutamos para que o povo das capi-
tais tivesse o direito de eleger, de es-
colher, livremente, pelo voto, os pre-
feitos, e fomos vencidos.

Sr. Presidente, porque nós somos
contra a sublegenda e o voto vincula-
do? Alguns políticos vêm declarando
aos jornais, para que o povo tome co-
nhecimento da sua opinião, que a
sublegenda seria a liquidação do MDB.
Não concordo com esta tese. Conheço
casos de seções do nosso partido que
seriam beneficiadas com o estabeleci-
mento das sublegendas. Há políticos
de nomeada do MDB que, à falta de
existência de outros partidos, perdo-
riam a sua vez, poderiam ser impedi-
dos de disputar, principalmente elei-
ções para cargos majoritários, por não
existirem, — repito — outros partidos
políticos ou por não existir a suble-
genda.

O que se joga, no momento, é um
princípio para o fortalecimento da
democracia, que nunca foi uma plan-
ta tão terra como hoje. Otávio Man-
gabeira é atualíssimo ainda hoje e
foi ele quem declarou que a demo-
cracia brasileira era uma planta ten-
ra que precisaria ser cuidadosamente
adubada para sobreviver.

Nunca a planta democrática foi
tão tenra, como no momento que es-
tamos vivendo. Iria a sublegenda for-
talecer, iria desenvolver essa planta
ou iria aniquilá-la, destruí-la, mata-
la?

Esta a questão.

Quem não sabe das lutas da
ARENA, em diversos Estados do
Brasil? Grandes políticos da ARENA
estão preocupados. Preocupados com
que? Com o que se denomina de dita-
dura dos diretórios estaduais. Um Go-
vernador de um Estado pode contro-
lar, pode dominar um diretório esta-
dual da ARENA e pode impedir que
um político de nomeada, que um ho-
mem de grande prestígio, se candida-
te ao Governo do seu Estado na
campanha sucessória. E o caso, por
exemplo, do Paraná.

O candidato ao Governo do Estado
do Paraná, nas próximas eleições, se-
ria o Senador Ney Braga? Ao con-
versarmos com políticos do Paraná
eles declararam: não, o Senador Ney
Braga não é candidato do Governador
Paulo Pimentel; quem controla a
maioria da ARENA do Paraná é o
Governador.

Então, não há um outro partido por
onde o Senador Ney Braga possa
candidatar-se à sucessão estadual. É
proibida — dizem, que o projeto é
claro — a aliança partidária. Só há
dois partidos: ou ele se candidata
pela ARENA ou teria, então, que se
passar para o MDB. Seria, assim,
mais um revolucionário a aderir aos
contrários. Dai — dizem a sua luta
para que a sublegenda seja reconhe-
cida por lei.

Se formos, por exemplo, a São
Paulo encontraremos político de gran-
de prestígio naquele Estado, — nin-
guém o nega — também Senador —
o Sr. Carvalho Pinto.

É louvável a atitude de qualquer
político brasileiro, quando se intere-
sa pelo seu Estado e deseja disputar
eleições, para dirigi-lo, para orienta-
lo. Mas se o Sr. Faria Lima, Prefeito
de São Paulo, homem também de
grande prestígio, naquele Estado, in-
gressar, como se diz que vai ingressar,
na ARENA, e se, porventura, a maio-
ria do Diretório da ARENA, no Esta-
do de São Paulo, for obediente à
orientação do Governador do Estado,
que, segundo se proclama, não aceita
a candidatura Carvalho Pinto, então,
teríamos eliminado um Grande nome
para a disputa do Governo do mais
poderoso Estado da Federação Brasi-
leira.

A não existência de outros Partidos
cria o absurdo da eliminação de mi-
lhares e milhares de cidadãos da vida
pública brasileira.

Quando tínhamos diversos Partidos,
centenas de políticos podiam dispu-
tar. Hoje, o número está limitadíssimo.
O povo tem de aceitar, para vo-
tar, aqueles poucos nomes indicados
pelas direções partidárias, em con-

vezes muitas vezes até adrede preparadas.

Quando havia mais de dez partidos, no Brasil, num País com área de 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, podendo cada partido apresentar digamos cinquenta nomes para a Assembleia Legislativa estadual, então, seriam 500 nomes apresentados ao povo, que os escolheria livremente. Agora, com dois partidos, são cem nomes que serão apresentados ao povo, e os cem, geralmente, manipulados pelas direções partidárias e impostos ao povo.

As sublegendas iriam eliminar, de princípio, o processo pluripartidário no País.

Concedo o aparte, com grande prazer, ao Senador Adalberto Sena.

O Sr. Adalberto Sena — Senador Aurélio Vianna, com emoção cívica ouço o discurso de V. Ex^a. Permita-me acrescentar a enumeração das lutas que nós, do MDB, travamos à época da discussão do projeto da Constituição, em virtude de artigo que importava na eliminação do direito de sobrevivência dos cidadãos cujos direitos políticos tivessem sido cassados.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Exatamente. V. Ex^a tem razão. E para esses aspectos, os políticos cujas decisões são respeitadas, aceitas, não vêm atentando. Seguindo no rumo do nosso raciocínio, no próprio Estado da Guanabara, foi eleito o Senador Mário Martins, numa sublegenda Partidária. Jamais estaria aqui se não houvesse sublegenda. E para nós, opositoristas, o instituto da sublegenda, na Guanabara, só favoreceria o MDB. A impressão que se tem, até provas em contrário — e nas urnas se verá essa prova — é de que o MDB, com sublegenda, na Guanabara é invencível, é imbatível. No Rio Grande do Sul, o mesmo raciocínio se aplica, no Estado de Goiás não há dúvidas, no Estado do Rio não haveria temor de qualquer organização política, havendo a sublegenda, de destruição política do MDB. Mas o problema é o interesse da ARENA em criar a sublegenda, e agora inspirada pelo Governo central é visível: resolver o problema de grandes líderes políticos que já existem, líderes estaduais, em face da hostilidade crescente de Governos estaduais às pretensões desses políticos.

Sabe-se, ninguém ignora isto, que naquele pequenino grande Estado que já deu Presidentes da República, o Estado de Mato Grosso, a divisão da ARENA é visível pela disputa à sucessão governamental.

Há dois grandes líderes no Estado de Mato Grosso, ambos da ARENA e se ambos, porventura, quisessem indicar candidato da sua preferência no Governo do Estado, pelo sistema atual, não poderiam.

O Sr. Fernando Corrêa — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Fernando Corrêa — A disputa em Mato Grosso, V. Ex^a está enganado, não é visando a futura sucessão do Governo do Estado de Mato Grosso. A ARENA-1 e a ARENA-2 estão perfeitamente sintonizadas. É que a ARENA-1, da qual eu faço parte, não concorda com a permanência, no Governo do Estado, com um Governador demitido a bem do serviço público. É só isto.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Muito bem. O aparte de V. Ex^a não elide, nem fulmina, o nosso argumento, porque, se V. Ex^a recorrer ao apanhamento taquigráfico vai encontrar uma condicional, um "se": "se os líderes, os dois grandes líderes das duas correntes em que se divide a ARENA — e V. Ex^a, no seu aparte, reconhece que há duas correntes: ARENA-1 e ARENA-2 — V. Ex^a é o Presidente, o Líder da ARENA-1 e o

nobre Senador Flinto Müller da ARENA-2...

O Sr. Fernando Corrêa — E nos entendemos perfeitamente.

O SR. AURÉLIO VIANNA — De tal maneira que, um não é pela deposição do Governo, e, o outro é favorável ao afastamento.

O Sr. Fernando Corrêa — Não sou pela deposição do Governador...

O SR. AURÉLIO VIANNA — V. Ex^a é pelo afastamento.

O Sr. Fernando Corrêa — Sou favorável a que o Sr. Governador pleiteie uma medida judiciária que torne nula a sua demissão a bem do serviço público.

O SR. AURÉLIO VIANNA — O Presidente da ARENA-1 é a favor do afastamento do Governador do Estado e o Presidente da ARENA-2 é a favor da permanência. É a mesma coisa. Tudo o que estou dizendo vai dar no mesmo.

O Sr. Fernando Corrêa — No pensamento de V. Ex^a.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Então há um entendimento completo entre os dois, de tal modo que um é a favor de uma tese e outro é a favor da outra, e uma tese fundamental.

O Sr. Fernando Corrêa — E o que acontece com V. Ex^a dentro do próprio M.D.B., em questão de doutrina.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Fazilmente, não sou pegado, em momento nenhum, em incoerências, porque eu mesmo já declarei, desta tribuna, que esse problema — não o problema da eliminação ou da permanência de um Governador — nós não temos. Não temos, propriamente, governadores emedebistas, até os governadores apoiados pelo M.D.B. são governistas, no campo federal. Não temos esse problema. Esta a verdade. Mas declarei que o problema da sublegenda interessaria, eu não acrescentei esta palavra mas quase que diria, fisiologicamente, no campo político, ao próprio M.D.B., porque declarei que em diversos Estados da Federação brasileira, muitos políticos de nomeada, muitos políticos de prestígio poderiam ser impedidos de disputarem pela existência de suas organizações, e apenas de duas organizações político-partidárias, desde que um diretório qualquer se manifestasse contra esse político.

Então, eu declarei que a tese que defendo, no momento, contra a sublegenda não é pelos motivos que alguns companheiros meus apresentam. Quais os motivos? Qual o principal motivo? A sublegenda viria aniquilar, viria destruir completamente o MDB. Eu contesto porque, em vários Estados da Federação, a sublegenda viria favorecer o MDB.

O Sr. Oscar Passos — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com prazer.

O Sr. Oscar Passos — V. Ex^a tem absoluta autoridade para tratar do assunto como está tratando. Não apenas aquela autoridade que decorre do seu passado de lutas e de coerência do seu alto espírito público; não apenas aquela autoridade que lhe dá toda a bancada do MDB nesta Casa, quando o reconduziu à posição de Líder do nosso Partido, mas, sobretudo autoridade quando está falando contra o seu próprio interesse pessoal.

V. Ex^a é uma das vítimas que poderia surgir de desentendimentos com as seções estaduais. V. Ex^a não está nas boas graças da direção estadual do MDB da Guanabara. Portanto o interesse pessoal de V. Ex^a seria pela substituição da sublegenda, que lhe permitiria, talvez, pleitear outro período de senatória por aquele Estado. Entretanto, V. Ex^a, com absoluta autoridade que ninguém lhe pode negar, nesta Casa, e, hoje menos do que nunca, defende exatamente o contrário. Condena a substituição da sublegenda, defendendo a integridade do

partido que, de outra forma, não estaria resguardado nas suas decisões, nas suas direções partidárias.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Eu agradeço, sensibilizando o aparte de V. Ex^a nobre Senador Oscar Passos.

Certamente, em defendendo o princípio que o meu partido estabeleceu, eu esteja me auto-sacrificando, me auto-inolando, o que não é muito comum.

E, aí, V. Ex^a tem razão. Apenas, é que na defesa da tese eu poderia estar prejudicando a mim mesmo nos meus interesses eleitorais.

Então, esta é que é a questão, sacrificando interesses próprios, em benefício de um interesse muito maior. Enquanto só tivermos, neste país, dois partidos políticos, haverá crises políticas. Não há nenhuma dúvida quanto a isto. Mesmo que eu não tivesse interesse algum, ou quisesse abandonar o MDB, ainda assim defenderia a tese da criação de novos partidos políticos. E para que novos partidos sejam criados, necessário se faz uma reforma da nossa Constituição. Não é apenas pela regulamentação do princípio constitucional que teremos o surgimento de outras agremiações político-partidárias, no País, porque, as exigências são de tal riqueza, num país impolitizado, que dificilmente conseguiríamos aquele número estabelecido por lei, na Constituição, para a criação de novas agremiações.

Lembremo-nos da realidade política brasileira. Ainda hoje, neste instante, a própria ARENA, partido do Governo, sente certa dificuldade em criar diretórios em todos os municípios deste País e o MDB, por mais que se esforce, está diante daquele mesmo indiferentismo com que se defronta o partido do Governo, a ARENA. Isto porque, muitos daqueles elementos, homens do povo, que pertenciam aos pequenos e médios partidos, que foram destruídos, ou que pertenciam aos grandes partidos que também foram eliminados, não estão aceitando ingressar em qualquer dos dois partidos. E também não estão acreditando na sinceridade de propósitos do Governo, ou dos legisladores, quando estabelecerem princípios que na verdade, num país subdesenvolvido, impedem, de fato, a criação de novas agremiações políticas.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Pois não.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Senador Aurélio Vianna, V. Ex^a está focalizando, no brilhante discurso que pronuncia, um dos assuntos mais interessantes para a ordem jurídico-constitucional do País. O que deve preocupar o Congresso Nacional e, sobretudo, o Senado da República, que é uma Casa de tranqüilidade e bom senso, é a estruturação de uma lei que consulte os princípios democráticos. Estamos colocando o problema da sublegenda numa área de princípios, e não de interesse pessoal ou de grupos, ou de crises que, naturalmente, estão à vista de todos, no país. V. Ex^a sabe que a sublegenda está sendo instrumento utilizável para manter, com unidade, os partidos políticos que se formaram compulsoriamente. Já temos analisado, aqui, em outros pronunciamentos, que os nossos partidos — forçosos é confessar: ARENA e MDB — constituem, ambos, uma verdadeira "arca de Noé", onde se estão abrigoando, procurando salvação, quantos se querem livrar, ou libertar, ou se poupar às águas procelosas que estão agitando o país. É natural, portanto, que aqueles que desejam a continuidade dessa coisa anômala, que é a organização dos partidos políticos na atualidade, procurem meios de manter unido esse todo heterogêneo. Daí o problema da sublegenda. O que ela indica? Indica a discordância entre membros dos partidos com a elite, a cúpula dos partidos. São divergências naturais motivadas por diferenças de tendências, de cultura e de incli-

nação ideológica que surgem no seio de cada uma de nossas agremiações. Então, vem a sublegenda como meio de evitar-se a dispersão, a dissolução dos partidos. De modo que, quando V. Ex^a assim coloca, altaneiramente, a questão, não está defendendo o MDB, nem grupos do MDB, nem interesses, nos Estados, de companheiros nossos. Aliás, como V. Ex^a, se não estou enganado, já declarou em outro discurso, se examinássemos a situação política dos Estados, encontraríamos, em alguns deles, o MDB favorecido com a instituição da sublegenda.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Exato.

O Sr. Oscar Passos — Como seria o caso pessoal do nobre Senador Aurélio Vianna, que focaliza lá pouco.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Também o caso da Paraíba, é patente, e mais claro.

O Sr. Oscar Passos — Exato.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Nobre Senador Oscar Passos, encontrava-me na Comissão de Segurança Nacional, de que faço parte, e não sabia do lúcido aparte que V. Ex^a deu, e que vem de reafirmar, neste instante. É preciso que tenhamos, no Senado, o bom senso necessário para estruturar essa lei em face de princípios, e não de interesse de Partidos ou de grupos discordantes das cúpulas partidárias. O natural, eminente Senador, seria que emedebistas e arenistas contugassemos esforços no sentido de facilitar a formação de novos partidos, para o que não há real impedimento, pelo menos, teoricamente.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Exato.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Seria necessário, porém, que tivéssemos a possibilidade de estruturar novos partidos onde se alistassem as tendências divergentes encontradas no seio de cada uma de nossas agremiações. Quero contrariar-me com V. Ex^a, nobre Senador Aurélio Vianna, com o Líder do Partido, ao declarar formalmente que não estamos propondo em interesse pessoal nossos, de nossa correligionários ou de grupos. Não queremos uma lei casuística. A lei deve ter sentido universal, embora para ser aplicada tendo em vista as necessidades reais de cada fato social ou de cada fato político. Contrariando-me com V. Ex^a pelo discurso que pronuncia. Mesmo reconhecendo em nossa agremiação os defeitos que tem, como os tem a ARENA, nesse setor, V. Ex^a coloca a questão em prisma alheio que honra todos nós. Meus cumprimentos.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Muito obrigado a V. Ex^a. E aproveito a deixa do nobre colega para reafirmar que o interesse é coletivo. É de todos nós, quer do MDB quer da ARENA. Devemos promover os meios que possibilitam a criação de outros partidos neste País, pois, na verdade, temos partidos dentro dos partidos existentes, funcionando como se fossem células independentes. São verdadeiras células gravitando em torno de um corpo maior. E não podemos criar partidos no sentido estrito da palavra, do vocábulo, senão dando oportunidade a que as células primeiras surtam. É este é o fato! O Governo quer criar a Constituição estabeleça princípios tais que os partidos já surtem grandes e densos se afimilam. O primeiro princípio que todos reconhecem como verdadeiro, é que os Partidos devem surgir por meios e fream, por agregações, crescendo.

Quando me refiro ao Estado de Mato Grosso, pelo respeito que eu tenho por ambos os Líderes das correntes que compõem a ARENA, é porque, na verdade, ambos desejam o fim do artificialismo!

Esta a verdade. Por mais que se harmonizem a defesa dos princípios revolucionários a desarmonia, fruto das lutas internas de anos e anos, os separam. Podem ser amigos pessoais, mas politicamente falando cada qual tem a sua estrutura própria, a sua individualidade política própria, e foi isto que a Resolução tentou eliminar e não pôde.

Há necessidade de dois Partidos para que? Para que os Governos estaduais e o Governo Federal tenham a base política de sustentação no Congresso Federal ou nas Assembleias Legislativas Estaduais.

Está comprovado que a tese é falsa. Há Estados em que Governadores da ARENA não têm apoio do seu Partido, que está dividido, e muitas vezes — que incongruência! — para se manterem no poder, precisam do apoio da Oposição, no Congresso federal.

São as incongruências que surgiram em face desse artificialismo.

A ARENA, em determinados Estados — e não estou falando agora de Mato Grosso porque há outros — não é o poder político de sustentação do Governador, porque está dividida. Quem sustenta o Governador é parte da ARENA que o apóia ou o MDB.

Dai a declaração que todos aceitamos, honestamente, de artificialismo criado pela revolução e que não pode continuar, é impossível que continue.

Temos um grupo neobista, por princípio, um lema neobista ideológico do Partido, — porque como em todos os Partidos, praticamente sem exceção, no Brasil havia o Grupo fisiológico e o grupo ideológico. O fisiológico era o grupo que estava sempre com qualquer Governo, fosse ele quem fosse, para receber favores de quem estava no poder. E o ideológico o que resistia às vezes, dentro do próprio partido, não se locupletava da sua qualidade de governista para pedir favores, porque o seu campo era um campo muito superior, era o campo ideológico. Vimos aqui diversos discursos intransigentes do Governo passado, isto é, antes da Revolução, discursos de críticas severas, de discordâncias às vezes do próprio Líder do Partido, que, mais uma vez, leu atos de independência, clamavam SHRD de independência, chamava a atenção dos governantes para problemas que poderiam levar o Governo a derrota, como afinal a Nação presenciou.

O Sr. Clodomir Millet — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Clodomir Millet — Quero crer que, no geral, eu seja, examinando-se a matéria do ponto de vista ideológico, V. Exa. tem absoluta razão. A organização de partidos políticos é uma necessidade e a própria Constituição já estabelece as normas para organização desses Partidos, que constituem Partidos de âmbito nacional. O art. 149 da Constituição modificou as normas até ali admitidas pela Lei Orgânica dos Partidos, para se organizar um Partido de âmbito nacional e a Constituição só admite a existência deste Partido de âmbito nacional. Há necessidade de que os organizadores do Partido apresentem ao Tribunal Superior Eleitoral, lista somando 10% dos eleitores que tenham votado na última eleição. Pela Lei Orgânica havia apenas a necessidade de apresentação de listas correspondentes a 3% do eleitorado. Esta a modificação mais importante da Constituição, em face do que preceituava a lei. Quando, num Ato Complementar, o Governo revolucionário permitiu a criação de organizações provisórias evidentemente essas organizações formaram-se com uma finalidade apenas — ou apoiar o Governo revolucionário ou combater-lo.

Pelo próprio Ato Complementar número 4 foi permitido que essas organizações provisórias se convertessem em partidos políticos definitivos. Tanto o M.D.B. como a ARENA aproveitaram-se da permissão, para inscreverem-se no Tribunal Superior Eleitoral como partido definitivo, mas, já agora, está cada um revendo o seu programa, os seus estatutos. Os estatutos do partido de V. Exa. já foram aprovados pelo Tribunal Superior Eleitoral e os da ARENA estão em fase de discussão para serem submetidos, oportunamente, à Justiça Eleitoral.

Agora, de acordo com as normas constitucionais, temos de organizar partidos com ideário próprio, partidos que defendam determinado programa — apoiar ou combater o Governo — mas que tenham idéias, que defendam idéias. Este o princípio fundamental da organização dos partidos. Só discordo de V. Exa. em entender que, para se organizarem partidos políticos, nesta altura, seria mister a reforma da Constituição. Acha V. Exa. que as exigências são drásticas; que não é possível organizar-se um partido, partindo do princípio ou do pressuposto de que, antes de começar a viver, esse partido já deveria ter a concordância, o apoio de 10% do eleitorado que tenha votado nas últimas eleições. Nesse ponto é que vem a nossa discordância.

Poderá estar exagerada a porcentagem prevista na Constituição, mas um partido realmente nacional, que tenha que existir representando o pensamento de uma coletividade, tem que ter um número grande, ou, pelo menos, um número apreciável de eleitores para permitir que ele possa existir como entidade política organizada.

Nas últimas eleições não votaram 20 milhões de eleitores, votaram apenas pouco mais de 17 milhões de eleitores. Embora o eleitorado do País esteja encaminhando para 25 milhões de eleitores, para se organizar um partido basta que as listas correspondam apenas a 1.700.000 eleitores, o que, no total, seria uma porcentagem abaixo de 7% do eleitorado total do País. Concluirei meu raciocínio para que V. Exa. o compreenda. Há poucos dias, falava eu nesta Casa, e pedia ao MDB que trouxesse um projeto de lei visando a adaptar a Lei Orgânica à atual Constituição.

Cheguei mesmo a dizer que bastaria que se fizesse apelo ao Superior Tribunal Eleitoral para que baixasse instruções no sentido de regulamentar a atual lei orgânica dos partidos com as modificações introduzidas pela Constituição. Li nos jornais que o deputado Humberto Lucena, do partido de V. Exa., já apresentou, na Câmara, projeto nesse sentido e, se não me engano, foi requerida urgência. Na oportunidade da votação desse projeto, poderemos através da emenda, quando a matéria vier a esta Casa, aperfeiçoá-lo, apresentando, naturalmente, sugestões que permitam a criação de partidos definitivos com programas próprios, com idéias próprias. Não era possível, realmente, a proliferação de partidos como existia antes da Revolução. Tínhamos 13 partidos, legendas que serviam apenas para negócios e acomodações de hora de pleito, manipulação eleitoral, a hora dos pleitos. Mas agora, poderemos ter 3, 4 ou 5 organizações políticas, se os homens que quiserem se dar a esse trabalho, calem em campo e passarem desde já a reformar suas listas de eleitores, cuja Estado com seus chefes políticos trazenho para a nova agremiação o eleitorado que obedece à sua orientação. Será a maneira de começar o partido — começar pequeno — 10% do eleitorado distribuído por dois terços dos estados, com um mínimo de 7 estados — e se crescerem, dentro de pouco tempo, mesmo com as normas estabelecidas na Constituição, teremos no país uma organização partidária realmente apreciável, como expressão da vontade ou dos sentimentos, das inspirações do povo brasileiro.

O SR. AURELIO VIANNA — O Senador Clodomir Millet é um dos homens mais realistas do Maranhão. No global, data vênica, revela-se um irrealista por excelência. Quando S. Exa. fala em apenas 10%, esse apenas 10% significa um milhão e setecentos mil eleitores. Olhamos para o Senador Millet e não sabemos bem como compreender a sua série de argumentos aparentemente lógicos, mas na defesa de princípios errados. É que um político brasileiro, que conhe-

ce as condições eleitorais, as condições políticas, a mentalidade do povo brasileiro, afirmar que com facilidade se conseguiria no Brasil a assinatura de um milhão e setecentos mil cidadãos eleitores, é alguma coisa — desculpe-me S. Exa. — que cause espanto.

O Sr. Clodomir Millet — Permite-me.

O SR. AURELIO VIANNA — Com licença, já concederei a palavra a V. Exa. O seu aparte foi longo e gostaria de respondê-lo por partes.

Quando S. Exa. condena a existência de 13 partidos políticos, que serviriam apenas para atender aqueles que desejassem fazer política mas de um modo suspeito, para acomodar grupos políticos — S. Exa. condena a sublegenda que está sendo criada para isso, para acomodar grupos políticos, inconformados e insatisfeitos, ao invés da coragem de partir para uma modificação na Constituição que propõe, de fato, a criação de partidos com ideologia própria, com princípios e com programas. O Governo impede, a Constituição impede, porque se quando havia a exigência de 3% e mais a representação do Congresso, alguns Partidos já estavam ameaçados de destruição, imaginem-se quando, hoje, uma das exigências — uma delas — é a dos 10% do eleitorado que votou nas últimas eleições. E, então, S. Exa. ainda argumenta que é o mínimo que se poderia exigir.

Ora, um Partido com ideologia política própria — significa os seus componentes têm uma ideologia — que conseguisse, num dado momento, um milhão setecentos mil votantes, convictamente, ideologicamente programaticamente preparados, convenhamos, isto é de um irrealismo constante e gritante.

O Sr. Oscar Passos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Pois não.

O Sr. Oscar Passos — O nobre Senador Clodomir Millet esquece sem dúvida, as dificuldades que nós, da Oposição, encontramos, mormente no interior do Brasil, em função da pressão governamental contra os nossos eleitores. Não é outra a razão por que não podemos, até hoje, organizar nosso Partido em todos os municípios onde temos adeptos, onde temos grande número de eleitores. Na hora de esse eleitor preencher uma ficha, colocar seu nome, declarando, oficialmente, que pertence ao Partido da Oposição, ele não o quer porque sabe que vai sofrer a pressão do delegado de polícia, do prefeito, do governador, de todo mundo, que não lhe dão passagem, que não lhe dão emprego, que não lhe dão matrícula para seu filho. Então, é um irrealismo — como disse muito bem V. Exa. — pensarmos que é fácil conseguir um milhão e 700 mil assinaturas para organizar um partido quando não conseguimos uma centena em cada município para organizar os atuais diretórios municipais. Portanto, diz muito bem o nobre colega ao afirmar que o Senador Clodomir Millet não está com os pés assentes na terra, quando raciocina dessa maneira.

O SR. AURELIO VIANNA — Está com os pés na atmosfera e a cabeça na estratosfera na análise do problema.

O Sr. Clodomir Millet — Permite-me agora V. Exa.

O SR. AURELIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Clodomir Millet — Veja V. Exa. como eu estava certo. O nobre Senador Oscar Passos, Presidente do Partido de V. Exa., quer falar em organização de novos partidos, ainda partindo da idéia de que o partido deva ser contra ou a favor do Governo. Fala S. Exa. na dificuldade...

O Sr. Oscar Passos — Não foi esse o nosso pensamento.

O Sr. Clodomir Millet — ... que no caso eles do MDB, estariam tendo para o fichamento de seus eleitores.

O Sr. Oscar Passos — Exato.

O Sr. Clodomir Millet — Acontece, que de acordo com disposição do Ato Complementar, aceita por V. Exa., como o foi por nosso partido, esses partidos provisórios se tornariam partidos definitivos, sem obrigatoriedade desse fichamento de eleitores para organização dos partidos. Estou discutindo o caso de se organizarem Partidos — como quer V. Exa. — com programas, princípios, idéias muito mais largas do que essas "programas princípios e idéias" que se restringem ao fato de ser a favor do Governo ou contra o Governo.

O Sr. Oscar Passos — Mas o meu argumento não foi esse, nobre Senador.

O Sr. Clodomir Millet — Não é o argumento, é o fato que V. Exa. citou.

O Sr. Oscar Passos — O fato que citei é a dificuldade de se obter que o eleitor assine uma ficha. A mesma dificuldade vai haver quando se pedir a ele que assine a inscrição no Partido.

O Sr. Clodomir Millet — Então explique V. Exa. Estou muito mais com os pés em terra do que V. Exa., porque argumentando realisticamente, Sou homem objetivo e realista. Lá no Maranhão ou aqui no Senado da República — Permite, Sr. Senador Aurelio Vianna, que eu possa completar minha intervenção ao brilhante discurso de V. Exa. Estou dizendo que já passou a fase do conceito partidário apenas com base no fato de ser a favor ou contra o Governo, que foi o que orientou a criação das duas organizações políticas provisórias. A nos partir para a organização definitiva dos Partidos. Se V. Exa. diz que seria muito difícil para aqueles três partidos continuarem a sobreviver apenas com a exigência de três por cento, imagine se agora, digo eu a V. Exa., realmente, com a exigência da Lei Orgânica dos Partidos de três por cento dos eleitores se eles poderiam continuar existindo. E havia essa necessidade de se diminuir as legendas e fazer com que pudessemos ter, no país, partidos políticos em todo o país, realmente, a variedade de uma nação ponderável e a opinião pública nacional. S. V. Exa. discorda da porcentagem de dez por cento, se acha que a porcentagem deve ser menor, isto é outro problema. Mas não dizer-se que os Partidos antigos não sobreviverem mesmo com os três por cento. Não era mesmo para sobreviverem, porque muitos deles, e sabe V. Exa., disso, não tinham a menor base de sustentação no povo, que é justamente o que deve interessar a nós, políticos.

O SR. AURELIO VIANNA — Nobre Senador Clodomir Millet, V. Exa. agora argumenta como governista, porque, na época em que foi criação, V. Exa. sabia que, no Estado do Maranhão, nas condições então existentes, seria impossível, com todo o prestígio que V. Exa. tem e que as coisas revelaram ao Brasil, organizar um Partido nestas bases dos dez por cento.

O Sr. Clodomir Millet — Perdoe-me V. Exa., esse ponto precisa de uma refutação.

O SR. AURELIO VIANNA — ... que a atual Constituição exige.

O Sr. Clodomir Millet — Não, a Constituição exige, por exemplo, que se organize o Partido com dez por cento do eleitorado que votou nas últimas eleições em todo o país distribuídos em dois terços dos Estados, obrigando pelo menos sete por cento em cada Estado. — Digo a V. Exa.: no meu Estado votaram 200.000 mil eleitores. Eu não me consideraria um líder político no meu Estado, se não pudesse apresentar lista de eleitores com 14.000 nomes, mesmo naquele tempo de oposicionista.

E' bem que S. Exa. tome conhecimento desse fato porque em Petrópolis, há um grupo que procura deixar o jornal o Presidente: comenta-se que a ordem vem de cima, quando, sei que não é verdade.

A perseguição local, a baixa política, é que vem fazendo com que um médico que não enriqueceu na profissão, venha ficar privado dos proventos com que contava para o sustento de sua família.

O Sr. Mário Martins — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Registro, com muita alegria, o pensamento de V. Exa., com a autoridade de Senador pelo Estado do Rio, e, ao mesmo tempo, Senador do Partido do Governo, vindo, conseqüentemente, dar um testemunho inteiramente insuspeito e autorizado a propósito do médico Rubens Bontempo e da perseguição que vem sofrendo no Município de Petrópolis, desde que o povo da cidade serrana o elegeu para Vice-Prefeito. Em elegendo-o para Vice-Prefeito e, em face da cassação do Prefeito de então, Sr. Flávio Castrioto, teve o Sr. Rubens Bontempo de assumir a administração daquela cidade.

Então, tive oportunidade de falar sobre a matéria, um tanto ou quanto como disse, constrangido pela circunstância de Sr. Rubens Bontempo, pertencer à minha família. Sabe V. Exa. que sou filho de Petrópolis. Na ocasião em que falei tive também oportunidade de dar um testemunho sobre a matéria, mostrando que o ex-Prefeito Rubens Bontempo só foi punido por ter dado uma demonstração de dignidade. Sendo de perder seus direitos políticos, se assumisse o mandato de Prefeito, após a queda do Prefeito Flávio Castrioto, ele, que não tinha interesse algum imediato político, em assumir a Prefeitura — porquanto estávamos a quatro ou cinco meses das eleições, podendo, então, disputar, com êxito, a própria eleição, para a Prefeitura, ou vencer, galhardamente, um pleito para Deputado Estadual — julgou do seu dever para com seus conterrâneos renunciar à ideia de uma eleição direta para a Prefeitura ou para a Assembleia Legislativa do Estado, cumprindo aquele resto de mandato que havia sido furtado do Prefeito eleito, Sr. Flávio Castrioto.

Esta deliberação se afirmou mais definitiva quando foi ele ameaçado, quando foi procurado pelos responsáveis pelas cassações e lhe informaram nada existir contra ele. Entretanto, se ele assumisse o cargo seria cassado. V. Exa., como Senador do Estado do Rio de Janeiro, que conhece bem Petrópolis, que, por várias vezes, expressivamente, tem votado em V. Exa., sabe que no caso houve apenas manobra de baixa política municipal. Esta foi feita por alguns, realmente, de Petrópolis e outros que nem de lá são, mas que desejam o lugar para um aviador comercial aposentado, aposentado não sei pela idade ou por não ter mais condições de saúde, de raciocínio para conduzir navios aéreos. Então, se precisava desse lugar para satisfazer aqueles que bajulam os poderosos, que rondam os poderosos e que à sombra dos poderosos se projetam no sentido de ascender politicamente.

Consumou-se assim, a cassação brutal de um Prefeito que administrou a cidade por 10 dias, que havia recebido uma votação, como candidato à Vice-Prefeitura, maior do que a do próprio Prefeito, e cuja força era tal, no município onde exerce a medicina que, se apresentando como candidato às eleições — uma vez que estava impedido de ser candidato — um dos seus secretários, secretário por 10 dias, no caso o Sr. Paulo Gratão, este teve grande e esmagadora votação. Claro que a obteve pelos seus méritos pessoais mas, também, porque representava o pensamento daqueles que com ele formavam, como era o caso do médico Rubens Bontempo. Agora diz V. Exa.: para que esta perseguição? Não tem a menor base, e menor apoio jurídico. Ainda na Justiça excepcional, na Justiça Revolucionária, citou, com muito propriedade, aquela declaração do atual

Presidente da República de que a cassação não impedirá ninguém de trabalhar. Recordamos que, quando do processo contra o jornalista Hélio Fernandes, o próprio Presidente da República declarou que a Revolução não tinha o direito de cortar a ferramenta de trabalho de ninguém e reconhecia que o Sr. Hélio Fernandes, muito embora voltasse, como profissional, a escrever contra o próprio Governo, esse direito não lhe poderia ser recusado, uma vez que era profissional, como jornalista que levava o pão para sua família e que se afirmava na sociedade. Ora, se um jornalista profissional, com direitos cassados, pode continuar a escrever, a criticar o Governo e a manifestar o seu pensamento, que isso era o que sempre tinha feito, por que então um médico, pelo fato de terem sido temporariamente cassados os seus direitos políticos, não pode exercer a sua função sacerdotal? O critério da interpretação da tese que o Presidente da República sustenta, não é apenas de se resguardarem os direitos individuais de um cidadão, vítima de um golpe como a cassação. Mas é também o de resguardar — no caso do jornalista Hélio Fernandes — o direito de os seus eleitores serem informados, serem conduzidos pelo raciocínio desenvolvido por aquele profissional, ao qual estavam habituados a ler. E se, um leitor não pode ser prejudicado por ato de cassação, se tem o direito de ser orientado na interpretação dos fatos por um profissional jornalista de sua confiança, mais gritante ainda é a atitude contrária ao direito dos doentes, acostumados a confiar no seu médico, há vários anos, e que se interessam em ter um bom profissional por médico. Pois bem, esse doente, sua família, seus familiares foram assistidos pelo Dr. Bontempo. É um atentado contra a Constituição, um atentado contra um homem que está cado, covardemente tombado pela força. É um atentado à população de Petrópolis, aos trabalhadores, filiados ao SAMDU, que confiam na capacidade e na dedicação desse médico. Sofre ele uma intervenção. Não da parte de uma academia de medicina, mas de um funcionário que não é médico, não é ministro, não é secretário de Estado nem é jurista, e que vem invocar coisas que não se contém na Constituição, para justificar um ato de arbitrariedade.

O SR. VASCONCELLOS TORRES — Na verdade, nobre Senador, tal prática representa uma ignomínia jurídica.

O funcionário subalterno que a praticou, no meu modo de entender, procurou — essa a minha impressão — deixar mal o Governo perante a coletividade petropolitana.

Quis ele reverter um ato que terminou justamente no dia 15 de março de 1967, portanto há quase um ano, e que só poderia ser praticado pela autoridade maior, e nunca pela menor.

Eu formularia, Sr. Presidente se não tivesse sido formulado antes, um rigoroso pedido de informações a respeito dessa ocorrência.

Sel que já está em andamento, — nesta Casa, uma interpeção ao digno Ministro do Trabalho, já que o INPS está subordinado a essa pasta ministerial. Mas, antes mesmo que as informações sejam prestadas, eu queria, não por benevolência nem por caridade, mas exclusivamente por justiça, que as coisas fossem repostas nos seus devidos lugares. E esse funcionário, esse sim, é que merecia ser demitido por querer ser mais realista do que o rei, atingido um dos melhores médicos do Estado do Rio de Janeiro, um chefe de família exemplar contra quem nada se argui em tempo algum, quer na área da corrupção, quer na área da subversão, porque é um homem que vive no meio da família petropolitana, dessa família, Sr. Presidente, de que

faz parte o nobre Senador apartante Mário Martins.

Ali em Petrópolis, às suas qualidades pessoais, Bontempo soube ailar excelente qualificação profissional que o credenciou e o credencia como um grande médico, preferido, principalmente, por aqueles que não dispõem de recursos maiores. Para atender aos seus inúmeros casos, mantém ele um consultório particular aberto — faço questão de repetir — sem visar a lucro de qualquer espécie.

Procuo ser justo na apreciação deste caso, Sr. Presidente, com total abstração do lado partidário que tem que ser abolido completamente, quando se pratica injustiça desse juiz.

Petrópolis, quer da ARENA, quer do MDB, está revoltada com o que aconteceu, e espera que o episódio desagradável venha a ter os seus efeitos diminuídos e eliminados, com a reposição dos fatos e a volta do Dr. Rubens Bontempo ao INPS.

Aqui fica, a palavra sincera de um fluminense, Sr. Presidente, que não poderia deixar de proferi-la e que não se calaria jamais ante a aberração jurídica que acaba de ser cometida no meu Estado. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão designando para a sessão ordinária de hoje a seguinte

ORDEN DO DIA

SESSÃO DE 12 DE MARÇO DE 1968

(Terça-Feira)

1

Votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 11 de 1968 originário da Câmara dos Deputados (nº 61-A-88 na Casa de origem), que aprova o Decreto-lei nº 341, de 22 de dezembro de 1967, que prorroga para o exercício de 1968 os benefícios dos Decretos-leis nºs 157 e 238 de 10 e 28 de fevereiro de 1967, respectivamente, tendo Parecer favorável, sob número 146, de 1968, da Comissão de Finanças.

2

Votação em turno único do Projeto de Resolução nº 17, de 1968, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta Gilda Leal Costa, Diretora, PL-1 do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

3

Votação em primeiro turno do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1967, de autoria do Sr. Senador Adalberto Sena, que estabelece condições para pagamento de bolsas de estudo concedidas pela União, tendo Pareceres, sob nºs 138, 139 e 140, de 1968 das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Educação e Cultura e de Finanças, pela aprovação.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1968 (nº 348-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados equipamentos destinados à implantação da rede de telecomunicações no Estado do Paraná, e importados pela Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, tendo parecer favorável, sob número 141, de 1968 da Comissão de Finanças.

5

Discussão em turno único, do Requerimento nº 63, de 1968, de autoria do Senador Cattete Pinheiro, solicitando transcrição nos Anais do Senado Federal da oração proferida pelo Dr. Sebastião Dante de Camargo Junior ao tomar posse na Superintendência do Desenvolvimento da Regiã

Centro-Oeste — SUDCO (dependendo da votação do Requerimento nº 168, de 1968 de autoria do Senador Aloysio de Carvalho de adiamento da discussão para audiência da Comissão.).

6

Discussão em turno único, do Requerimento nº 144, de 1968, de autoria do Senador Cattete Pinheiro, solicitando transcrição nos Anais do Senado, das homenagens prestadas à memória do Dr. Isaac Brown, por ocasião da inauguração de seu retrato na sala da Secretaria-Geral da Presidência do Senado Federal (dependendo da votação do Requerimento nº 167 de 1968 de autoria do Senador Aloysio de Carvalho de adiamento da discussão para audiência da Comissão.).

AVISOS

Calendário dos Projetos em Tramitação no Congresso Nacional

1

Projeto de Lei nº 7 de 1962 (CN) que "Dispõe sobre a utilização facultativa dos Serviços dos Despachantes nas Operações de Comércio Exterior e acrescenta parágrafo único ao Artigo 3º do Decreto-lei nº 333 de 12 de outubro de 1967". Presidente: Senador José Ernirio; Relator: Deputado Leon Peres; e Relator do Vencido: Senador Clodomir Milet.

Dia 12-3 — Continuação da discussão do Projeto em Sessão Conjunta, às 21,30 horas.

2

Projeto de Lei nº 8, de 1938 (CN), que "Emenda dispositivos da Lei nº 5.292 de 8 de junho de 1937, que dispõe sobre a prestação de Serviço Militar pelos Estudantes de Medicina Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários." — Presidente: Senador Cattete Pinheiro; Relator: Senador João Abraham.

Dia 13-3 — Discussão do projeto em Sessão Conjunta, às 21,30 horas.

3

Projeto de Lei nº 9 de 1963 (CN), que "Institui, em caráter temporário, a licença extraordinária, e dá outras providências." — Presidente: Senador Mário Martins; Relator: Deputado José Lindoso.

Dia 13-3 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 10,00 horas na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Dia 15-3 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 16-3 — Publicação do parecer;

Dia 20-3 — Discussão do Projeto, em Sessão Conjunta, às 21,30 horas; e

Dia 3-4 — Término do prazo de tramitação do Projeto.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO MISTA

1

Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, criada nos termos do Artigo 39 da Constituição Federal, destinada a verificar as repercussões sobre a saúde, do uso indiscriminado de aditivos artificiais na alimentação popular. Presidente: Senador Milton Campos; Relator: Deputado Pedrosa Horta.

Dia 20-3 — Reunião da Comissão Assunto — Discussão e votação do Relatório dos Trabalhos; e

Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Hora — 15,00 horas.

COMISSÕES MISTAS NA FORMA DO ART. 29 LETRA "B" DO REGIMENTO COMUM

1

Comissão Mista destinada ao exame da Legislação Cafeteira, da estrutura

Instituto Brasileiro do Café e a elaboração de Projeto de Lei que atualize e consolide aquela legislação que reestruturasse essa Autarquia. — Presidente: Senador Carvalho Pinto; Relator: Deputado José Richa.
Dia 13-3 — Reunião da Comissão; Assunto — Discussão e votação do Projeto dos Trabalhos; Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal; Hora — 15.00 horas.

2

Comissão Mista destinada ao estudo dos problemas agropecuários e seu reflexo na Economia Nacional — Presidente: Senador Fernando Corrêa; Relator: Deputado Breno da Silveira.
Dia 12 — Reunião da Comissão; Assunto — Discussão e votação do Projeto dos Trabalhos; Local — Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal; Hora — 16.00 horas.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 12 horas e 20 minutos.)

ATA DA 10ª SESSÃO, EM 12 DE MARÇO DE 1968 **Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura**

PRESENCIA DOS SRS.: PEDRO LUDOVICO, RUI PALMEIRA E GUIDO MONDIN.

As 14 horas e 30 minutos, chegam-se presentes os Senhores Senhores:

Adalberto Sena
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Milton Trindade
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Clodomir Milet
José Ermírio
Leandro Maciel
Aloysio de Carvalho
Carlos Lindenberg
Raul Giuberti
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Torres
Mário Martins
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número regimental declarado a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

OFÍCIO DO MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

Nº 1-68 — P MC de 8 de março de 1968 — encaminha cópia do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário número 62.739, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade do art. 5º do Decreto-lei nº 322, de 7.4.67.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — A Presidência recebeu respostas aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 701-67, de autoria do Senador Raul Giuberti, enviada pelo Ministro

da Agricultura (Aviso nº 62-AP-Br, de 7.3.68);

Nº 933-67, de autoria do Senador Raul Giuberti, enviada pelo Ministro da Agricultura (Aviso nº 61-AP-Br, de 7 de março de 1968);

Nº 1.039-67, de autoria do Senador Vasconcelos Torres enviada pelo Ministro da Agricultura (Aviso número 58-AP-Br, de 7.3.68);

Nº 1.107-67, de autoria do Senador Raul Giuberti, enviada pelo Ministro da Agricultura (Aviso nº 60-AP-Br, de 7 de março de 1968);

Nº 1.161-67, de autoria do Senador Vasconcelos Torres enviada pelo Ministro da Agricultura, (Aviso número 59-AP-Br, de 7.3.68);

Nº 27-68, de autoria do Senador Aarão Steinbruch, enviada pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social (Aviso nº 233-68, de 8.3.68).

Nº 1.064-67, de autoria do Senador Mello Braga, enviada pelo Ministro da Indústria e Comércio (Aviso número AP-53-68, de 8.3.68.)

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Sobre a mesa requerimentos de informações que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário. São lidos os seguintes

Requerimento nº 171, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura — IBRA — sobre instalação de uma delegacia do IBRA em Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura — IBRA — quais as providências tomadas visando a instalação de uma delegacia do IBRA em Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 12 de março de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 172, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — sobre correção dos leitos dos rios e canais nos municípios de São Gonçalo, Petrópolis, Niterói, Friburgo, Teresópolis, Campos, Rio Bonito e Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo através do Ministério do Interior — DNOS — quais os estudos realizados relativos à correção dos leitos dos rios e canais, para evitar enchentes, nos municípios de São Gonçalo, Petrópolis, Niterói, Friburgo, Teresópolis, Campos, Rio Bonito e Macaé-Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 12 de março de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 173, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo através do Ministério do Interior sobre ressarcimento dos prejuízos verificados com lamentável enchente em Varre Sae, 2º Distrito de Natividade de Carangola, Estado do Rio de Janeiro.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder

Executivo, através do Ministério do Interior quais as providências tomadas visando ressarcir os prejuízos verificados com a lamentável enchente ocorrida em Varre Sae, 2º Distrito de Natividade de Carangola, Estado do Rio de Janeiro, uma vez que já foi efetuado o levantamento dos referidos danos?

Sala das Sessões, em 12 de março de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 174, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde — Serviço Nacional de Tuberculose — sobre funcionamento do cinema construído no Conjunto Sanatorial Raphael de Paula Souza, localizado na Estrada dos Bandeirantes em Jacarepaguá, Estado da Guanabara.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Saúde — Serviço Nacional de Tuberculose — por que motivo não entrou ainda em funcionamento o cinema construído no Conjunto Sanatorial Raphael de Paula Souza, localizado na Estrada dos Bandeirantes, Km. 5 em Jacarepaguá, Estado da Guanabara, o que seria de grande valor para a terapêutica e distração dos doentes daquele hospital?

Sala das Sessões, em 12 de março de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 175, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre situação dos coletores federais aposentados (exatores.)

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, por que motivos até hoje não se regularizou a situação dos coletores federais aposentados, após serem classificados como exatores, embora todos os outros aposentados do referido Ministério da Fazenda tiveram seus casos resolvidos com justiça?

Sala das Sessões, em 12 de março de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 176, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo através do Ministério dos Transportes — DNER — sobre retirada de caminhões, máquinas e trabalhadores das obras de construção da rodovia que liga Barra do Pirai (RJ) a Sta. Rita do Jacutinga (MG.)

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — por que motivos foram retirados os caminhões, máquinas e trabalhadores das obras de construção da rodovia que liga Barra do Pirai (RJ) a Sta. Rita do Jacutinga (MG) substitutiva da estrada de ferro suprimida em 1961 e cujos trilhos já foram retirados e vendidos, uma vez que essa paralisação das obras está trazendo sérios prejuízos à agropecuária da região?

Sala das Sessões, em 12 de março de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 177, de 1968

Sr. Presidente

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Senhor Ministro do Planejamento o seguinte pedido de informações:

1º Existem processos ou inquéritos administrativos nesse Ministério destinados a apurar responsabilidades praticadas por funcionários do seu quadro de servidores? Quantos?

2º No caso afirmativo em que fase de estudos se encontra cada um deles?

3º Houve algum inquérito, de 31 de março de 1964 até a presente data a que tenha concluído pela punição de servidores desse Ministério?

4º Quais os servidores punidos e de que natureza foram as punições?

Sala das Sessões, 12 de março de 1968. — Senador Lino de Mattos.

Requerimento nº 178, de 1968

Nos termos dos Arts. 211, letra "F" e 253 § 4º, requero seja retido o Requerimento nº 162, de 1968 de minha autoria e já deferido pelo Senhor Presidente em 11.3.68, por haverem sido atendidas as solicitações nele contidas.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1968. — Sen. Aarão Steinbruch.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Os requerimentos que acabam de ser lidos independem de apoio e de deliberação do Plenário. Serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Aarão Steinbruch) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador José Ermírio.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhores Senadores, na gama para solução da variada problemática nacional não deve o parlamentar furtar-se de encontrar a estrada mais curta as soluções corretas, objetivas, sérias e sobretudo que legitimamente defendam os anseios da pátria em desenvolvimento. Dai o acurado exame nas verdadeiras intenções de que se revestem as proposições sujeitas à deliberação do corpo legislativo.

Contra os interesses impatrióticos, que se harmonizam, conjugam se e que, sob as pretensões ilusórias de projeção pessoal dos seus liderados, querem deles fazer líderes, mantendo os demais envolvidos nas insolúveis querelas políticas, oponhamos a força, o caráter, a capacidade e a dignidade do povo brasileiro que, esquecido, desamparado e desorientado, espera o braço forte do nacional no trabalho de construção desenvolvimentista.

Contra a ofuscação que se pretende impor aos que realmente possuem condições de liderança, coloque-se a luz do esclarecimento. Contra a miséria que avilta a condição humana, subjugando-lhe as forças vitais aos unbrativos de uma situação desfavorável, coloque-se o trabalho, a reação e a ajuda. Finalmente, contra os males da doença que aflige, estenda-se a mão da assistência, preservando-lhe a vida.

Assim é que a nobreza envolve os passos do parlamentar e disso não pode prescindir sob pena de não corresponder a confiança da pátria.

Muitas das proposições que crem as mãos dos legisladores trazem a marca de uma influência nefasta e de um indiferentismo brutal ao destino dos brasileiros. Esse, por exemplo, o caso dos despachantes. A Comissão Mista, incumbida de estudar a mensagem governamental, no entanto, houve por bem opinar contrariamente, analisando a preliminar de inconstitucionalidade e que foi aprovada por 14 votos contra 6. O projeto, em si, visava tornar facultativa a utilização

dos despachantes aduaneiros. Além da eiva de inconstitucionalidade, o projeto do Governo atende principalmente aos interesses de firmas estrangeiras e de alguns particulares brasileiros, talvez ligados a essas empresas. Na qualidade de presidente da referida Comissão Mista tive ocasião de dizer que a facilidade concedida na mensagem proclamação ao nosso grupo grandes lucros mas que, de nossa parte, no entanto, jamais nos ocorreria auferir benefícios a custa do sacrifício de ninguém, muito menos da laboriosa e antiga classe dos despachantes que conta mais de 120 anos de existência, com muitos escrivães com mais de 50 anos de funcionamento. Até agora, no entanto, a classe continua ameaçada pelo o Governo não retirou ainda a mensagem como anunciara. Desta forma, caso não se concretize a retirada, formulamos mais pares um apelo para que não permitam que se consuma este ato contra a classe dos despachantes. Esses homens, a par dos múltiplos conhecimentos de legislação fazem, o trabalho de deusa das próprias firmas que se utilizam dos seus serviços. Não há muito tempo, por exemplo, o nosso grupo industrial foi por um deles ajudado. Tratava-se de embarque de um forno, com moinos e acessórios para montagem de uma fábrica de cimento, destinada a Perleza, despachado de Copenhague e orientado pelo agente do Lóide Brasileiro em Hamburgo. O agente, ao proceder os cálculos, apresentou um resultado a mais que nos desfavorecia em cerca de 30 mil dólares na cobrança do transporte do equipamento. As deduções foram feitas de forma incompreensível, complexa, e certamente se não fosse a atuação vigorosa e atenciosa do nosso despachante, não teríamos condições de receber a diferença. Porém, após apresentadas as nossas razões por medições e tabelas obtivemos a revogação da decisão e o consequente ressarcimento.

Mas, senhores senadores, são dois os principais assuntos a que nos propomos falar neste momento, também ligados ao tema principal que é o da intromissão que se verifica nos assuntos brasileiros por parte de interesses inconfessáveis, dirigidos principalmente por matrizes localizadas no exterior. O primeiro deles vem sobre o próprio Lóide Brasileiro a que nos reportamos.

Estamos vendo que os lucrosáveis e insaciáveis "testas-de-ouro" reformam em sua campanha demolidora, ameaçando nossa empresa, de transportes marítimos ao obterem a revogação no dia 7 deste, na Câmara dos Deputados, do parágrafo terceiro do Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro que diz:

"Fica assegurado à Companhia Nacional Lóide Brasileiro a prioridade para transporte de cargas de repartições públicas, autarquias, órgãos de administração descentralizada e sociedade de economia mista".

Com essa revogação, naturalmente sairão favorecidas as empresas particulares que se encontram em mãos estrangeiras. Poderão elas operar em condições competitivas nos mares que já se conhecem em outros países de atividades. Ademais se temos uma companhia nacional de transportes por que razão não lhe assegurar a prioridade nas mercadorias referentes às repartições públicas, autarquias e outros órgãos de natureza estatal ou para-estatal?

Os serviços do Lóide certamente seriam melhor organizados com a certeza da prioridade. Além das informações que temos recebido, o Lóide caminha para uma organização equivalente a empresa privada, já tendo acabado com os abusos do monopólio e cujos resultados positivos já estão sendo estruturados. E de prever-se, por isso mesmo, que esta organização esteja saindo do "deficit" que

há dezenas de anos vinha assumindo. Alimentam-se, assim, a grande esperança de ver esta empresa transformada para futuramente dar ao nosso país um transporte marítimo genuinamente brasileiro. Aliás, esse é o caminho que percorrem as nações para se desenvolverem. Temos esperança, como dizíamos, de ver a bandeira brasileira defladrada nos mastros dos nossos navios, levando nossos produtos a todas as partes do mundo, promovendo o nome do Brasil. Por outro lado, não é de hoje o reconhecimento da importância que exerce a marinha mercante na difusão dos conhecimentos de terra no exterior.

O Sr. Aarão Steinbruch — V. Ex. permite um aparte?

O Sr. JOSE' ERMÍRIO — Com muita satisfação.

O Sr. Aarão Steinbruch — Realmente, V. Ex. está abordando um dos mais importantes problemas para a economia nacional. Quando o atual Governo enviou mensagem ao Congresso — projeto que foi, mais tarde, transformado em lei — dando privilégio ao Lóide para transportar, em seus navios, mercadorias pertencentes ao Executivo brasileiro, nós todos exultamos com a medida. Entretanto, não durou muito a nossa alegria porque uma nova mensagem foi proposta ao Congresso, está em votação na Câmara dos Deputados e provavelmente será aprovada.

O Sr. JOSE' ERMÍRIO — Essa matéria já foi votada, na Câmara dos Deputados, no dia 7. Por isso é que estou dirigindo um apelo ao Senado para rejeitar o projeto.

O Sr. Aarão Steinbruch — Esse projeto retira aquele privilégio, deixando, portanto, a autarquia em desamparo completo. O justo, já que o empreendimento é uma empresa de economia mista, em que o Governo constitui maioria, é que o Governo propiciasse todos os meios e modos para que essa empresa prosperasse. Mas o que se viu foi exatamente o contrário. Infelizmente. Se a Câmara aprovou a nova mensagem, é mister que o Senado a rejeite porque, do contrário, iremos decretar a falência daquela autarquia.

O Sr. JOSE' ERMÍRIO — Agradeço o aparte magnífico do nobre Senador Aarão Steinbruch. S. Ex. tem razão: ou damos valor ao que é nosso, propiciando a que os nossos barcos percorram as mares levando a bandeira auri-verde a todas as partes do mundo, ou não temos condições de ser país civilizado e independente.

(Retomando a leitura).

Já em 1912 o presidente Wilson, enaltecia este aspecto no seu livro "Encruzilhadas da Liberdade", ao dizer:

"Espero viver para ver a bandeira americana tremulando em nossos navios pelos mares afores, levando as nossas mercadorias, mesmo nas regiões mais distantes."

Confiamos na atuação do Senado quando tiver que opinar sobre a matéria. Não é possível que se deixe consumir uma agressão dessa ordem contra nossa marinha mercante e que terá profundas repercussões negativas no futuro.

Outro assunto, senhor Presidente e Senhores Senadores, e que reflete mais uma vez a intenção estrangeirista de fazer capitular os nossos direitos, na condução dos próprios negócios brasileiros é o que se refere ao Comunicado GECAN nº 46, de 23 de janeiro de 1963, "Intermediação das operações de câmbio", do Banco Central, que diz:

"Levamos ao conhecimento dos interessados que o item 'f', do artigo 3º, do regulamento anexo ao Comunicado FICAM nº 58, de

26 de dezembro de 1960, sofreu a seguinte alteração:

"de: ser brasileiro e residente no Brasil para: ser residente no Brasil. E' outra doação, Senhores Senadores."

"Desta forma, fica dispensada a exigência de nacionalidade brasileira para o exercício de cargos de Diretoria, Conselho Fiscal e outros órgãos estatutários das Sociedades Corretoras."

Senhores, a não exigência de nacionalidade brasileira para o exercício de cargos corretor na Bolsa de Valores é mais um atentado que se pratica contra a ação dos brasileiros pais e filhos, não dispondo das mesmas condições de capital que os estrangeiros, certamente ficam inferiorizados. Mas não é somente na questão de capital, o principal é que não se pode dar a pessoas de outros países as mesmas vantagens concedidas aos nacionais. Isso é reconhecido universalmente e desta forma é que também eles procedem nas suas terras. Por que razão, então, abrimos as portas às escimaras? Quais as vantagens para o Brasil dessa política?

Senhores Senadores, outra vez não se emudecerá no combate. O Brasil não pode permanecer como "terra de ninguém". É necessário que a cada um se dê de conformidade com condições elevadas de independência e trabalho visando o futuro, pois, da maneira como as coisas vão, nenhuma nome, por mais inteligente e perspicaz que seja conseguirá um dia arranjar o nosso país da situação angustiosa do subdesenvolvimento. Essa pecha de subdesenvolvimento tem que sair do Brasil. Verificamos, a cada passo, que existe uma verdadeira intenção de pretenderem que este país continue sempre nessa posição, pois levando todas essas vantagens nada poderá nos livrar do sofrimento e do destino de não se desenvolver paralisando a humilhação que sofremos há muito tempo.

As concessões que o Brasil vem fazendo são imensas. Através de um Código de Minas que já nasceu com a marca da doação, entregamos o nosso patrimônio mineral à sanna alienígena. Lutamos ardorosamente no governo passado contra a forma como se vinha demolindo as riquezas nacionais, entregando-as sistematicamente ao desejo de interesses imperialistas. Se a nossa luta não apresentava os resultados ímprobos mas positivos servia sempre para caracterizar nossa intenção e o clamor dos anelos nacionais.

Agora mesmo, há poucos dias, quando ainda não se observam radicais mudanças no panorama mineral nacional, apresentamos requerimento de constituição de Comissão Mista para estudo desse problema e visando a alteração do Código de Minas. Esperamos que os estudos a serem feitos, se aprovado o requerimento, possam de fato ajudar a resolver a situação mineral que, a cada instante, é objeto das arremetidas as mais escusas.

Por estas razões, senhores, chamamos desta tribuna a atenção governamental na defesa do patrimônio nacional e também dos direitos dos cidadãos brasileiros. Caso não os defendamos só nos restará eternas pedinchantes, pois a cada instante novas concessões são feitas, introduzindo-se modificações perfeitamente dispensáveis. São quantias imensas doadas e, mesmo assim, solicitamos muitas vezes auxílios em quantias irrisórias. Para suprir o pedinchamento contínuo bastaria o melhor controle do contrabando, do preço das mercadorias exportadas e importadas, dos "royalties" e dos privilégios dados nos acordos humilhantes. O Brasil está em con-

dições de não aceitar e não solicitar auxílios que não sejam ativos e para operações rendosas. Desta forma, consolidam-se a política e a economia de outros países, não sofrendo agora nem de futuro a tristeza da imprevidência.

Há necessidade de se estudar em profundidade a extensão dessas vantagens, conhecidas ou desconhecidas, de que somos vítimas por negligência e, também, pela ação dos defensores de interesses não brasileiros e que são os maiores entregadores das riquezas nacionais. Há premência no exame cuidadoso de todos os itens que são motivo de análise, acabando-se de uma vez por todas com os pedidos desnecessários. Este país tem gente capaz, inteligente e patriota para se governar por si mesmo, sem pedir favores a ninguém do Exterior, sem solicitar quaisquer outras vantagens pois atrás de cada uma delas vem exigências.

Se nos integrarmos no trabalho dentro das normas dos países civilizados, realizaremos nossa independência econômica em não muito tempo. Basta-nos o trabalho interno e o estudo esforçado e, acima de tudo, defendendo os nossos direitos.

Finalizando, queremos deixar na maior clareza de que somos suficientemente livres para escolher o melhor caminho. Não nos enredamos no espinheiro das concessões pois dali teremos grande dificuldade em sair no futuro. E refletamos mais um pouco porque doando o que temos seremos companheiros da miséria, do subdesenvolvimento, e fechando as portas do progresso. Compramos, a alto preço, a angústia e a amargura dos dias vindouros, enriquecendo os ricos espoliadores e empobrecendo ainda mais o já muito pobre povo brasileiro.

São essas, Sr. Presidente, as considerações que devo fazer, neste momento que julgo crítico, em que assuntos desta natureza são resolvidos por portaria do Banco Central. Muito obrigado. (Muito bem. Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Tem a palavra o Sr. Senador Josaphat Marinho. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, o mundo ainda não esqueceu as tristes consequências das teorias raciais de eleição, e o peso do que elas trouxeram para a humanidade, tendo como palco a Europa as mãos da figura apocalíptica de Hitler e seus nazistas. Ainda hoje estremece a civilização perante os horrores por que passou um povo e uma raça vítima de uma loucura coletiva e exacerbada pela sua própria autovalorização.

Digo isso, porque não se compreende que, decorrido tão curto lapso de tempo no estágio histórico de nossa época, justamente entre aqueles que se valeram dos argumentos os mais elevados para condenar, repelir e combater semelhante insulto à civilização, esteja ressurgindo uma nova estrutura de preconceito racial, em moldes diferentes, mas com um cerne tão maligno e absurdo quanto o outro.

Se na década dos 20 e 40, o judeu foi o bode expiatório das frustrações políticas de uma megáclama, agora é a vez do negro. Não bastassem as humilhações, desgraças e infelicidades que lhe submeteu o branco, restou-lhe até hoje o opróbrio de uma raça inferior, a que se nega, até, o direito de existência e autodeterminação na própria terra que os viu nascer.

Sr. Presidente, refiro-me, particularmente, à situação reinante na

África e, se uso desta tribuna, e da palavra que o povo brasileiro tão generosamente me concedeu, o faço procurando interpretar os exemplos de fraternidade racial, humana e social de que somos modelos para o mundo. Os acontecimentos da Rodésia, ninguém se iluda, não tiveram por escopo qualquer princípio de salvaguarda à Justiça e ordem pública. Visaram, apenas, um aspecto novo na política de segregação racial contra o negro e, a cor da britânica, na pessoa da Rainha da Inglaterra, foi apenas o veículo de impacto na opinião mundial contra todos aqueles que não concordam com o tratamento dos negros. Os três enforcados são tão vítimas da opressão racial quanto os milhões de africanos que sucumbem às mãos de uma minoria reacionária na África do Sul.

Hoje em dia a questão africana tende para um pan-africanismo a respeito da tentativa de partilha do continente em numerosíssimas unidades autônomas e pseudo-independentes pelo antigo colonizador europeu, justamente em função do negro sentir a hostilidade latente da civilização ocidentalista contra a eventualidade de seu desenvolvimento.

Sr. Presidente, sabidamente somos um país feliz neste particular. Cadinho antropológico onde se fundiram três troncos raciais básicos, o sentimentalismo português, a bravura aborígene e a resignação, nostalgia e capacidade de trabalho do negro, aqui ocorreu uma inter-assimilação étnica onde todos os elementos resultaram numa nova interpretação de vida e de fraternidade humana que talvez não tenha paralelo em qualquer outro canto do mundo.

O Sr. Teotônio Vilela — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Com todo prazer.

O Sr. Teotônio Vilela — Incrível que pareça, o discurso de V. Exa. tem oportunidade não só nacional como internacional. O Brasil pode realmente falar sobre integração racial. E a grande crise que está havendo, hoje, dentro da Humanidade, no fundo, não é senão uma luta racista. Está o fenômeno na América do Norte, e está, hoje, dentro do próprio Oriente, para não falarmos, então, na África. O que ocorre agora, na Rodésia, e que motivou a condenação do Papa bem como de todos os homens de alta compreensão neste mundo, merece de fato a repulsa do Senado do Brasil. Considero, portanto, o pronunciamento de V. Exa., como um pronunciamento do Senado. Temos que nos unir contra essa caça ao homem, que é a mais ignominiosa em que se leva em consideração não sua atitude ideológica, ou o seu trabalho, a sua cultura ou a sua cultura, mas, pura e simplesmente a sua pigmentação. Dou inteiro apoio ao discurso de V. Exa. e proponho, juntamente com V. Exa., que o Senado procurasse, inclusive, nosso Chanceler e, através dele, o Brasil se pronunciasse, o que pode fazer escutado em toda a sua formação étnica, sobre o assunto.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Agradeço o aparte de V. Exa. Realmente, no decorrer de meu discurso abordei este aspecto para finalizar nesse sentido, isto é, que o Brasil se situe, no momento atual, face aos acontecimentos na África, notadamente na Rodésia, como líder intercontinental para o respeito à liberdade étnica, racial e ideológica.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Com prazer.

O Sr. José Ermirio — V. Exa. tem toda razão. Agora mesmo o México vetou a África do Sul para os esportes olímpicos porque aquele país estava excluindo os pretos de sua representação.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite o orador um aparte? (Assentimento do orador) — Acho que não haverá uma voz sequer, no Congresso Nacional, como na opinião pública brasileira que, neste instante, não esteja revoltada com o que acontece na Rodésia. A odiosa discriminação que ali existe muitos conhecem por ouvir dizer mas posso dizer que conheço porque vi. Não se pode imaginar a que ponto chega a separação entre pretos e brancos, não só na Rodésia como na África do Sul. Os judeus já pagaram caro por esse princípio de discriminação, nos antigos campos de concentração. Tive oportunidade de visitar na África como na Rodésia, os locais onde os africanos vivem isolados da comunidade, por uma cerca de arame farpado. Não lhes é permitido frequentar os restaurantes de brancos. Nos aeroportos há um lugar para os africanos — e aqui, com muito cuidado, não uso a palavra negro e sim a terminologia que lá se utiliza. Existe o salão do branco e o salão do preto, nos banheiros há a mesma separação, como nos ônibus, nos taxis e nas escolas. Visitei, a convite de um governo estrangeiro, as duas províncias ultramarina de Portugal — Angola e Moçambique onde há confraternização racial, porque é da índole do português. E neste instante, não quero fazer paralelo, mas quem saiu, como eu saí destas duas unidades e penetra a República da África do Sul ou da Rodésia — sente o drama que vive aquela população preta — houve momento em que os meus olhos se marejaram de lágrimas. Nós estamos habituados à figura da mãe preta; apreciamos os homens de cor, e a nossa história nos ensina a amar a contribuição africana no desenvolvimento do Brasil. V. Exa. não pode imaginar, Senador Aarão Steinbruch, o que há de terrível, de odioso, e não apenas para elementos de pigmentação negra na pele, como para os outros como os hindus, os paquistaneses e indonésios. De maneira que, neste instante, afirmo que V. Exa. representa a unanimidade do pensamento do povo brasileiro, o pensamento de sua Sanidade o Papa Paulo VI, o pensamento de U Thant, na ONU. O próprio Conselho de Segurança acaba de se reunir e enviar uma Mensagem à Comissão de Direitos Humanos. O Sr. Ian Smith, Primeiro Ministro de um Governo cuja independência não foi muito acatada, não atendeu ao apelo do Papa, nem do Arcebispo de Salisbury. V. Exa. há de permitir que eu, como brasileiro, diga que a sua voz neste instante, é a voz de todos nós. Perdoe-me V. Exa. por alongar o aparte, não apenas para registrar o que o Senador José Ermirio já registrou, o protesto dos países que não querem participar dos jogos olímpicos do México. Se V. Exa. vai concluir seu discurso apelando para que o Brasil manifeste sua repulsa à atitude da Rodésia do Sul permita-me sugerir que a CBD — Confederação Brasileira de Desportos seja endereçado um apelo para que o Brasil também não compareça aos jogos do México, caso comecem a África e a Rodésia do Sul.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — É neste sentido o meu discurso. É a sugestão que faço para que o Brasil não compareça e ainda que lidere, no mundo, um movimento de rompimento de relações com países que discriminam as pessoas em razão de sua cor. V. Exa. falou com a autoridade de quem está presente em alguns países da África do Sul e observou os fatos que descreveu.

O Sr. Ruy Carneiro — V. Exa. permite um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Pois não.

O Sr. Ruy Carneiro — Sr. Senador, a minha solidariedade total a este

movimento que V. Exa. inicia, no Brasil, por intermédio da nossa Câmara Alta. Os jornais do Rio de Janeiro, de hoje, trazem fotografias compungentes, denunciantes das barbaridades que se estão verificando na África do Sul e na Rodésia contra os negros. Graças a Deus tivemos a Princesa Isabel no Brasil, e graças a Deus, os brasileiros não nutrem qualquer preconceito de raça: vivemos felizes entre negros e brancos, trabalhando pela grandeza do nosso país. O meu inteiro apoio — repito — ao movimento que V. Exa. está iniciando ao Senado da República.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Muito obrigado a V. Exa.

O fato primordial reside em que o Brasil terra onde nunca semelhante flagelo grassou, pela sua formação natural, não pode, de maneira alguma, ficar alheio aos acontecimentos que transcendem do lado de lá do Atlântico. Apelo para que a opinião pública brasileira se coloque numa posição de desaprovção cabal e, mais ainda, intransigentemente contrária ao que estão pretendendo impingir aos indígenas sul-africanos e rodésianos como uma variante nova e talvez mais cruel da antiga escravidão. O Brasil deve endossar sua não participação nos jogos olímpicos próximos caso representações de semelhantes governos lá se façam presentes.

O Sr. Vasconcelos Torres — Vossa Excelência permite um novo aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Pois não.

O Sr. Vasconcelos Torres — Já que eu me havia antecipado, e agora vejo que V. Exa., realmente, como anunciara na resposta ao meu aparte, iria tratar do assunto, eu queria relembrar que, por um dever elementaríssimo de coerência, entendo que não devemos participar dos jogos olímpicos no México, caso a África do Sul, os países racistas ali compareçam. Queria relembrar que uma vez chegou uma delegação desportiva — não sei se o fato está no seu discurso — a Cap Town, que é a segunda cidade da África do Sul, e ali, só puderam desembarcar os atletas brancos, pois os de descendência africana tiveram de permanecer a bordo. E, como não podia deixar de acontecer, o nosso Encarregado dos Negócios protestou, e o jogo não foi realizado, nem em Cap Town, nem em Johannesburg nem em Pretória. Então, por uma questão de coerência devemos pagar, com a mesma moeda, por aquela atitude insólita. Este é um apelo que o Ministério das Relações Exteriores a Confederação Brasileira de Desportos não pode negar, principalmente depois que o próprio México, sede das olimpíadas, está preocupado com a presença da África do Sul na competição. O esporte une a todos, e não é possível que um país que pratica a discriminação racial venha a pelear com outros que mantêm a democracia inter-racial, como é o caso do Brasil.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Exa. relembra, com muito propriedade, episódio ocorrido há anos atrás quando o Brasil cancelou jogos pelo fato de não permitirem a exibição de atletas negros integrantes de um combinado de futebol brasileiro. Se não me engano, na oportunidade, foi até por sugestão do Ministro das Relações Exteriores retirado o nosso Encarregado daquele país, chamado com aquela velha desculpa: consultas com o Governo brasileiro.

O Sr. Vasconcelos Torres — Aliás quero dizer a V. Exa. o seguinte: se fôssemos um pouco além, não apenas nas relações desportivas, não apenas como protesto deveríamos — e está a palavra — manter relações diplomáticas com países que praticam a discriminação racial.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Este é o sentido do meu discurso, o apelo que faço: que o Brasil rompa relações diplomáticas e comerciais

com nações racistas — África do Sul e Rodésia —, liderando, nosso País, no particular, o terceiro mundo. (Lendo)

Entre nossos maiores atletas figuram alguns homens de cor que souberam, como qualquer branco, elevar as cores do nosso Brasil ao respeito mundial. Não vejo como poderíamos conciliar o espírito esportivo olímpico que, sabemos todos, é a competição fraternal, com aqueles que rejeitam este módulo unicamente fundados em preferências cromáticas quanto a pigmentos de pele e outros tantos absurdos e idiotices desta espécie que, há pouco mais de 25 anos, contaram com tão fanáticos propagandistas entre os sequazes do malogrado Führer do Reich alemão.

O Sr. Clodomir Milet — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Com grande prazer!

O Sr. Clodomir Milet — Ainda V. Exa. de tocar em ponto que é naturalmente indicativo de que não poderíamos realmente concorrer a olimpíadas com países que não tenham condições de competir conosco nos jogos desportivos, porque estas equipes são na sua maioria constituídas de homens de cor... Então poderia haver logo o primeiro caso a se criar, no momento em que a nossa representação fosse escolhida para porfiar com um desses países; poderia haver a objeção que não poderíamos competir, porque em nossa delegação estavam homens de cor os quais poderiam não aceitar para evitar casos desses que poderiam transformar-se em incidente diplomático ou internacional, seria melhor que não competíssemos nestes jogos, uma vez que fosse admitida a presença de países que, naturalmente, levam até esse ponto a segregação racial. Estou inteiramente de acordo com o discurso de V. Exa. Acho que está abordando uma tese atualíssima e de grande interesse para o nosso País. Devemos tomar posição, nós que aqui nunca tivemos a discriminação racial. Demos até como exemplo ao mundo a Lei Afonso Arinos que está em vigor e que é um atestado da nossa por que nos conduzimos no mundo deste assunto. Felicito V. Exa. pelo brilhante discurso que está fazendo.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Obrigado a V. Exa.

Sr. Presidente, acho até que o Brasil, em face da posição modelar anti-racista que ocupa no conceito das nações, está por uma questão de coerência moralmente obrigado a assumir uma atitude desassombrada e enérgica contra esta nova onda de privilégios raciais.

Aliás, verifico, com satisfação, que não falo só em meu nome pessoal. Os apelos de inúmeros senadores surgiram essa mesma tese e creio que o Itamarati não ficará alheio insensível a esses pronunciamentos.

Se assistimos à prática de políticas econômicas a serviço de políticas internacionais, como temos aqui mesmo na América o exemplo de Cuba, acho que os recursos desta pressão tão drásticas e contundentes devem ser aplicados em defesa de uma causa muito mais nobre do que vem sendo. O Brasil se encontra no instante histórico de liderar no âmbito mundial uma campanha que vise o fim de qualquer facilidade econômica, inclusive rompimento de relações diplomáticas e comerciais com os estados que persistem em porfiar tão desagradante prática. E, no particular, nossa autoridade é inquestionável porque em nenhum canto da terra se viu tamanho exemplo de fraternidade racial como os que, desde nossa Constituição como país, viemos prodigalizando ao mundo. Isto não nos custará esforço porque está no próprio espírito e concepção de vida do brasileiro. Este potencial talvez necessite, apenas, de um cristizador que, no caso, seria a iniciativa oficial.

A inevitabilidade desta campanha se torna perfeitamente clara quando compreendemos que os crimes que até agora se praticaram, à feição do desenvolvimento do status nazista, não tenderão, nunca, a arrefecer, mas, pelo contrário, irão extremar-se, como todas as posições reacionaristas, no evoluir histórico, se não forem a tempo e hora extirpadas. Haja visto que, ontem mesmo, numa demonstração de força frente ao governo britânico, os novos arianos da Rodésia enforcaram mais dois guerrilheiros negros, a despeito dos mais diversos e numerosos apelos internacionais de clemência, das mais diversas procedências. Este regime imperante em Salisbury, além de ilegítimo, é um desafio à opinião mundial, ao qual até mesmo o Secretário-Geral da ONU não pôde ficar impassível e voltou a denunciar tais atos como verdadeiros assassinatos no sentido mais lato do termo.

E enquanto tudo isto fatalmente irá provocar um novo agravamento das sanções econômicas britânicas, bem como jurídicas, contra os responsáveis deste massacre, inclusive até um recurso às Nações Unidas, anunciado pela Inglaterra para os próximos dias, veja o plenário desta Casa, em Pretória, África do Sul, onde também se encontra instalado um outro regime racista de minoria branca — e este, seguramente, mais desavaliado que o seu aprendiz rodésiano —. Lembros da juventude católica, em resposta a uma mensagem do Papa Paulo VI ao Arcebispo de Salisbury, formulando o desejo de que outros negros condenados à pena capital fossem objeto de medidas de clemência, organizaram-se numa manifestação de protesto contra a posição do Santo Padre, levada a efeito perante a delegação apostólica, declarando que: "o Papa tomou nesta questão uma atitude partidária. Os católicos podem estar em desacordo com o Papa", mas tal distorção na interpretação do espírito ecumênico do catolicismo atual pode nos servir à bastantia para, mesmo daqui de longe e alheios como estamos, poderemos aquilatar a que profundidade já alcançou a ideologia racista desta pobre juventude branca tão mal conduzida pela geração que a liderou. Lembra-nos, tristemente, sem favor, os idos de 1936, quando, na Alemanha, as tropas de Goebbels enredavam a mocidade, germânica no estupefcente ideológico da loucura nazista. Fique certo o governo brasileiro que o panorama de repressão racial no Sul da África apenas se encontra em seus prodômios. A estória não é nova, é longa e trágica conforme já demonstrou a experiência passada que todos nós vivemos. Qualquer recurso moral ou material de que lançar mão o Brasil, em defesa destes novos escravos do século XX, será equiparável às mais humanitárias iniciativas que foram levadas a efeito no mundo, e digno dos maiores aplausos e admiração dos homens que no futuro irão olhar este nosso presente. (Muito bem) (Muito bem) (Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna. (Pausa).

S. Ex.^a não está presente.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Acha-se presente na Casa o Sr. Luiz Gonzaga de Barros, suplente convocado para substituir o Sr. Senador Duarte Filho, durante a licença concedida a esse ilustre representante do Estado do Rio Grande do Norte.

Para prestação do compromisso regimental, de acordo com o disposto no Art. 5º, § 2º, do Regimento Interno, S. Ex.^a será introduzido no plenário pelos Srs. Senadores Manoel Vilaga, Clodomir Milet e Oscar Passos. (Pausa)

Acompanhado da Comissão designada, dá entrada no recinto, presta o compromisso regimental e toma assento em plenário o Sr. Luiz Gonzaga de Barros. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Em 12 de março de 1968.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, a vista do disposto nos arts. 9º e 72, parágrafo único, do Regimento Interno, que, voltando ao exercício da representação do Estado do Rio Grande do Norte, conservarei o nome parlamentar adotado ao ensino da minha primeira investidura, abaixo consignado e integrarei a bancada da ARENA.

Atenciosas saudações. — Luiz Gonzaga de Barros — Assinatura por extenso.

Nome parlamentar: Luiz Barros.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em meio à crise universitária deste País, é confortador registrar o que se está verificando no município de Valença, no Estado do Rio de Janeiro, onde um grupo responsável, vencendo a barreira do Conselho Federal de Educação, acaba de criar várias faculdades e de realizar o seu primeiro exame vestibular. Dentro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, esses líderes submeteram ao Conselho Federal de Educação o processo para o funcionamento das escolas de Direito, Filosofia, Economia e Odontologia. Deferido o processo sob a liderança do ex-prefeito, o engenheiro Luiz Gioseffi Januzzi, essas escolas já irão funcionar este mês — e eu, Sr. Presidente, tive o grande prazer de, na sexta-feira e no sábado próximos passados, percorrer as instalações desses novos estabelecimentos de ensino superior no meu Estado.

Tenho que registrar a impressão favorável colhida e o apoio entusiástico da mocidade estudantil valenciana, na que teve no engenheiro Luiz Gioseffi Januzzi, um porta-voz de suas aspirações, e com a colaboração preciosa de um dos prelados mais distinguidos da nossa Pátria, o Bispo Dom José, que é justamente aquele encarregado da catequese em toda a América Latina e que, por ser um educador religioso, bem compreendeu que o seu apoio não poderia faltar a essa benemérita iniciativa.

Estive também, Sr. Presidente, no Hospital de Valença, na antiga Santa Casa e no edifício moderno. Este poderia abrigar de saída a instalação da Faculdade de Medicina, requerida ao Conselho Federal de Educação — objeto de minhas repetidas críticas nesta Casa, — onde a tramitação de um processo chega a levar um ano, dois, três, como ora está acontecendo em relação aos processos referentes aos municípios de Vassouras e de Volta Redonda. A criação ali de tais estabelecimentos poderia permitir a matrícula dos excedentes, não só da Guanabara e Estado do Rio, mas de outras unidades da Federação Também.

O Engenheiro Januzzi, que passou todo o dia comigo, visitando estabelecimentos, não esconde a sua decepção profunda ante aqueles que cruzam os braços diante da demanda, cada vez mais acentuada, de estudantes às carreiras científicas e tecnológicas. Com um corpo médico de primeira ordem e com o indispensável compromisso de professores

catedráticos da Guanabara e do Estado do Rio, de lecionar em Valença que dista da Capital do Estado do Rio como da Guanabara, cerca de duas horas e meia de automóvel, o problema estaria resolvido, no entanto, aguarda o processo decisão do Sr. Ministro Interino da Educação, Favorino Maciel. Talvez, por não estar bem entrosado com os problemas educacionais e universitários deste País, S. Ex.^a protelou sua decisão, não dando as providências necessárias para que a Escola de Medicina de Valença possa funcionar ainda este ano.

É confortador, entretanto, observarmos que só pode haver desenvolvimento econômico, neste País, com a disseminação de universidades que esse grupo corajoso de Valença, liderado pelo ex-prefeito e com o concurso dos clubes, da Igreja, dos estudantes, dos industriais e industriários, dos comerciantes e comerciantes pretende. Todo esse grupo está mobilizado no sentido de que Valença venha a se transformar num centro cultural do nosso Estado do Rio de Janeiro.

Em nossa pátria, como, aliás, já foi várias vezes apontado por etnógrafos do gabarito de um Edson Carneiro, Gilberto Freyre, Artur Ramos e Donald Pierson, Ruth Landes, entre os estrangeiros, inexistente qualquer preconceito racial. É bem verdade que o preconceito não desaparece em nosso meio, porém sua situação é social, econômico, mas nunca quanto a cor da pele ou os índices antropológicos. Porém isto é um aspecto diverso que no momento escapa às minhas considerações.

Sr. Presidente, eu prometi aos amigos que me acompanharam na Senado, erquer a minha voz aqui, no Senado, erquer a minha voz, para apelar mais uma vez, ao Conselho Federal de Educação. Não descreio de que, ainda um dia, possa ele ser sacudido do marasmo em que vive mergulhado. Atendendo às realidades educacionais da nossa Pátria não se transformará, como muita gente pensa e eu já disse, no túmulo das aspirações estudantis da nossa Pátria.

Assim, Sr. Presidente, dirijo às minhas congratulações à mocidade da região sul do meu Estado que, sôzinha, com o apoio de homens abnegados, prestando inestimáveis serviços ao ensino de nossa Pátria, realizam tão apreciável obra educacional.

Sr. Presidente, valendo-me do ensejo, queria tratar de assunto fora do meu Estado.

Desejo — comunicar à Casa que o Estado de São Paulo mantém uma assessoria parlamentar das mais completas que conheço.

Gostaria de dizer ainda que, sem nenhum espírito regionalista, esse escritório, composto de elementos de grande gabarito intelectual, atende a quantos o procuram.

De uma feita, lá cheguei, em busca de dados estatísticos, e prontamente, fui atendido. Tive a oportunidade de observar que não apenas o representante do Estado do Rio, mas de outras Unidades da Federação, lá se encontravam nesse Serviço, já praticamente velho mas sempre renovado, através do recrutamento de jovens estudantes, de jovens bacharéis, engenheiros e elementos afinados com aquilo que se chama de Assessoria Parlamentar. Mais do que uma realidade, é um sentimento de São Paulo, que deve ser ressaltado.

O Chefe desse Escritório, com quem travei conhecimento, o Dr. Synésio Rocha Filho, vem de deixá-lo. Eu que fazia restrições ao Governador Abreu Sodré, por vários motivos ao conversar, democraticamente, com os elementos dessa Assessoria Parlamentar de São Paulo, dentro de um espírito de lealdade, após me exibirem eles mapas, estatísticas, levantamen-

tos, livros, deixei de fazê-las. Aquela assessoria, sentinela avançada dos interesses paulistas na Capital da República, mostrou-me uma fisionomia diferente da que eu e muitos dos meus colegas víamos na pessoa do Governador paulista.

Hoje, Sr. Presidente, tomei conhecimento de que o Sr. Synésio Rocha Filho, bacharel em Direito, formado pela Universidade de São Paulo, que foi Oficial de Gabinete do Secretário de Trabalho, Presidente do Conselho Administrativo do Estado de São Paulo, Oficial de Gabinete do Secretário de Justiça, Assistente Técnico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, atualmente, exercendo a pesada responsabilidade de chefe do escritório de assistência técnica, de assessoria legislativa do Estado bandeirante em Brasília, vai-nos deixar. Entendi, pois, de fazer, não o elogio à sua pessoa, mas ao Estado de São Paulo, que não regionalizou seus serviços e que tem atendido a toda a Câmara dos Deputados, e principalmente às Universidades sem recursos para manter escritório da importância desse que São Paulo mantém em nossa Capital.

Sr. Presidente, lamento, profundamente, a saída desse moço que se impôs à estima de todos nós, e que modestamente, jamais quis aparecer, pelos bons serviços prestados ao Congresso e ao País. Tenho a impressão de que São Paulo vai-se desfalar de um de seus melhores auxiliares, de elemento dos mais categorizados, com cultura-geral impressionante, pronto para solucionar as dúvidas, pronto para orientar a busca, a pesquisa de determinados assuntos.

No instante em que o Sr. Synésio da Rocha Filho deixa Brasília — particularmente, é no Senado que o escritório de São Paulo funciona —, quero prestar-lhe uma homenagem sincera, amiga.

Meu Estado poderia ter uma assessoria como a de São Paulo, contudo não tem o sentimento de assessoria que aquela Unidade tem: meu Estado poderia, perfeitamente, ler aqui um desses serviços. Mas São Paulo supre as falhas, não só da região que represento, mas, principalmente, a dos Estados menos dotado financeiramente.

Eu, que várias vezes compareci a esse Escritório, quero dizer que o Governador Abreu Sodré talvez tenha perdido um dos elementos que mais atuava, no sentido da projeção do Estado que governa neste instante. Ele, que segundo vejo dizer é um dos candidatos em potencial à Presidência da República, talvez tenha perdido muito com a saída do Sr. Synésio da Rocha Filho, do Escritório bandeirante. É evidente que conta o Governo de São Paulo com outros elementos de primeira ordem, que me dispense de citar, principalmente aqueles que convivem conosco e que de perto tenho conhecido.

Aqui ficam as minhas homenagens ao Sr. Synésio da Rocha Filho, homem que deixará em Brasília uma lacuna difícil de ser preenchida, um bom amigo que projetou o nome de São Paulo entre nós e de quem São Paulo há-de sentir falta muito mais cedo do que se espera.

O Sr. Carvalho Pinto — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com prazer.

O Sr. Carvalho Pinto — Quero, Senhor Senador Vasconcelos Torres, congratular-me com V. Ex.^a nesse instante em que V. Ex.^a dá testemunho altamente expressivo e de justiça relativamente aos esforços e à orientação do Escritório da Assessoria Técnica de São Paulo. É realmente, uma grande perda que todos sofremos a ausência do Dr. Synésio Rocha Filho da chefia desse Escritório. Mas, pode V. Ex.^a estar certo de que a mesma orientação há de prevalecer na sua sucessão. O Governo de São Paulo, atento aos in-

teresses não só do nosso Estado, mas da própria representação nacional a que procura servir despretensiosamente, há de trazer para essa chefia um homem à altura de manter a mesma vocação de brasilidade, o mesmo espírito de eficiência, o mesmo desejo de servir a toda a representação de São Paulo e a dos demais Estados. Agradeço a V. Ex^a em nome do meu Estado, as referências tão justas que faz ao nosso Escritório que procura ser um instrumento de informação legislativa nesta capital.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Isso mesmo que V. Ex^a acaba de dizer, honrando-me com seu aparte, que procurei fixar no meu despretensioso discurso. São Paulo não teve sentimento regionalista ao instalar o seu escritório de assistência técnica parlamentar e eu agora, me permito dizer que V. Ex^a está entre aqueles outros da minha preferência.

Sr. Presidente, ao encerrar, desejo lembrar a V. Ex^a que envie à Mesa Requerimentos, lidos durante o expediente e espero que V. Ex. os defira para a devida tramitação.

Voltarei à tribuna, após saída definitiva do Sr. Synésio da Rocha Filho, para me referir aos serviços relevantes que o escritório por ele chefiado prestou não somente a São Paulo mas a todo o Brasil. (Muito bem.)

O SR. VASCONCELOS TORRES — COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Oscar Passos
José Guimard
Arthur Virgílio
Sebastião Archer
Petrônio Portela
José Cândido
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Luiz de Barros
Dinarte Mariz
Manoel Villaca
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
João Cleofas
Pessoa de Queiroz
Teotônio Villela
Rui Palmeira
José Leite
Antonio Balbino
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Paulo Torres
Nogueira da Gama
Carvalho Pinto
Lino de Mattos
João Abrahão
José Feliciano
Milton Müller
Ney Braga
Adolpho Franco
Mello Braga
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Não há outros oradores inscritos.

O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de comunicação que se acha sobre a mesa.

E' lida a seguinte

Exmo. Sr. Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que a Comissão de Segurança Nacional, em sua reunião extraordinária realizada na manhã de hoje, deliberou oficializar a essa Presidência, nos termos do § 1º do art. 120 do Regimento Interno, solicitando seja prorrogado por 48 horas o prazo para apresentação do seu Parecer, em decorrência do pedido de Vistas do Processo, formulado pelo Nobre Senhor Senador Mário Martins, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1968, que aprova o Decreto-lei nº 348, de 4 de janeiro de 1968, que dispõe sobre a organização e competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a protestos de estima e consideração.

Brasília, 13 de março de 1968. — Paulo Torres, Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — O expediente será publicado no Diário do Congresso Nacional, a fim de produzir seus efeitos, nos termos do disposto no § 1º, do art. 120, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1968, originário da Câmara dos Deputados (nº 61-A-68, na Casa de origem), que aprova o Decreto-lei nº 341, de 22 de dezembro de 1967, que prorroga para o exercício de 1968, os benefícios dos Decretos-leis nºs 157, e 238, de 10 e 28 de fevereiro de 1967, respectivamente, tendo Parecer favorável, sob número 146, de 1968, da Comissão de Finanças.

A discussão do projeto foi encerrada na sessão de 8 do corrente sendo adiada a votação por falta de quorum.

Na sessão seguinte, pela mesma razão, foi novamente adiada a votação.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O SR. RUY CARNEIRO:

(Pela Ordem) — Sr. Presidente, requero verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Vai-se proceder à verificação requerida pelo nobre Senador Ruy Carneiro.

O Sr. 1º Secretário procederá à chamada que será feita do Sul para o Norte.

Proceda-se à chamada

RESPONDEM À CHAMADA OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Milton Trindade
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Petrônio Portela
José Cândido
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Luiz de Barros
Manoel Villaca
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
João Cleofas
Pessoa de Queiroz
José Ermirio
Teotônio Villela
Rui Palmeira
Leandro Maciel
José Leite
Aloysio de Carvalho
Antonio Balbino
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Torres
Mário Martins
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama
João Abrahão
José Feliciano
Fernando Corrêa
Adolpho Franco
Guido Mondim

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Responderam à chamada 40 Srs. Senadores.

Está verificada a existência do quorum para a votação.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. — (Pausa).

Está aprovado.

O SR. MÁRIO MARTINS:

(Pela ordem) — Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Vai-se proceder à verificação. O Sr. 1º Secretário vai proceder à chamada, de Norte para Sul.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Tem a palavra V. Exa.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem) — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o Senhor Senador Mário Martins pediu verificação de votação. Se se proceder, de novo, à chamada, vamos simplesmente repetir o que já foi feito, verificando-se a existência de quorum.

Creio que a verificação de votação se faz simbolicamente e, acusada a inexistência de quorum, é que se faz a chamada. Na chamada, uma vez que a votação é a descoberto, já cada um dos Srs. Senadores dirá sim ou não, aprovando ou rejeitando o projeto.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — A questão de ordem levantada pelo Sr. Senador Aloysio de Carvalho é procedente. Vai-se proceder à votação por bancadas, a começar pela da direita da Mesa.

Procede-se à tomada de votos por bancadas.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Votaram contra o projeto 32 Srs. Senadores. 8 Senhores Senadores, a favor.

Rejeitado o projeto. Será arquivado.

E' o seguinte o projeto rejeitado:

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 17, de 1963, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta Gilda Leal Costa, Diretora, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A discussão do Projeto foi encerrada no dia 8 do corrente sendo adiada a votação por falta de quorum, nesta e na sessão subsequente.

Está em votação o Projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O Projeto irá à Comissão Diretora para redação final.

E' o seguinte o Projeto aprovado.

PROJETO DE DECRETO

LEGISLATIVO Nº 11, DE 1963

Aprova o Decreto-lei nº 341 de 22 de dezembro de 1967, que prorroga para o exercício de 1968 os benefícios dos Decretos-leis nºs 157 e 238, de 10 e 28 de fevereiro de 1967, respectivamente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' aprovado o Decreto-lei nº 341, de 22 de dezembro de 1967, que prorroga para o exercício de 1968 os benefícios dos Decretos-leis números 157 e 238, de 10 e 28 de fevereiro de 1967, respectivamente.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1968

Aposenta Gilda Leal Costa, Diretora, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' aposentada, de acordo com os artigos 100, § 1º, e 101,

item I, alínea a, da Constituição do Brasil combinados com o art. 349 da Resolução nº 6, de 1960, e 1º da Resolução nº 16, de 1963, mais a gratificação adicional a que faz jus, a Diretora, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Gilda Leal Costa.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Item 3:

Votação, em primeiro, turno do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 1967, de autoria do Sr. Senador Adalberto Sena, que estabelece condições para pagamento de bolsas de estudo concedidas pela União tendo Pareceres, sob ns. 138, 139 e 140, de 1968 das Comissões: de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Educação e Cultura e de Finanças, pela aprovação.

A discussão do Projeto, em seu primeiro turno, foi encerrada no dia 8 do corrente, sendo adiada a votação por falta de quorum. Na sessão seguinte, realizada ontem, foi adiada a votação pelo mesmo motivo.

Está em votação o Projeto.

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Com a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Senador Edmundo Levi.

O SR. EDMUNDO LEVI:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, não podia deixar de expressar a minha satisfação em face do projeto de autoria do eminente Senador Adalberto Sena.

A simplicidade dessa proposição talvez não desperte a atenção dos Srs. Senadores para o alto significado que ela encerra. Visa o eminente Senador a regularizar o pagamento das bolsas de estudo concedidas a estudantes comprovadamente carecedores de recursos.

Na sua justificativa, entretanto, o nobre Senador Adalberto Sena explica muito bem que visou a evitar o corrigir definitivamente o triste espetáculo e a conduta irregular a que assistimos, quando se trata de pagamento dessas bolsas.

O fundamento da concessão da bolsa de estudo é exatamente a pobreza do estudante favorecido. Pois, bem Sr. Presidente, Srs. Senadores, o orador responsável pelo pagamento protesta essa obrigação, deixando em situação humilhante alunos e pais, que se vêem, constantemente, pressionados pelos estabelecimentos de ensino, visto que somente no fim do ano e, às vezes, no começo é que o pagamento se concretiza.

Durante o exercício passado, por exemplo, inúmeros foram os protestos de pais contra a orientação do Ministério da Educação, que não vinha honrando o compromisso assumido com os pais de estudantes, que não dispunham de recursos para pagar as bolsas.

Eu mesmo, em Manaus, onde inúmeros estudantes recebem essas bolsas, fui procurado por pais que estavam na iminência de ver seus filhos sem poder prestar exames, em virtude de alguns colégios não os admitirem sem que saldassem os compromissos devidos para com a Tesouraria. E o pior Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que, dada a dificuldade que esses pais enfrentavam, a instituição da bolsa passou a ser entendida, como alguns me disseram no seu desesperto, como simples tapeação de políticos.

Muitas vezes tive de esclarecer os pais o fato de que, se culpa havia, não era do Senador nem do Deputado que, concedendo as bolsas procurava ampará-los, ajudando-os. A culpa era exclusivamente dos órgãos do Executivo que não cumpriam a determinação legal.

O projeto ora em votação do eminente Senador Adalberto Senna, vem corrigir esta lacuna e impõe obrigação do pagamento pontual, a fim de que estudantes não sofram humilhações de estarem sempre sendo cobrados pelos colégios e os pais se empenhando para o pagamento das matrículas devidas a fim de que os seus filhos não sejam suspensos das aulas que frequentam.

O Sr. Guido Mondin — *Paraná* — V. Ex.º um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Guido Mondin — O meu temor é de que venha a acontecer — e os sintomas são esses — com as bolsas de estudo aquilo que há tempo vem acontecendo com as verbas orçamentárias, algumas com atraso de pagamento que vai a três, quatro ou mesmo a cinco anos. As bolsas de estudo do ano passado, depois de terem provocado tremenda aflição e humilhação a muitos pais, vieram a ser pagas já exatamente no fim do ano letivo. Cada vez que chegava a minha cidade as pessoas que haviam solicitado, por meu intermédio, bolsas de estudo ao Ministério da Educação, procuravam-me, aflitas, clamando por esse pagamento em face da humilhação que haviam sofrido. O meu temor é este: mesmo com o projeto de lei do nosso nobre colega Senador Adalberto Senna, não tenha ainda particularmente o Ministério da Fazenda, a preocupação do cumprimento desse pagamento em tempo, isto é, no fim do ano, facilitando as receitas das escolas e evitando a angústia enfrentada pelos pais dos estudantes em todo o Brasil. Ao ensejo de V. Ex.ª se manifestar favorável ao projeto, manifesto também o meu receio de que venha a ocorrer com relação ao problema das bolsas de estudo, o mesmo que acontece com as verbas orçamentárias, sobre as quais também pesam aquelas acusações de que elas são frias.

O Sr. Cattete Pinheiro — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com todo prazer.

O Sr. Cattete Pinheiro — O problema é muito mais grave, na sua essência, do que acaba de referir o nobre Senador Guido Mondin. Se V. Ex.ª compulsa o orçamento plurianual que está sendo enviado ao Congresso, verificará simplesmente que estão eliminadas das verbas de Ministério da Educação, aquelas destinadas às bolsas de estudo.

O SR. EDMUNDO LEVI — Os pronunciamentos dos eminentes Senadores Guido Mondin e Cattete Pinheiro reforçam a minha argumentação em favor do projeto ora em votação nesta Casa.

Mas, quanto ao aparte do ilustre Senador Guido Mondin, quero dizer que o seu temor, embora fundado, pode, entretanto, ser atenuado em face da existência de uma lei que poderá ser invocada, a todo instante, pelo beneficiário da bolsa de estudos.

Quanto à não inclusão, no orçamento plurianual, das verbas destinadas a esse encargo do Estado, creio que será oportuno que todos, examinando o aspecto e a repercussão social dessa falha, unamo-nos, indistintamente, no sentido de forçar o Governo a cumprir aquilo que é uma obrigação preceptiva do Estado — a educação da mocidade.

A Constituição reconhece que o ensino é uma das obrigações do Estado e as organizações particulares que ministram o ensino estão, quase que por uma delegação, exercendo uma atividade eminentemente do Estado. Todos nós que temos essa concepção e compreendemos o drama dos pais pobres, devemos nos unir aqui, independentemente de bandeira, partilhando, acima de tudo, a visão do futuro da mocidade, no sentido de formarmos o Governo a que dê ao Con-

gresso os recursos para cumprir esse dever.

O Sr. Nogueira da Gama — *Paraná* — V. Ex.ª um aparte? (*Assentimento do orador*) — Quero trazer a V. Ex.ª minha palavra de saudação e apreço especial pela atitude que acaba de assumir com relação às bolsas de estudo. Evidentemente, como V. Ex.ª está expondo com muita segurança e como o afirmaram os nobres Senadores Guido Mondin e Cattete Pinheiro, em apertes, esse problema não pode continuar da maneira como vem sendo tratado pelas autoridades, não só do Ministério da Educação, mas, sobretudo, do Ministério da Fazenda. Nós, que recebemos bolsas de estudo para distribuir, podemos adiantar com segurança que essas bolsas não são pagas, na sua maior parte. V. Ex.ª, como eu e outros Senadores, deve ter recebido numerosas reclamações de pais de alunos para os quais conseguiu uma bolsa de estudo. Verificamos que esses pagamentos são atrasados durante um, dois ou três exercícios anuais. Eu próprio dou meu testemunho. Estou cheio de reclamações, do interior do meu Estado, do não pagamento de bolsas de estudo encaminhadas ou distribuídas por meu intermédio, relativas a exercícios de 1965, 1966 e 1967, com a circunstância agravante de que até em alguns colégios os estudantes beneficiados por essas bolsas não puderam realizar suas provas por falta desse pagamento. E aqui mesmo em Brasília, segundo é do meu conhecimento, dois ou três colégios impediram que alunos bolsistas prestassem exames no fim do ano, como aconteceu, se não me engano, no Colégio La Salle, entre outros, e modo que V. Ex.ª aborda o problema no momento oportuno, quando as bolsas são distribuídas. Que o Governo atente para esse aspecto de que essas bolsas são de grande importância num País em que o índice analfabeto é imenso e a pobreza muito grande. E preciso que o Governo leve a sério esse problema de bolsas, estabelecendo a forma de pagamento, em tempo útil, de maneira a não prejudicar a instrução de numerosos estudantes. Louvo a atitude de V. Ex.ª se esse projeto do nobre Senador Adalberto Senna não produzir os efeitos desejados, precisaremos adotar outras medidas que forcem o Ministério da Fazenda a consignar, no Banco do Brasil, no primeiro trimestre de cada exercício financeiro, o valor dessas bolsas. O assento precisa ter uma solução radical, completo, porque não podemos permitir mais o não pagamento dessas bolsas, em detrimento da educação em nosso País.

O SR. EDMUNDO LEVI — Agradeço ao Senador Nogueira da Gama pelo aparte. E, reforçando os seus argumentos a respeito dessa morosidade, desse descaso pelo pagamento das contribuições, quero dizer que, no meu Estado, as bolsas só foram pagas em dezembro e muitos alunos prestaram exames nos colégios por uma deferência, por um favor todo especial das suas diretorias. Assim, esse projeto do Senador Adalberto Senna objetiva livrar os estudantes do vexame da situação humilhante em que ficam perante as diretorias dos seus colégios.

Assim, Sr. Presidente, dando nosso apoio ao projeto do eminente Senador Adalberto Senna quero louvar S. Ex.ª pela ideia que teve de apresentá-lo. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE:

(*Rui Palmeira*) — Tem a palavra, para encaminhar a votação, o Sr. Senador Adalberto Senna. Lembro a V. Ex.ª que os apertes não são permitidos em encaminhamento de votação.

O SR. ADALBERTO SENNA:

(*Para encaminhar a votação* — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, agra-

decar ao nobre Senador Edmundo Levi e aos colegas que apartearam S. Ex.ª o apoio que trazem ao encaminhamento de votação desse projeto. Ao pedir a palavra, nada mais tenho a fazer, depois do que S. Ex.ª aqui comentaram, sustentando, em grande parte, a tese que defendi neste projeto.

Quero, entretanto, aduzir algumas palavras, apenas com o fim de chamar a atenção do Senado para um outro aspecto.

Realmente, o que propus foi que o pagamento das bolsas de estudo fizesse impreterivelmente, até o fim do mês seguinte ao da efetivação das matrículas.

O art. 2º do projeto dispõe ainda que o Ministério da Fazenda, que tem sido, até agora, o responsável por esse atraso — e quero neste ponto fazer justiça ao Ministério da Educação — providencie a liberação das verbas dentro de prazo que possibilite a execução do art. 1º.

Mas o que quero dizer aos Srs. Senadores é que esse projeto não tem apenas sentido financeiro, esse sentido de uma providência executiva, mas um aspecto mais profundo. V. Ex.ª não de convir no seguinte: ou uma bolsa de estudo é paga pontualmente, ou não é bolsa de estudo. Pode ter o nome que quiserem dar, auxílio, propina ao estudante ou qualquer expressão pejorativa, mas na realidade não é bolsa de estudo, porque a bolsa de estudo, como está definida na Constituição da República, é um auxílio que se dá aos estudantes com falta ou deficiência de recursos. Por outro lado, os colégios, não só por necessidade, como também por disposição regulamentar, são obrigados a ter despesas inadiáveis, inclusive com os pagamentos de professores e, portanto, também não estão em condições de esperar indefinidamente esses pagamentos. Se o Governo não os paga, têm eles o direito, também, de exercer sobre os estudantes essas pressões de que os nobres colegas deram notícia e de que sou testemunha, mas testemunha de vários anos, durante o período em que servi no Ministério da Educação.

Concluindo, Sr. Presidente, peço aos Srs. Senadores a aprovação desse projeto, não só nesse sentido, mas para que não se desvirtue mais, no sentido jurídico e pedagógico, a concepção dessa instituição, tão salutar na vida democrática de um país que a bolsa de estudo, principalmente para os alunos do Ensino Médio.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem. Muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE:

(*Rui Palmeira*) — Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (*Pausa*).

O projeto foi aprovado e voltará, oportunamente, à Ordem do Dia, para o segundo turno regimental.

E' o seguinte o projeto aprovado em 1º turno:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, DE 1967

Estabelece condições para pagamento de bolsas de estudo concedidas pela União.

Art. 1º O pagamento das bolsas de estudo concedidas pela União, ou a custa de recursos dela provenientes, iniciar-se-á até o fim do mês seguinte ao em que efetivarem as matrículas nas escolas, e far-se-á pontualmente em parcelas, cujo número será fixado, em cada ano, de acordo com as conveniências do Erário e dos serviços públicos.

Art. 2º O Ministério da Fazenda providenciará a liberação das verbas destinadas à aplicação em bolsas de estudo com antecedência que assegure a pontualidade cobrada nesta Lei.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e mconstruções.

O SR. PRESIDENTE:

(*Rui Palmeira*) — Item 4.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1968 (nº 848-B-67, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados equipamentos destinados à implantação da rede de telecomunicações no Estado do Paraná, e importados pela Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, tendo parecer favorável, sob número 141, de 1968 da Comissão de Finanças.

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 179, de 1968

Nos termos dos arts. 212, letra I e 274, letra b, do Regimento Interno, requero adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 13-68, a fim de ser feita na sessão de 19 de março de 1968.

Sala das Sessões, 12 de março de 1968. — Adalberto Senna.

O SR. PRESIDENTE:

(*Rui Palmeira*) — Em consequência da deliberação do Plenário, o projeto voltará à Ordem do Dia na data solicitada no requerimento.

(*Rui Palmeira*) — Item 5.

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 63, de 1968, de autoria do Senador Cattete Pinheiro, solicitando transcrição nos Anais do Senado Federal, da oração, proferida pelo Dr. Sebastião Dante de Camargo Junior ao tomar posse na Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — SUDECO (dependendo da votação do Requerimento nº 166, de 1968 de autoria do Senador Aloysio de Carvalho, de adiamento da discussão para audiência de Comissão).

Em votação o requerimento do nobre Senador Aloysio de Carvalho, para audiência da Comissão dos Estados para Alienação de Concessão de Terras Públicas e Povoamento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

Em consequência da deliberação do Plenário, a matéria sai da Ordem do Dia para cumprimento da diligência solicitada.

O SR. PRESIDENTE:

(*Rui Palmeira*) — Item 6:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 144, de 1968, de autoria do Senador Cattete Pinheiro, solicitando transcrição nos Anais do Senado, dos homenagens prestadas à memória do Dr. Isaac Brown, por ocasião da inauguração de seu retrato na sala da Secretaria-Geral da Presidência do Senado Federal (dependendo da votação do Requerimento nº 167, de 1968, de autoria do Senador Aloysio de Carvalho, de adiamento da discussão para audiência da Comissão).

Os Srs. Senador que aprovam o requerimento do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, de audiência à Comissão de Constituição e Justiça, queiram conservar-se sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

A matéria sai da Ordem do Dia, a fim de ser ouvida a Comissão de Constituição e Justiça, nos termos da deliberação da Casa.

● SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há mais oradores inscritos.

● SR. MÁRIO MARTINS:

Pela ordem, Sr. Presidente.

● SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Tem a palavra pela ordem, o nobre Senador Mário Martins.

● SR. MÁRIO MARTINS:

(Pela ordem — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, sou um dos Membros da Comissão de Segurança Nacional desta Casa, onde hoje, pela manhã, nós deveríamos apreciar a Mensagem nº 12 — pela qual o Presidente da República solicita aprovação para o Decreto-lei que reformulou o Conselho de Segurança Nacional.

Na ocasião, o presidente da Comissão, nobre Senador Paulo Torres, que havia sido Relator da matéria, após proferir o seu Parecer, acolheu uma questão que submeti, que era a solicitação de um prazo de vinte e quatro horas para que eu tivesse vista.

As razões que me levaram a solicitar vista, foram não só a importância da matéria, a complexidade que ela encerra, mas também o fato de se pretender revogar dois Decretos-leis, precisamente os de ns. 9.775 e 9.775-A, ambos de setembro de 1946.

Acontece que o Decreto-lei 9.775-A, conforme se observa da Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, capeando a Exposição de Motivos do General Jayme Portela, Secretário-Geral do Conselho de Segurança, esse decreto 9.775-A é reservado.

Confessando ao Presidente da Comissão que não dispunha do texto deste decreto para analisá-lo e ver se é justo a Comissão revogá-lo, S. Exa. me informou que o texto constava do processo. Dai o meu pedido de vista.

Ao compulsar o processo, Sr. Presidente, verifiquei entretanto que não consta o decreto. Então, a minha questão de ordem é a seguinte: tendo eu o prazo de 24 horas para estudar o processo, e consequentemente emitir o meu voto, e tendo eu solicitado essa diligência porque ignorava o texto da legislação que se pretende revogar — no caso, o Decreto 9.775-A, que é reservado — indago a V. Exa. como poderia eu dar o meu voto sem ler esse Decreto reservado ou como esse Decreto reservado poderia vir a Comissão para que eu e

os demais membros pudéssemos apreciá-lo, a fim de opinar se deve ou não ser revogado?

Se não houver uma providência, o prazo decorre e não estarei habilitado a proferir o meu voto, o que não quero que ocorra.

De modo que a questão que submeto a V. Exa. é a seguinte: uma vez que a legislação obriga que os projetos se façam acompanhar de toda a legislação citada, e como há um decreto-lei reservado, como a Comissão de Segurança poderá agir: 1º — para dar cumprimento à lei, lendo este decreto; 2º — para ver se há conveniência ou não de revogá-lo.

● SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Em resposta à questão de ordem suscitada pelo nobre Senador Mário Martins, a Presidência esclarece que a própria Presidência da Comissão de Segurança Nacional poderá requerer o decreto ao Ministério do Exército, e assim V. Exa. ter os elementos com que ilustrar o seu voto.

● SR. MÁRIO MARTINS — Senhor Presidente, para um esclarecimento.

Agradeço, em primeiro lugar, a resposta que V. Exa. deu à minha questão de ordem. Apenas estou admitindo que ela não tenha sido devidamente completa, porquanto dá o caminho para suprir a falha existente no processo, mas não dá o remédio, pessoalmente, para o prazo que tenho de cumprir, devolvendo o projeto dentro de vinte e quatro horas.

Não sei se encontraria na Casa, uma vez que a sessão está a expirar, o nobre Senador Paulo Torres, de modo que não sei se, realmente, eu teria condições para aguardar a vinda deste decreto ou se estaria coagido a ter que votar na ignorância do decreto que se pretende revogar.

● SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — A Presidência da Comissão fazendo a solicitação ao Ministério, evidentemente que o decurso do prazo deverá estar suspenso até que a Presidência se dê por satisfeita em relação à solicitação feita.

● SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Não havendo mais oradores inscritos, vou encerrar a sessão, lembrando ao Srs. Senadores que hoje, às 21 horas e 30 minutos, haverá sessão conjunta do Congresso Nacional para continuação da discussão do Projeto/ON nº 12.

Convoco o Senado para uma sessão extraordinária, amanhã, à 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA
TRABALHOS DAS COMISSÕES

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATOS DO SR. DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 40, DE 8 DE MARÇO DE 1968

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar Alexandre Marques de Albuquerque Mello, Oficial Legislativo, PL-6, da Diretoria das Comissões e designá-lo para ter exercício na Diretoria da Assessoria Legislativa.

Secretaria do Senado Federal, em 8 de março de 1968. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 41, DE 8 DE MARÇO DE 1968

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere, resolve designar, nos termos da Portaria nº 8, de 1967, da Comissão Diretora, para Chefia do Subsetor de Subvenções, da estrutura administrativa da Diretoria da Assessoria Legislativa, com o pro-labore correspondente ao Símbolo FG-4, a partir desta data, o Oficial Legislativo, PL-6, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Secretaria do Senado Federal, em 8 de março de 1968. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

O Senhor Diretor-Geral, no uso de suas atribuições e na forma do art. 160, item 9 da Resolução nº 6-60, Deferiu, somente para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço prestado à Rio-Light, em virtude da encampação da referida empresa pelo Estado da Guanabara, conforme Lei nº 196-62 combinada com o Decreto «N» nº 119-63, dos seguintes funcionários:

DP-177-68 de Lia Pederneiras de Faria, Oficial Legislativo, PL-6, no período de 5-2-1929 a 15-9-1937, como Estenodatilógrafa, no total líquido de 3.145 dias;

DP-618-67 de Newton Cleanto de Campos, Ajudante de Porteiro, PL-7, no período de 19-2 a 31-5-1938, como Motorista, no total líquido de 102 dias;

DP-792-67 de Paulo de Araújo Silva, Auxiliar de Portaria, PL-8, no período de 20-5 a 29-10-1936, no total líquido de 163 dias, como Motorista;

DP-012-68 de Waldemar Gomes Tiago, Auxiliar de Portaria, PL-8, no pe-

● SR. PRESIDENTE:

(Rui Palmeira) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 45 minutos).

riodo de 27-4-1938 a 9-5-1940, no total líquido de 744 dias;

DP-014-68 de Antônio Galdino da Silva, Auxiliar de Portaria, PL-8, no período de 6-11-1947 a 9-8-1951, como Condutor, no total líquido de 1.373 dias;

DP-671-67 de Uracy de Oliveira, Auxiliar de Portaria, PL-9, no período de 4-11-1935 a 11-2-1941, como Motorneiro, no total líquido de 1.927 dias;

DP-617-67 de Felipe Gomes, Porteiro, PL-6, no período de 17-6 a 31-8-1935, como Condutor, no total líquido de 76 dias;

Diretoria do Pessoal, em 7 de março de 1968. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal.

O Senhor Diretor-Geral, no uso de suas atribuições e na forma do art. 160, item 9, da Resolução nº 6-60, deferiu os seguintes requerimentos de averbação de tempo de serviço:

DP-100-68 de Adolfo Eric de Toledo, Orientador de Pesquisas Legislativas, PL-4, prestado D.E.R. — SP, no total líquido de 1.204 dias, para todos efeitos legais;

DP-148-68 de Heber de Macedo Godinho, Ajudante de Almoxarife, PL-7, prestado ao Exército, no total líquido de 230 dias, para todos efeitos legais;

Republicar por haver saído com incorreções:

DP-44-65 de Leda Maria Cardoso Naud, Redatora, PL-2, prestado à Fundação Educacional do D.F., no período de 1-6-60 a 31-1-61, no total líquido de 244 dias; a Prefeitura do D.F. no período de 16-5-61 a 24-5-62, no total líquido de 374 dias; ambos para todos efeitos legais, exceto licença especial.

Diretoria do Pessoal, em 11 de março de 1968. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal.

EDITAL

Pelo presente dital, fica convocado o servidor Jorge Fontoura Macedo, Auxiliar de Portaria, PL-9, a comparecer nesta Secretaria, a fim de justificar sua ausência ao serviço, sob pena de lhe ser aplicada a penalidade constante no artigo 210, item II e § 1º da Resolução nº 6, de 1960.

Secretaria do Senado Federal, em 7 de março de 1968. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — M3)
 2º Vice-Presidente — Roberto Marinho — (ARENA — 3B)
 1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)
 3º Secretário — Eimundo Levi — (MDB — AM)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
 1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC)
 2º Suplente — Guido Mondim — (ARENA — RS)
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
 4º Suplente — Raul Giuberti — (ARENA — ES)

Liderança**DO GOVERNO**

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)
 Vice-Líderes:

Paulo Safasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)
 Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Antônio Carlos — (SC)

Rui Palmeira — (PB)

Manoel Vilaca — (RN)

Vasconcelos Torres — (RJ)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GE)
 Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)

Adalberto Sena — (ACRE)

Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA**TITULARES**

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleophas
 Teotônio Vilela
 Júlio Leite

SUPLENTE

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Sigfredo Pacheco

MDB

Jose Ermírio
 Mários Martins
 Secretário: J. Ney Passos Dantas.
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA**TITULARES**

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petronio Portela
 Carlos Lindenberg
 Rui Palmeira

SUPLENTE

Vasconcelos Torres
 Daniel Krieger
 Benedito Valladares
 Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 José Feliciano
 Menezes Pimentel
 Leandro Maciel

MDB

Antonio Baibino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Aurélio Steimoruch
 Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA**TITULARES**

José Feliciano
 Lobão da Silveira
 Petronio Portela
 Eurico Rezende
 Atílio Fontana

SUPLENTE

Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Arnon de Melo
 José Leite
 Mello Braga

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA**TITULARES**

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Julio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel

SUPLENTE

José Leite
 João Cleophas
 Duarte Filho
 Sigfredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres

MDB

Mário Martins
 Pedro Ludovico
 Lino de Mattos

Jose Ermírio
 Josaphat Marinho
 João Abrahão

Secretário: Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15,30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA**TITULARES**

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sigfredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petronio Portela

MDB

Adalberto Sena
 Lino de Mattos

Antonio Baibino
 Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(12 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Hugo Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA**TITULARES**

João Cleophas
 Mem de Sá
 José Leite
 Leandro Maciel
 Manoel Vilaca
 Clodomir Milet
 Adolpho Franco
 Sigfredo Pacheco
 Paulo Sarasate
 Carvalho Pinto
 Fernando Corrêa

SUPLENTE

Antônio Carlos
 José Guimard
 Daniel Krieger
 Petronio Portela
 Atílio Fontana
 Julio Leite
 Mem de Braga
 Carlos Lindenberg
 Ceiso Ramos
 Teotônio Vilela
 Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Baibino

ARENA**TITULARES**

Ney Braga
 Atílio Fontana
 Adolpho Franco
 Domicio Gondim
 João Cleophas

SUPLENTE

Júlio Leite
 José Cândido
 Rui Palmeira
 Arnon de Melo
 Leandro Maciel

MDB

Antonio Baibino
 José Ermírio

Pessoa de Queiroz
 Pedro Ludovico

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.
 Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela
Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A
TITULARES

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

José Guimard
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgílio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A
TITULARES

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Vasconcellos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermirio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS

(4 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A
TITULARES

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feira às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(8 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A
TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krisger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Ermirio
Lino de Mattos
Aurélio Vianna

Josaphat Marinho
Aarão Steinbruch
Antônio Balbino

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

A R E N A
TITULARES

Teotônio Vilela
Antônio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sá
José Leite
José Guimard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Munio Muller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
José Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guimard
José Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A
TITULARES

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres
Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A
TITULARES

Paulo Torres
José Guimard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcellos Torres
Vice-Presidente: Arnou de Melo**A R E N A****TITULARES**Vasconcellos Torres
Carlos Lindenberg
Arnou de Melo
Paulo Torres
José Guilomard**SUPLENTE**José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaga
Menezes Pimentel
Celso Ramos**M D B**Arthur Virgílio
Adalberto Sena
Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.Lino de Mattos
Aarão Steinbruch**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(6 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Mattos**A R E N A****TITULARES**José Leite
Celso Ramos
A. de Melo
Alino Fontana**SUPLENTE**José Guilomard
Petronio Portela
Domicio Gondin
Carlos Lindenberg**M D B**

Lino de Mattos

Arthur Virgílio

Secretária: Carreirão do Souda
Reuniões: Quarta-feira, às 16:00 horas.**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZONIA**

(3 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Guilomard
Vice-Presidente: Clodomir Miles**A R E N A****TITULARES**José Guilomard
Fernando Corrêa
Clodomir Miles
Alvaro Main**SUPLENTE**Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Muller
Siegfredo Pacheco**M D B**Adalberto Sena
Secretário: Alexandre Mello
Reuniões: Terças-feiras às 16:00 horas.

Oscar Passos